Serviço Público Federal
Ministério da Educação
**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS**
Faculdade de Artes. Letras e Comunicação - FAALC
Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens - PPGEL

**DIEGO ALMEIDA OLIVEIRA**

# O DISCURSO DO EX-PRESIDENTE JAIR BOLSONARO SOBRE O INDÍGENA: A RELUTÂNCIA DE UM ARQUIVO COLONIAL

**CAMPO GRANDE – MS**
**2025**

**DIEGO ALMEIDA OLIVEIRA**

# O DISCURSO DO EX-PRESIDENTE JAIR BOLSONARO SOBRE O INDÍGENA: A RELUTÂNCIA DE UM ARQUIVO COLONIAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Estudos de Linguagens.

Área de concentração: Linguística e Semiótica

**Orientadora:** Profa. Dra. Vânia Maria Lescano Guerra

**CAMPO GRANDE – MS**
**2025**

**DIEGO ALMEIDA OLIVEIRA**

# O DISCURSO DO EX-PRESIDENTE JAIR BOLSONARO SOBRE O INDÍGENA: A RELUTÂNCIA DE UM ARQUIVO COLONIAL

**COMISSÃO JULGADORA**

---

**Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Vânia Maria Lescano Guerra**
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL)

---

**Prof. Dr. Edgar César Nolasco**
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

---

**Prof. Dr. Marcos Antônio Bessa-Oliveira**
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

---

**Prof. Dr. Marcos Aurélio Barbai**
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

---

**Prof. Dr. Willian Diego de Almeida**
Faculdade Centro Mato-Grossense (FACEM)

---

**Profa. Dra. Silvane Aparecida de Freitas**
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
(Suplente)

---

**Profa. Dr. Wagner Enedino Corsino**
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
(Suplente)

**CAMPO GRANDE - MS**
**2025**

## AGRADECIMENTOS

No rol daqueles que aqui menciono, inicio agradecendo à Prof.ª Dr.ª Vânia Maria Lescano Guerra, que além de aceitar-me como orientando, transferiu conhecimentos primordiais ao meu crescimento pessoal e acadêmico. Por ter participado, de forma direta, na concretização de um sonho pessoal e profissional. Suas orientações precisas ajudaram-me a superar as dificuldades e a evoluir como pesquisador. Sem dúvida, um privilégio, para mim, poder contar com suas contribuições desde o mestrado.

À Prof.ª Dr.ª Claudete Cameschi de Souza, por acreditar em mim, no ano de 2011, quando nos conhecemos. Sua paixão pela pesquisa e pela profissão são inspiração. Esta tese também é fruto do seu trabalho, do seu olhar incentivador. Carrego comigo não apenas o aprendizado científico, mas também o exemplo de ética, de dedicação e amor pelo conhecimento, que sempre transmite aos seus alunos.

À minha esposa, pelo apoio inestimável, durante todo o período de estudos e elaboração desta tese. Seu amor e companheirismo fazem tudo parecer mais fácil. É muito bom celebrar esta conquista ao seu lado, pois você é o suporte necessário, o apoio incondicional, que tanto me faz bem.

Ao meu filho, que já vai fazer 9 (nove anos), mas tinha apenas 4 (quatro) quando iniciei o doutorado. A lembrança que sempre ficará é a de seus olhinhos brilhando e me perguntando: “Pai, o que o senhor está estudando?”. Todas as vezes que precisei renunciar nossos momentos de brincadeiras para estudar, pesquisar e escrever, não foram em vão, meu filho!

Ao meu pai *(in memoriam*) e à minha mãe, pelos sacrifícios empreendidos, pelas renúncias que me fizeram entender, desde muito cedo, o valor dos estudos na vida de qualquer pessoa. Certa vez ouvi que a melhor maneira de honrar nossos pais é obtendo sucesso, mantendo a humildade e a honestidade, e que a vitória de um filho, também representa a vitória de seus pais. Acredito fielmente nisso!

Ao Profs. Drs. Prof. Dr. Edgar César Nolasco e Marcos Antônio Bessa-Oliveira, por terem aceitado participar das bancas de qualificação e defesa, contribuindo de forma significativa para a (re)configuração da tese.

À Jany Baena, pela parceria na autoria de artigos e de estudos teóricos, fundamental para que cumpríssemos os créditos do curso. A cada disciplina, a cada etapa percorrida, enfrentamos

desafios e, juntos, encontramos soluções. Obrigado pela amizade e companheirismo, em um período tão desafiador como foi o da pandemia, em que o contato presencial deu lugar às reuniões e aulas on-line.

A todos aqueles que de forma direta ou indireta me incentivaram e apoiaram na concretização deste trabalho. Meu muito obrigado, que Deus os abençoe de maneira especial.

Por fim (não por último, pois a Ele nada se compara), dedico este trabalho ao Deus da minha salvação, pois tudo o que tenho e sou vem do Senhor. Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas! Seu amor é infinito, Sua bondade, sem medida; e Sua graça me alcançou.

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1 -** Jair Bolsonaro, na posse da Presidência da República, em 1 de janeiro de 2019……...32

**Figura 2 -** Apoiadores do Presidente Jair Bolsonaro, nas comemorações do 7 de setembro……37

**Figura 3 -** Faixa dos apoiadores de Bolsonaro, em defesa da intervenção militar e contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal …… 37

**Figura 4 -** Jair Bolsonaro, no desfile de 7 de setembro de 2019. O Presidente sempre defendeu o porte de armas, utilizando, por exemplo, dados do Ministério da Justiça que demonstram a queda de 22% no número de mortes, após a liberação da posse de armas no Brasil…….41

**Figura 5 -** Ex-presidente da República e ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro. Michele foi uma peça fundamental na tentativa de converter votos e desconstruir a imagem dura e bélica de Jair Bolsonaro, a imagem de machista, de que não gosta de negro, das mulheres, de que é uma pessoa arrogante. …… 47

**Figura 6 -** O ex-presidente Jair Bolsonaro colocou colares com sementes, uma tiara e dois braceletes com penas para dialogar com seus apoiadores, na manhã de 13 de julho de 2021. Na ocasião, Bolsonaro posou para fotos e declarou: “Agora estou me sentindo um cacique”..... 48

**Figura 7 -** Bolsonaro comemora recebimento de honraria “Medalha do Mérito Indigenista”..... 49

**Figura 8 -** Apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, em frente ao Palácio da Alvorada, quase 40 dias após o 2º turno das eleições presidenciais…… .50

**Figura 9 -** Bolsonaristas, durante o discurso de Jair Bolsonaro……...51

**Figura 10 -** Bolsonaristas no Congresso …….52

**Figura 11 -** Bolsonaristas enfrentam a tropa de choque da Polícia presente no local……..53

**Figura 12 -** Vidraças da Câmara foram quebradas pelos golpistas……..53

**Figura 13 -** Bandeira do Brasil sendo segurada por um homem, em contraste com o cenário de violência instaurado em 8 de janeiro……54

**Figura 14 -** O ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, inspecionando, um dia após os ataques, os estragos causados pelos atos antidemocráticos……..54

**Figura 15 -** Extremistas invadiram os prédios do Congresso, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal em 8 de Janeiro de 2022…….55
**Figura 16 -** Apoiadores de Jair Bolsonaro durante ato na Avenida Paulista, em 25 de fevereiro de 2024……..56
**Figura 17** - Bolsonaro com seus seguranças, durante ato na Avenida Paulista ……..57
**Figura 18 -** Extremistas com as cores verde e amarelo e carregando bandeiras, durante manifestação…….58
**Figura 19 -** Jair Bolsonaro e Michele Bolsonaro, em ato na Avenida Paulista, em 25 de fevereiro de 2024……..59
**Figura 20 -** Jair Bolsonaro saúda os manifestantes presentes em sua convocação, em 25 de fevereiro, na Avenida Paulista …….59
**Figura 21 -** A luta das comunidades da Terra Indígena Raposa Serra do Sol tomou grandes proporções, após o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal ……..73
**Figura 22 -** Em pé, bugreiros (milicianos contratados para dizimar indígenas) posam com mulheres e crianças do povo Xokleng, capturadas após ataque a acampamento……..75
**Figura 23 -** Indígenas em protesto ao marco temporal, em frente ao STF …….76
**Figura 24 -** Povos indígenas fazem manifestação em Brasília, para protestar contra marco temporal para demarcação de terras …….77
**Figura 25 -** Indígenas marcham pela Esplanada dos Ministérios, em Brasília, contra o marco temporal para demarcação de terras, em 25 de agosto de 2021……77
**Figura 26 -** Indígenas em Brasília protestam contra marco temporal, em 2021……..78

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1 -** Distribuição do eleitorado por tipo de religião, com correção dos dados do DataFolha …….46

# LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---|---|
| AD | Análise do Discurso de linha francesa |
| ADC | Análise de Discurso Crítica |
| AI-5 | Ato Institucional número cinco, do período da ditadura militar |
| AMAN | Academia Militar das Agulhas Negras |
| ANP | Academia Nacional de Polícia |
| APIB | Articulação dos Povos Indígenas do Brasil |
| CF | Constituição Federal |
| CIMI | Conselho Indigenista Missionário |
| CIR | Conselho Indígena de Roraima |
| COVID-19 | Doença causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2) |
| CPMI | Comissão Parlamentar Mista de Inquérito |
| DEM-RJ | Partido Democrata (Democratas) |
| DF | Distrito Federal |
| DSEI | Distritos Sanitários Especiais Indígenas |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FD | Formação Discursiva |
| FUNAI | Fundação Nacional do Índio |
| G1 | Portal de Notícias do Grupo Globo |
| G7 | Grupo formado por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| LGBT | Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero |

| | |
|---|---|
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| MIB | Movimento Indígena do Brasil |
| OAB | Ordem dos Advogados do Brasil |
| OEA | Organização dos Estados Americanos |
| ONGs | Organizações não governamentais |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PDC | Partido Democrata Cristão |
| PEC | Proposta de Emenda Constitucional |
| PF | Polícia Federal |
| PL | Partido Liberal |
| PP | Partido Progressista |
| PPB | Partido Progressista Brasileiro |
| PRTB | Partido Renovador Trabalhista Brasileiro |
| PSC-RJ | Partido Social Cristão - Rio de Janeiro |
| PSL | Partido Social Liberal |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| R1, R2, R3… | Recorte 1, Recorte 2, Recorte 3… |
| SESAI | Secretaria de Saúde Indígena |
| SIELLI | Simpósio Internacional de Língua, Literatura e Interculturalidade |
| SP | São Paulo |
| SPI | Serviço de Proteção ao Índio |
| SPILTN | Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais |
| STF | Supremo Tribunal Federal |
| STM | Superior Tribunal Militar |
| TSE | Tribunal Superior Eleitoral |
| UCDB | Universidade Católica Dom Bosco |

## RESUMO

Um olhar atento para os discursos que têm circulado em nossa sociedade, a respeito do indígena, possibilita compreender que, desde os tempos do "descobrimento", as diversas comunidades indígenas brasileiras são postas em um local de exclusão, à margem da sociedade. Nessa esteira, os enunciados (re)produzidos nos dias atuais encontram raízes nas discursividades do passado, em um arquivo colonial ainda muito presente na sociedade contemporânea. Partindo dessa conjectura, tem-se por objetivo identificar, mediante recortes discursivos, ou seja, nos discursos de Jair Bolsonaro, as relações de poder/saber, formações discursivas e interdiscursos que direcionam para o processo de exclusão/marginalização do indígena, bem como para suas condições de existência/resistência, problematizando essas discursividades e desviando a trajetória do pensamento para uma perspectiva horizontal, heterogênea e que considera a contribuição da diversidade de saberes nas relações sociais. Parte-se da hipótese de que os discursos bolsonaristas produzem reflexões sobre a condição de marginalização das comunidades indígenas brasileiras, de que seus pronunciamentos produzem(iram) resultados que vão além de convicções pessoais: são discursos que refletem o posicionamento de uma sociedade como um todo, que ainda não aprendeu a dar o merecido respeito ao indígena do nosso país. De forma transdisciplinar, a tese ancora-se nas teorias: da Análise do Discurso (AD) de origem francesa, no escopo de formar um outro lugar de conhecimento, onde a linguagem pode ser referida essencialmente à sua exterioridade, para a compreensão do seu funcionamento enquanto processo significativo; do método arqueogenealógico de Foucault (1990, 1996, 2000a, 2000b, 2006, 2007, 2008a, 2008b), que embora tenha sido um historiador e filósofo, foi adotado pela AD para discutir questões como o saber, o poder e a vontade de verdade, trazendo conceitos caros à proposta de análise a ser empreendida nesta tese, como os de formação discursiva e memória discursiva; da obra derridiana (1994, 2001a, 2001b) que, seguindo a mesma linha de "adoção" pela AD, citada anteriormente, contribui com noções importantes como a de memória e arquivo; e, dos estudos decoloniais, como perspectiva diferenciada das teorias eurocêntricas de outros autores, que colaboram, portanto, de modo significativo, na desconstrução de um pensamento unilateral e colonizatório. De maneira metodológica, a tese divide-se em três partes. Na primeira parte, apresento as condições de produção dos dizeres de Jair Bolsonaro, no objetivo de elucidar em que circunstâncias esses discursos foram produzidos, trazendo à tona a trajetória do deputado federal que chegou à Presidência da República, nas eleições de 2018, sem participar da grande maioria dos debates políticos organizados naquele pleito eleitoral. A segunda parte detalha os pressupostos teóricos e metodológicos utilizados nesta pesquisa, apresentando os autores e suas concepções advindas da Análise do Discurso (AD), do método arqueogenealógico, da teoria derridiana e mobilizando conceitos dos estudos decoloniais. A terceira e última parte foi dividida em três "eixos" específicos, a fim de estabelecer um exame mais "didático" dos recortes discursivos: representações de si do sujeito/presidente; representação de terra do sujeito/presidente e representações que o sujeito/presidente tem dos indígenas brasileiros. Nela, tem-se a problematização dos discursos proferidos por Jair Bolsonaro, ao longo de mais de três décadas de carreira política, explorando questões que, em especial, envolvem a terra, e a discriminação sofrida pelos indígenas, desde o processo colonizatório até os dias atuais. Do gesto interpretativo analítico, resultados apontam para o processo de exclusão/marginalização do indígena, bem como para suas condições de existência/resistência, uma vez que, conforme a mobilidade do poder de Foucault (1990), o indígena resiste, se organiza para lutar contra esses discursos e contra a opressão da sociedade capitalista.

**PALAVRAS-CHAVE:** indígena; discursos; relações de poder; arquivo colonial; estudos decoloniais.

## ABSTRACT

A careful look at the discourses that have circulated in our society, regarding indigenous people, makes it possible to understand that, since the times of “discovery”, the various Brazilian indigenous communities have been placed in a place of exclusion, on the margins of society. In this wake, the statements (re)produced today find their roots in the discursivities of the past, in a colonial archive that is still very present in contemporary society. Based on this conjecture, the objective is to identify, through discursive excerpts, that is, in Jair Bolsonaro's speeches, the power/knowledge relations, discursive and interdiscourse formations that lead to the process of exclusion/marginalization of the indigenous people, as well as to their conditions of existence/resistance, problematizing these discursivities and diverting the trajectory of thought towards a horizontal, heterogeneous perspective that considers the contribution of the diversity of knowledge in social relations. It is based on the hypothesis that Bolsonarist speeches produce reflections on the condition of marginalization of Brazilian indigenous communities, that their statements produce(will) results that go beyond personal convictions: they are speeches that reflect the positioning of a society as a whole , who has not yet learned to give the deserved respect to the indigenous people of our country. In a transdisciplinary way, the thesis is anchored in the theories: Discourse Analysis (DA) of French origin, with the aim of forming another place of knowledge, where language can be referred essentially to its exteriority, to understand its functioning as a significant process; Foucault's archaeogenealogical method (1990, 1996, 2000a, 2000b, 2006, 2007, 2008a, 2008b), who, although he was a historian and philosopher, was adopted by the AD to discuss issues such as knowledge, power and the desire for truth , bringing important concepts to the proposed analysis to be undertaken in this thesis, such as those of discursive formation and memory discursive; Derridean work (1994, 2001a, 2001b) which, following the same line of “adoption” by AD, mentioned above, contributes with important notions such as memory and archive; and, of decolonial studies, as a different perspective from the Eurocentric theories of other authors, which therefore contribute significantly to the deconstruction of unilateral and colonizing thinking. Methodologically, the thesis is divided into three parts. In the first part, I present the conditions of production of Jair Bolsonaro's speeches, with the aim of elucidating under what circumstances these speeches were produced, bringing to light the trajectory of the federal deputy who reached the Presidency of the Republic, in the 2018 elections, without participating in the vast majority of political debates organized in that electoral election. The second part details the theoretical and methodological assumptions used in this research, presenting the authors and their conceptions arising from Discourse Analysis (DA), the archaeogenealogical method, Derridean theory and mobilizing concepts from decolonial studies. The third and final part was divided into three specific “axes”, in order to establish a more “didactic” examination of the discursive excerpts: self-representations of the subject/president; land representation of the subject/president and representations that the subject/president has of Brazilian indigenous people. It problematizes the speeches given by Jair Bolsonaro, over more than three decades of political career, exploring issues that, in particular, involve land, and the discrimination suffered by indigenous people, from the colonization process to the present day. current. From the analytical interpretative gesture, results point to the process of exclusion/marginalization of the indigenous people, as well as their conditions of existence/resistance, since, according to Foucault's (1990) mobility of power, the indigenous people resist, organize themselves to fight against these speeches and against the oppression of capitalist society.


**KEYWORDS**: indigenous; speeches; Power relations; colonial archive; decolonial studies.

## RESUMEN

Una mirada atenta a los discursos que han circulado en nuestra sociedad sobre los indígenas permite comprender que, desde los tiempos del "descubrimiento", las diversas comunidades indígenas brasileñas han sido colocadas en un lugar de exclusión, al margen de la sociedad. En esta estela, los enunciados (re)producidos en el presente encuentran sus raíces en la discursividad del pasado, en un archivo colonial que todavía está muy presente en la sociedad contemporánea. A partir de esta conjetura, el objetivo es identificar, a través de cortes discursivos, es decir, en los discursos de Jair Bolsonaro, las relaciones de poder/conocimiento, formaciones discursivas e interdiscursos que conducen al proceso de exclusión/marginación de los indígenas, así como a sus condiciones de existencia/resistencia, problematizando estas discursividades y desviando la trayectoria del pensamiento a una perspectiva horizontal, heterogénea y que considera el aporte de la diversidad del conocimiento en las relaciones sociales. Se parte de la hipótesis de que los discursos de Bolsonaro producen reflexiones sobre la condición de marginación de las comunidades indígenas brasileñas, que sus pronunciamientos producen resultados que van más allá de las convicciones personales: son discursos que reflejan la posición de una sociedad en su conjunto, que aún no ha aprendido a dar el merecido respeto a los pueblos indígenas de nuestro país. De manera transdisciplinaria, la tesis se ancla en las teorías: del Análisis del Discurso (AD) de origen francés, en el ámbito de la formación de otro lugar del conocimiento, donde el lenguaje pueda ser referido esencialmente a su exterioridad, para la comprensión de su funcionamiento como proceso significativo; El método arqueogenealógico de Foucault (1990, 1996, 2000a, 2000b, 2006, 2007, 2008a, 2008b), quien, si bien era historiador y filósofo, fue adoptado por AD para discutir temas como el conocimiento, el poder y el deseo de verdad, aportando conceptos queridos a la propuesta de análisis a emprender en esta tesis, como los de formación discursiva y memoria discursiva; la obra derrideana (1994, 2001a, 2001b) que, siguiendo la misma línea de "adopción" por AD, antes mencionada, aporta a nociones importantes como memoria y archivo; y, desde los estudios decoloniales, como una perspectiva diferenciada de las teorías eurocéntricas de otros autores, que colaboran, por tanto, de manera significativa, en la deconstrucción de un pensamiento unilateral y colonizador. Metodológicamente, la tesis se divide en tres partes. En la primera parte, presento las condiciones de producción de los dichos de Jair Bolsonaro, con el fin de dilucidar las circunstancias en las que se produjeron estos discursos, sacando a la luz la trayectoria del diputado federal que llegó a la Presidencia de la República, en las elecciones de 2018, sin participar en la gran mayoría de los debates políticos organizados en esa elección electoral. En la segunda parte se detallan los supuestos teóricos y metodológicos utilizados en esta investigación, presentando a los autores y sus concepciones surgidas del Análisis del Discurso (AD), el método arqueogenealógico, la teoría derrideana y la movilización de conceptos provenientes de los estudios decoloniales. La tercera y última parte se dividió en tres "ejes" específicos, con el fin de establecer un examen más "didáctico" de los cortes discursivos: las autorrepresentaciones del sujeto/presidente; representación de la tierra del sujeto/presidente y representaciones que el sujeto/presidente tiene del pueblo indígena brasileño. En él, hay una problematización de los discursos pronunciados por Jair Bolsonaro, a lo largo de más de tres décadas de carrera política, explorando temas que, en particular, involucran la tierra, y la discriminación sufrida por los pueblos indígenas, desde el proceso de colonización hasta la actualidad. Desde el gesto analítico interpretativo, los resultados apuntan al proceso de exclusión/marginación de los pueblos indígenas, así como a sus condiciones de existencia/resistencia, ya que, según la movilidad de poder de Foucault (1990), los indígenas resisten, se organizan para luchar contra estos discursos y contra la opresión de la sociedad capitalista.


**PALABRAS CLAVE**: indígena; Discursos; relaciones de poder; archivo colonial; Estudios Decoloniales.

## SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO: ..... 16**

**PARTE I**

**BOLSONARISMO HERÓICO E INDÍGENA SILVÍCOLA: A (DES)CONSTRUÇÃO DE DOIS MITOS …… 29**

**CAPÍTULO I: SOBRE JAIR BOLSONARO E O SEU LUGAR DE ENUNCIAÇÃO…… 30**
**1.1 A trajetória até a Presidência do Brasil……. 31**
**1.2 O crescimento da extrema-direita no Brasil e no mundo: o "fantasma" da ditadura militar ……. 35**
**1.3 A (des)construção da figura do "mito" bolsonarista …….. 39**
**1.4 Religião, política e a causa indígena: as estratégias de uma nova campanha presidencialista…….. 45**
**1.5 Eleição presidencial: a resposta dada pelas urnas …… 49**
**1.6 8 (oito) de janeiro de 2023: a resistência da Democracia……. 51**
**1.7. O Brasil após 8 de janeiro de 2022: a persistência bolsonarista e a guerra contra o atual governo ……. 55**

**CAPÍTULO II: SOBRE A CULTURA INDÍGENA DO BRASIL…… 61**
**2.1 Do primeiro contato aos dias atuais: o projeto de integração do indígena brasileiro …….. 61**
**2.2 Cultura Indígena e a concepção homogênea de "índio"..... 67**
**2.3 Os indígenas na Constituição Federal de 1988 e a tese do marco temporal …….. 70**

**PARTE II**

**A RELAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA……...79**

**CAPÍTULO III: DISPOSITIVOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: O GESTO ANALÍTICO-INTERPRETATIVO ……. 80**
**3.1. Análise do Discurso: a linguagem em relação com sua exterioridade …..……. 82**
**3.2. Michel Foucault e a arqueogenealogia do poder: saber, poder e a vontade de verdade…… 86**
**3.3. Em Derrida: conceitos de memória e arquivo……...……. 94**

**CAPÍTULO IV: INTERLOCUÇÕES COM AS TEORIAS DECOLONIAIS …… 99**
**4.1. Colonialidade, colonialismo, as políticas indigenistas e a ferida colonial …… 99**
**4.2. A decolonialidade e o pensamento pós-abissal: caminhos para (re)pensar a colonialidade ……. 103**
**4.3. A fronteira como espaço de discussão de identidades …… 104**

**PARTE III**

**REPRESENTAÇÕES NOS DISCURSOS DE JAIR BOLSONARO: TRÊS DÉCADAS DE INTOLERÂNCIA, (MAIS DE) QUINHENTOS ANOS DE RESISTÊNCIA … 109**

**CAPÍTULO V: OS DISCURSOS DE JAIR BOLSONARO SOBRE OS INDÍGENAS DO BRASIL: A (SOBRE)VIVÊNCIA E A LUTA PELA TERRA …… 110**
**5.1 EIXO 1: Representação de si do sujeito/presidente …… 112**

**5.2 EIXO 2: Representação de terra do sujeito/presidente ……** 124
**5.3 EIXO 3: Representação do sujeito/presidente sobre o indígena ……**135

**(IN)CONCLUSÕES QUE FICAM ..……..……** 152

**REFERÊNCIAS ……...……** 157

# INTRODUÇÃO

Compreendendo que o que sou e o que penso está carregado de dizeres alheios, seja daqueles que me antecedem ou "daqueles que parecem não deixar rastros" (Coracini, 2007, p. 59), convém aqui sintetizar como surgiu a minha relação com os estudos da questão indígena.

Desde que me entendo por "gente", fui criado nas cidades de Anastácio e Aquidauana, dois municípios vizinhos, no Estado de Mato Grosso do Sul, que se separam um do outro pela existência do rio Aquidauana. O rio Aquidauana deu nome a uma das cidades e sua origem vem do vocabulário indígena da etnia Guaicuru, que significa "rio estreito". Atualmente, os indígenas que habitam o município de Aquidauana são da etnia Terena, e formam uma população de mais de 9 mil indígenas, distribuídos em 09 aldeias. Ao lado da Estação Ferroviária está localizada a Feirinha Indígena, onde é comercializada a produção agrícola das aldeias[1].

Já em Anastácio/MS, existe uma aldeia indígena urbana da etnia Terena denominada "Aldeinha"[2], que fica a 2 km de distância da minha atual residência. Essa aldeia consiste em uma espécie de bairro da minha cidade e, nela, existe uma escola indígena. As festas e eventos da comunidade da Aldeinha são realizados esporadicamente, principalmente no "Dia do Índio". Nessas festas, os indígenas desenvolvem coreografias típicas, tais como a dança do Bate-pau e a dança da Ema[3].

Em 2011, ao ser lotado como servidor público federal, no Laboratório de Estudos Interculturais Indígenas "Povos do Pantanal", do Campus de Aquidauana, da UFMS, tive a oportunidade de estreitar ainda mais os laços com as causas indígenas. A aproximação com cerca de 100 (cem) acadêmicos indígenas de uma Licenciatura Intercultural, para formação em quatro áreas (Linguagens, Matemática, Ciências Sociais e Ciências da Natureza), possibilitou valorosas experiências de aprendizado nas aulas presenciais e atividades de campo realizadas nas aldeias.

Desde então, ganhei a chance de conhecer um pouco mais das questões indígenas, como a participação na Ação de Extensão Formação Continuada de Professores Indígenas da Aldeia Cachoeirinha, Miranda/MS, promovida pelo Campus de Aquidauana, da Universidade

---

[1] Disponível em: http://www2.aquidauana.ms.gov.br/cidade. Acesso em: 15 jul 2023.
[2] A Aldeia Aldeinha possui 80 residências e um total de 321 moradores, segundo a FUNASA (BRASIL, 2010).
[3] Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Anast%C3%A1cio_(Mato_Grosso_do_Sul). Acesso em: 18 set 2023.

Federal de Mato Grosso do Sul, no ano de 2013, tendo a Prof.ª Dr.ª Claudete Cameschi de Souza como Coordenadora do Projeto. O contato com os indígenas da Aldeia de Cachoeirinha também trouxe inquietações e o anseio em aprender um pouco mais sobre a história de resistências e de lutas dos povos indígenas.

As oportunidades de estudar a questão indígena só foram ficando maiores/melhores. Em março de 2013, no I Seminário de Documentação Indígena e Etno-história, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), em Campo Grande, pude presenciar importantes reflexões do pesquisador do povo Guarani, Bartolomeu Melià. Entre outras considerações, o jesuíta e antropólogo espanhol discutiu sobre o termo "sabedoria" e suas diferentes representações para o indígena e para o branco. Bartolomeu Melià radicou-se no Paraguai em 1954, onde iniciou seus estudos da língua e da cultura Guarani, tendo o padre Antonio Guash como primeiro professor. Participou ativamente de diversos programas de educação intercultural bilíngue tanto no Paraguai como na Bolívia, no Brasil e na Argentina. Atuou como membro da Comissão Nacional de Bilinguismo do Paraguai e faleceu em 6 de dezembro de 2019. Sua palestra foi inspiradora, despertando um interesse ainda maior pelo estudo das questões indígenas.

Em 2015, defendi a dissertação de Mestrado, no Campus de Três Lagoas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que tinha, como objetivo geral, problematizar a constituição identitária dos Terena no vídeo que narra o processo de Reintegração de Posse da Fazenda Petrópolis, situada no município de Miranda/MS, e as representações de "terra" identificadas naquele acontecimento. Os discursos, no vídeo que narra o processo de retomada da Fazenda Petrópolis, carregam marcas de exclusão social, uma vez que a voz do indígena, quando não silenciada, deixa de ser ouvida. Os enunciados corroboram estereótipos inseridos, no social, sobre os indígenas, como o de que fazem uso abusivo de bebidas alcoólicas; de que o indígena precisa ser inteligente (e isso requer obediência à lei, às condições impostas pelo branco). No que concerne ao branco, emergem discursos do indígena que colocam em xeque a conduta de alguns policiais (eles seriam os maconheiros, os bandidos, não o índio), num país que possui uma Justiça que tarda e, também, falha. (Oliveira, 2015).

Trata-se, pois, de um trabalho que possibilitou, entre outras coisas, adentrar na arena conflituosa de representações formuladas sobre os povos indígenas no decorrer da história, bem como pelo percurso de resistência dos povos indígenas. Minha trajetória no Mestrado instigou novas indagações a respeito da condição de marginalização imposta ao indígena brasileiro, lançando luzes sobre esta tese.

O local das minhas origens, bem como os acontecimentos pessoais/profissionais/acadêmicos descritos, até aqui, são, portanto, responsáveis pelo despertar de inquietações sobre a condição do indígena atual, que vive no mundo globalizado, com fronteiras demarcadas e relações de poder estabelecidas entre brancos e indígenas.

Há mais de 500 (quinhentos) anos, o indígena é colocado à margem na sociedade. Muitos são os desafios a serem enfrentados pelos povos indígenas no país, como questões territoriais, de saúde, de segurança, entre outros mais. O indígena não é visto em locais estratégicos, não tem o poder decisório em assuntos de grande relevância no Brasil. Os índices de alcoolismo e de suicídio vêm aumentando constantemente entre os povos indígenas. Há muitos locais, ainda, em que as comunidades sofrem com a falta de escolas indígenas de qualidade e atendimentos de saúde suficientes[4]. Ao longo do tempo, poucas foram as vezes em que o Estado brasileiro ofereceu a devida atenção e seriedade no tratamento das causas indígenas.

Nos dias atuais, os discursos de exclusão do indígena, no nosso país, são endossados na/pela sociedade. Essas discursividades trazem à baila alguns estereótipos como, por exemplo, o do indígena selvagem, preguiçoso, incapaz, e outros mais. São dizeres que, advindos de indivíduos "comuns", estabilizam sentidos, (re)produzindo "verdades", e adquirem ainda mais força e repercussão quando feitos por uma personalidade de tamanha representação e influência como o Presidente da República do Brasil, ganhando impulso pela internet e pelas redes sociais.

Jair Bolsonaro possui um extenso repertório de discursos preconceituosos contra grupos colocados à margem na sociedade brasileira, como indígenas, mulheres e homossexuais. Seus pronunciamentos desrespeitosos sobre os indígenas e a questão das terras tradicionais, seja como ocupante do cargo de deputado federal, ou mais recentemente, como Presidente da República, podem ser facilmente encontrados em sites da internet[5]. Analisar essas discursividades, em um espaço temporal de mais de três décadas de carreira política, implica trazer à tona (pré)conceitos cristalizados na sociedade hegemônica, verdades normalizadas e construídas socialmente, acerca dos grupos indígenas, sem o devido respeito aos povos originários do Brasil.

---

[4] Disponível em: https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2016/04/para-estudiosos-no-am-indios-ainda-sao-tratados-como-subcidadaos.html#:~:text=%22Quanto%20%C3%A0%20quest%C3%A3o%20da%20sa%C3%BAde,professores%20ind%C3%ADgenas%20recebem%20muito%20mal. Acesso em: 12 out 2022.

[5] Uma boa parte desses discursos pode ser encontrada no site https://www.survivalbrasil.org/artigos/3543-Bolsonaro. Acesso em: 12 out 2022.

Em um levantamento bibliográfico, foram encontrados, até aqui, alguns trabalhos que tratam, pelo viés discursivo, dos discursos de Jair Bolsonaro ou de outros discursos de exclusão dos indígenas. Entretanto, nenhum deles trabalha com o tema de modo específico, como feito nesta tese (de característica transdisciplinar), reunindo um conteúdo discursivo sobre os indígenas em um recorte temporal de mais de três décadas. O gesto analítico-interpretativo aqui proposto, trará à tona, de forma predominante, questões relacionadas à disputa de territórios tradicionais dos indígenas. Já os trabalhos encontrados abordam temas como: educação, direitos humanos, pandemia, religião, posicionamento de extrema-direita; discurso de posse, entre outros.

O artigo publicado por Luís Otávio Costa Marques e Paulo Afranio Sant'anna, "O discurso fascista e suas implicações para a educação dos povos do campo e indígenas", publicado na "Revista X", volume 15, p. 53-59, no ano de 2020, articula reflexões sobre enunciados de cunho fascista que têm emergido no Brasil, nos últimos anos e seus impactos nas políticas públicas educacionais voltadas para a diversidade cultural dos povos do campo e indígenas no país. Dos resultados, os autores apontam que os discursos de cunho fascista do atual Presidente vêm de uma visão do outro como sendo inferior, de alguém que precisa ser "resgatado", adotando os valores do outro a fim de ser aceito dentro da cultura dominante vigente no país.

Outra pesquisa foi a realizada por Camila da Costa Bento, na tese de doutorado defendida no ano de 2020, pela Universidade Beira Interior, intitulada "Uma análise do discurso político de Bolsonaro que contribuiu para a chegada da extrema-direita brasileira ao poder". A autora objetiva analisar o discurso de Bolsonaro, como figura dotada de poder simbólico na busca por legitimidade de agir em nome do coletivo, observando quais as estratégias enunciativas adotadas na conquista do eleitorado. Para tanto, a pesquisadora elegeu enunciados publicados na página do Facebook do então candidato, entre os dias 31 de agosto e 28 de outubro de 2018 (período que compreendeu o prazo oficial da campanha presidencial), a fim de verificar como as articulações simbólicas foram empregadas como estratégia da propaganda política bolsonarista. Amparada nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, a autora obteve como resultado a compreensão de que a estratégia discursiva de Bolsonaro se deu a partir de dois modos complementares de legitimação: um ideológico, fortemente ancorado pelo imaginário conservador, no qual está presente a recusa de qualquer ideal que possa ameaçar a constituição social vigente; e, o outro, que se apoiou na identificação com o eleitorado pela oposição à ordem política em vigor, através do discurso antissistêmico.

O trabalho intitulado “A produção do inimigo ou destruição da alteridade: uma análise dos discursos de Jair Bolsonaro, de Larissa Júlia Paludo e Gerson Wasen Fraga, publicado na “Revista Eletrônica de Educação”, volume 14, p. 1-16, em 2020, é elaborado a partir de uma pesquisa de Mestrado que analisa os discursos de Jair Bolsonaro sob o prisma da produção da alteridade ou da diferença, buscando apresentar as características e as possíveis consequências do discurso e, por conseguinte, do movimento bolsonarista, no âmbito da produção do inimigo e do ataque aos direitos humanos. Como resultado, os autores explicitam os elementos formativos do discurso bolsonarista, calcado sobre uma estrutura de pensamento onde o inimigo é elemento imprescindível para sua existência, afirmando que, dentro desta estrutura, não há lugar a ser ocupado pela alteridade.

Outro trabalho encontrado foi o apresentado por Patrícia Augsten e Igor Amaral, no “III Seminário de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais”, em São Leopoldo/RS, de 6 a 10 de maio de 2019, intitulado “De juramentos a Deus à intolerância: uma análise dos discursos de Jair Bolsonaro”. Os autores se propuseram a discutir e refletir sobre os discursos de intolerância de Jair Messias Bolsonaro (PSL). Para tal, debruçaram-se em pronunciamentos oficiais: o primeiro, quando Bolsonaro confirmou sua candidatura à presidência nas eleições de 2018, no dia 22 de julho de 2018; o segundo momento investigado foi o do discurso após a confirmação da vitória eleitoral, por 55,13% dos votos contra 44,87%, do opositor Fernando Haddad (PT), no dia 28 de outubro de 2018. E, por fim, a análise do pronunciamento oficial, quando Bolsonaro assumiu a presidência, no dia primeiro de janeiro de 2019. Como resultado prévio, os pesquisadores destacaram a diferença no comportamento do presidente nos três momentos distintos. Durante o discurso na convenção partidária que confirmou o nome de Jair Bolsonaro à disputa para presidência, as categorias mais citadas foram as de gênero e sexualidade, ideológica e Direitos Humanos. Já no discurso realizado após a divulgação do resultado da eleição, Bolsonaro foi mais comedido, preconizando a união do país, tendo feito apenas referências contra o Comunismo. O comedimento, no entanto, segundo os autores, diminui no discurso de posse, em janeiro, e o elemento religiosidade é destacado em sua fala.

Em “Discursos de ódio contra povos indígenas no Brasil: os Guajajara”, trabalho apresentado no “II SIELLI e XX Encontro de Letras”, em Goiás, de 8 a 12 de novembro de 2021, João Yure Santos Silva traz à discussão os discursos de ódio contra indígenas Guajajara com base nas categorias analíticas da análise de discurso crítica (ADC), tendo como corpus de pesquisa transcrições de áudios que contêm discursos de ódio direcionados aos Guajajara, coletados por meio de uma notícia veiculada no site Amazônia Real. O trabalho teve como resultado, na análise realizada das transcrições, que os sujeitos estimulam discursos de ódio,

que esses discursos estão englobados de ideologia e hegemonia sobre o outro inferiorizado, neste caso, os Guajajara.

A temática indígena e sua relação com o governo, nas questões territoriais, é considerada no artigo "O sentido de 'ser índio': práticas discursivas na luta pelo território no atual cenário político brasileiro", de Suety Líbia Alves Borges e Eliane Marquez da Fonseca Fernandes, publicado na "Revista Language and Culture", volume 42, no ano de 2020. O trabalho discute as práticas discursivas veiculadas por sites de notícias, entre governo e povos indígenas, na luta pelo Território no atual cenário político brasileiro, obtendo como resultado a percepção de que na luta pelo poder, nos movimentos de resistência, a identidade indígena se afirma e se sustenta, fortalecendo, mais e mais, o sentido de ser indígena.

Os estudos de Guerra (2010) contribuíram, de modo significativo, para a proposta de análise desta tese. Seu trabalho, elaborado a partir do discurso da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio) e da I Conferência Regional dos Povos Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, realizada no município de Dourados/MS, denuncia uma aparente inclusão social do indígena. De acordo com a autora, por mais que a Constituição Federal de 1988 tenha trazido avanços na questão do respeito aos povos indígenas, expressões como "emancipação" ainda emanam o sentido de que o indígena encontra-se à margem da sociedade.

Esta tese se subdivide em três partes: Parte I: Bolsonarismo Heróico e Indígena Silvícola: a (des)construção de dois mitos, com dois capítulos; Parte II: A Relação Teórico-Metodológica da Pesquisa, também com dois capítulos e; Parte III: Representações nos discursos de Jair Bolsonaro: três décadas de intolerância, (mais de) quinhentos anos de resistência; que apresenta um capítulo final, com os gestos de interpretação discursivos a que me proponho nesta tese.

Na primeira parte, apresento as condições de produção dos dizeres de Jair Bolsonaro, no objetivo de elucidar em que circunstâncias esses discursos foram produzidos, trazendo à tona a trajetória do deputado federal que chegou à Presidência da República, nas eleições de 2018, sem participar da grande maioria dos debates políticos organizados naquele pleito eleitoral. Busco relacionar, de modo sumário, os fatores econômicos, sociais e políticos que abriram passagem para que Bolsonaro chegasse ao maior cargo do poder executivo federal. Encerro a primeira parte demonstrando algumas formas de resistência de grupos indígenas do país, diante dos discursos de marginalização e opressão e dos projetos de lei que objetivam minar os direitos sobre as terras ocupadas pelas comunidades tradicionais.

A segunda parte – A Relação Teórico-Metodológica da Pesquisa – detalha os pressupostos teóricos e metodológicos utilizados nesta pesquisa, apresentando os autores e suas concepções advindas da Análise do Discurso (AD), do método arqueogenealógico, da teoria derridiana e mobilizando conceitos dos estudos decoloniais[6]. Para tanto, afasto-me dos modelos estruturalistas, em que a língua é detentora de um significado único e invariante, e reconheço o seu aspecto híbrido, heterogêneo e perpassado pelo social, pelo histórico e por uma ideologia.

Na terceira e última parte, intitulada "Representações nos discursos de Jair Bolsonaro: três décadas de intolerância, (mais de) quinhentos anos de resistência", problematizo os discursos proferidos por Jair Bolsonaro, ao longo de mais de três décadas de carreira política, explorando questões que, em especial, envolvem a terra e a discriminação sofrida pelos indígenas desde o processo colonizatório até os dias atuais.

Considerando a relevância dos discursos para o objeto de análise, 15 (quinze) recortes foram efetuados e agrupados (R1, R2, R3, etc.), no capítulo final desta tese, distribuído em três eixos: Eixo 1: Representação de si do sujeito/presidente; Eixo 2: Representação de terra do sujeito/presidente e; Eixo 3: Representação do sujeito/presidente sobre o indígena. Ancorado na proposta de Orlandi (1987, p. 139), compreendo o "recorte" como uma "unidade discursiva, fragmento correlacionado de linguagem em situação". Destaco que essa divisão não foi pensada em razão dos recortes se adaptarem apenas em um eixo. Há recortes que se enquadram em mais de um eixo. Entretanto, essa classificação, por eixos discursivos, objetiva tornar mais "didático" o percurso analítico pretendido nesta tese. A distinção de cada recorte,

---

[6] As teorias pós-coloniais e decoloniais propuseram a construção de uma nova forma de pensamento, e denunciaram que o conhecimento tido como racional e universal era, na verdade, muito bem localizado. O conhecimento europeizado previa um sujeito universal, neutro, objetivo, o qual, na verdade, sempre fora homem, branco, heterossexual, cristão, de classes altas e habitante do Norte Global. Os estudos decoloniais tiveram início com pesquisadores latino-americanos estabelecidos em universidades estadunidenses. No fim da década de 1990, foi constituído o grupo Modernidade/Colonialidade (ou "Proyecto M/C), cujos membros se destacam entre Edgard Lander, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, María Lugones, Catherine Walsh, Arturo Escobar, Ramón Grosfoguel e Nelson Maldonado-Torres. Os estudos decoloniais foram influenciados pelo pós-colonialismo, mas alertaram que mesmo essa corrente teórica continuava a ter como referências apenas teóricos europeus. Era, então, necessária a construção de uma nova epistemologia, advinda realmente do Sul Global, verdadeiramente emancipatória, com o afastamento das teorias e das influências eurocentradas. Os estudos pós-coloniais versam que, a partir da consolidação da filosofia moderna no século XVII (Lugones, 2020), vários binarismos e dualismos foram estabelecidos. Essas dicotomias pressupunham ordens de superioridade e inferioridade entre europeus, considerados civilizados, modernos, racionais; e os não-europeus, primitivos, tradicionais e "irracionais". Todo o conhecimento que não fosse o racional e o científico era desconsiderado, subjugado ou mesmo aculturado. Apesar das suas diferenças, as teorias pós-coloniais e as decoloniais demarcam que a produção do conhecimento dominante se dá por meio da racionalidade masculina, e buscam construir o conhecimento a partir do olhar situado do sujeito, bem como de suas diferenças: o foco está no multiculturalismo e na pluridiversidade. Disponivel em: https://desconstrucaodiaria.com/2023/03/20/as-teorias-pos-coloniais-as-teorias-decoloniais-suas-diferencas-e-a-construcao-de-uma-nova-forma-de-pensamento/. Acesso em 28 abr. 2024.

em seus respectivos eixos, será precedida por uma análise, a fim de identificar se, em determinado enunciado, prevalece a representação de si, a representação de terra ou a representação sobre o indígena.

Numa perspectiva transdisciplinar, a fundamentação teórica deste trabalho ancora-se: 1) nas propostas provenientes da Análise do Discurso de origem francesa, no escopo de formar um outro lugar de conhecimento, onde a linguagem pode ser referida essencialmente à sua exterioridade, para a compreensão do seu funcionamento enquanto processo significativo; 2) do método arqueogenealógico de Foucault (1990, 1996, 2000a, 2000b, 2006, 2007, 2008a, 2008b), que embora tenha sido um historiador e filósofo, ele foi adotado pela AD para discutir questões como o saber, o poder e a vontade de verdade, trazendo conceitos caros à proposta de análise, como os de formação discursiva e memória discursiva; 3) da obra derridiana (1994, 2001a, 2001b) que, seguindo a mesma linha de "adoção" pela AD, citada anteriormente, contribui com noções importantes como a de memória e arquivo; e, 4) dos estudos decoloniais, como perspectiva diferenciada das teorias eurocêntricas de outros autores, que colaboram, portanto, de modo significativo, na desconstrução de um pensamento unilateral e colonizatório.

Sem o intuito de tomar essas teorias na íntegra, tenho por objetivo compreender o acontecimento discursivo em uma proposição de análise que concilia linguagem e história, questionando a transparência da linguagem e o sentido pronto, fechado. Para tanto, considero a exterioridade como constitutiva da linguagem e o sentido como resultado da relação língua-formação discursiva, sendo necessária a análise das condições de produção do discurso. Ao analista do discurso, compete, pois, explorar a singularidade do enunciado, de um acontecimento situado no campo de uma memória. Enunciado esse que mantém relação com outros grupos de enunciados e com episódios de ordem social, histórica e cultural.

Segundo Foucault (2007, p. 13), vivemos em uma sociedade que, em grande parte, segue em direção "ao compasso da verdade", ou seja, que produz e difunde discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm, por esse motivo, poderes específicos. O filósofo entende "verdade" como "um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados". (Foucault, 2007, p. 14). Somos, assim, julgados, condenados, compelidos a viver de certo modo, em função de discursos tidos como verdadeiros.

Para o filósofo, é inconcebível separar verdade e poder, e cada sociedade possui seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade, ou seja, os tipos de discurso que ela acata e faz funcionar como verdadeiros. (Foucault, 2007). E se há poder de um lado, há resistência

de outro. O indígena, ao deparar-se com discursos de intolerância, em prol de interesses capitalistas e contrários à defesa do meio ambiente, questiona as verdades do agronegócio desenfreado, pleiteia a posse de territórios tradicionais, organiza manifestações em frente ao Congresso Nacional, utiliza os recursos tecnológicos (com o uso da internet, das redes sociais) para confrontar o discurso do branco, mostrando o que é ser indígena no século XXI. É nesse momento, fazendo uso desses mecanismos de defesa (e ataque ao mesmo tempo) que o indígena toma a palavra, detém o poder, e reivindica o cumprimento da Carta Constitucional no que concerne à garantia de seus direitos.

Outro ponto fundamental da colaboração de Foucault (2008), com esta tese, diz respeito à noção de arquivo. Em oposição a uma concepção genérica, arquivo, para o filósofo não se refere à conservação e manutenção de documentos, mas está ligada às "regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem, e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. É o sistema geral da formação e transformação dos enunciados." (Foucault, 2008, p. 150). O método arqueológico compreende a escavação dos discursos e a irrupção dos acontecimentos, numa análise da produção de um enunciado, com a finalidade de compreender as condições que fomentaram sua emergência. Aplicar o método arqueológico implica, pois, compreender as regras, práticas, condições e funcionamento desses discursos instituídos, o que possibilitou que eles não se "dissolvessem" no tempo.

A obra derridiana também apresenta relevantes contribuições a esta pesquisa, sobretudo, no que diz respeito às noções de memória e arquivo. Seu gesto desconstrutor e as noções teóricas por ele exploradas também ajudam na problematização das discursividades de Jair Bolsonaro acerca do indígena. Segundo Derrida (2001a), é impossível atentar para o arquivo como sendo inserido em um campo de neutralidade: mesmo com a garantia de memória que aponta o passado, de modo legítimo, os sentidos, segundo o filósofo, ainda assim são instáveis. Considerando que, segundo o autor, não existe arquivo sem uma técnica de repetição e sem uma determinada exterioridade, e que o arquivo deve garantir a possibilidade de memorização e de reprodução, entende-se, por exemplo, como a estratégia de reiteração de alguns discursos de Bolsonaro, na terceira parte desta tese, contribui para que o indígena seja visto como obstáculo ao progresso, uma vez que esses dizeres começam a se "normalizar" e a ganhar roupagens de "verdade".

As teorias decoloniais assumem sua função colaborativa nesta tese, que possui, como já dito anteriormente, uma abordagem transdisciplinar, abrindo passagem para a reconstrução de histórias que foram silenciadas, subjetividades que foram "sufocadas", conhecimentos e linguagens que durante muito tempo foram condenados ao esquecimento. A decolonialidade

emerge como opção às teorias eurocêntricas, que não reconheceram e insistem em negar a autenticidade cultural, política, econômica e ideológica de povos que foram inferiorizados. Nesse sentido, as considerações de autores como Quijano (1999, 2005), Mignolo (2003, 2008, 2017, 2021) e Sousa-Santos (2009, 2021) auxiliam no intuito de romper com discursos cristalizados ao longo do tempo, com verdades postas acerca do indígena que emergem nos discursos bolsonaristas, conforme será visto na última parte desta pesquisa.

Justifico, aqui, o uso dos termos "decolonialidade" e "descolonialidade", por corroborar Queiroz (2019, p. 9), quando afirma que "na literatura especializada, lemos descolonialidade e decolonialidade, ou seja, o termo grafado com e sem o 's'. Para elucidar a questão, o autor menciona uma entrevista dada por Mignolo, à Norma Fernandez, em que profere: *'[...]estuvimos dabatiendo en el colectivo si usar, 'descolonialidad' o 'decolonialidad'. Para algunos, decolonialidad es un anglicismo. Para otros, marca la diferencia con descolonización más claramente que descolonialidad*[7]'. Catherine Walsh argumenta [...] '*que decolonialidad no es un anglicismo sino que marca [...] una distancia y rompe (se desengancha) de la expresión correcta en castellano que sería, descolonialidad*'[8]. Como não há consenso quanto ao uso do conceito decolonial/descolonial, pois, ambas as formas se referem à dissolução das estruturas de dominação e exploração configuradas pela colonialidade e ao desmantelamento de seus principais dispositivos, optei pelo uso do termo com o "s" (descolonial), todas as vezes em que faço referência ao ato de "pensar descolonialmente"; e o uso sem o "s", para mencionar o conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas sobre a colonialidade.

A opção decolonial oferece uma gama de caminhos descoloniais. No entanto, esses caminhos possuem todos uma coisa em comum: a ferida colonial, a compreensão de que, de fato, pessoas ao redor do mundo foram categorizadas como mental e economicamente subdesenvolvidas (Mignolo, 2021). Corroboro Mignolo (2017), quando ressalta que a decolonialidade é uma opção pelo fato de não impor outra forma de pensar, uma vez que tal escolha vem como crítica aos pensamentos opressores, impostos e determinados como únicos e inalteráveis. O ato de pensar descolonialmente constitui um implacável esforço analítico para compreender e transpor a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de administração e controle que emergiu a partir da transformação econômica do

[7] [...] 'N]ós estávamos debatendo coletivamente se deveríamos usar 'decolonialidade' ou 'decolonialidade'. Para alguns, a decolonialidade é um anglicismo. Para outros, marca a diferença com a descolonização mais claramente do que com a decolonialidade'.
[8] [...] 'que a decolonialidade não é um anglicismo, mas sim marca [...] uma distância e rompe (desvincula-se) da expressão correta em espanhol, que seria, decolonialidade'.

Atlântico e a transição de conhecimento verificada tanto na história interna da Europa como entre a Europa e as suas colônias. (Mignolo, 2017).

Aqui exponho a expectativa de que os discursos de Jair Bolsonaro articulam produtivas discussões e reflexões sobre a condição de marginalização das comunidades indígenas brasileiras. Acredito que seus pronunciamentos falam muito além das suas convicções pessoais: seus discursos refletem o posicionamento de uma sociedade como um todo, que ainda não aprendeu a dar o merecido respeito ao indígena do nosso país. Longe de mim querer esbarrar em discursos maravilhosos sobre o indígena e sobre sua importância para a história do nosso país. A sociedade não o vê dessa maneira. Há em mim, sim, a expectativa de encontrar resistência, sobrevivência indígena em meio aos discursos colonizatórios, tão presentes ainda na sociedade. Existe o anseio de contemplar, em meio a essas discursividades, a luta e o avanço dos povos indígenas, mesmo sabendo que ainda existe muito mais a ser conquistado, na luta pelo reconhecimento de seus direitos.

Do levantamento dessa hipótese, mobilizo alguns questionamentos: 1) Há marcas linguísticas, nos discursos de Bolsonaro, que remetem os indígenas da atualidade ao imaginário de um arquivo colonial? 2) É possível identificar, discursivamente, nos recortes, efeitos de sentidos de marginalização, de exclusão social dos indígenas? 3) É possível localizar relações de poder/saber e de resistência nos discursos analisados? 4) Como o indígena é representado discursivamente nas materialidades? 5) Com que predominância e como a questão da terra emerge nos discursos analisados?

Como objetivo geral, busco identificar, via materialidade linguística, ou seja, nos discursos de Jair Bolsonaro, as relações de poder/saber, formações discursivas e interdiscursos que apontam para o processo de exclusão/marginalização do indígena, bem como para suas condições de existência/resistência, abrindo caminhos para reflexões e desviando a trajetória do pensamento para uma perspectiva horizontal, heterogênea e que considera a contribuição da diversidade de saberes nas relações sociais. Analisar esses discursos e os diferentes efeitos de sentido que neles emergem, possibilita compreender que o sujeito/presidente carrega conceitos cristalizados sobre o indígena, que visam a um discurso centrado na "vontade de verdade", diante de diferentes relações de poder. (Foucault, 1996). Conceitos esses que estão presentes na nossa sociedade, como um todo.

Quanto aos objetivos específicos, traço os seguintes aspectos: 1) indicar, por meio dos recortes discursivos, marcas linguísticas que caracterizam efeitos de sentidos de marginalização/subalternização do indígena; 2) apontar os efeitos de sentidos que (re)configuram a representação do sujeito/presidente sobre si e sobre o indígena, que é a

mesma da sociedade branca e capitalista; 3) identificar, na materialidade dos enunciados analisados, aspectos que diferenciam a representação de terra para o branco e a representação de terra para o indígena; 4) problematizar, via materialidade linguística, os conceitos construídos/cristalizados sobre o indígena, na relação entre discursos, história e memória. 5) percorrer o processo analítico dos enunciados de Jair Bolsonaro, enquanto lugar incerto, sempre suscetível de tornar-se outro/outros, deslocando sentidos de acordo com o sentido submetido à análise.

A justificativa da pesquisa se dá por uma junção de fatores. Em primeiro lugar, a aproximação pessoal com as questões indígenas, por meio da experiência de trabalho no Laboratório de Estudos Interculturais Indígenas "Povos do Pantanal" (2011-2014) e, também, da continuidade dos estudos sobre os indígenas, até o ano de 2015, com a conclusão do Mestrado, que despertou ainda maior interesse em continuar a contribuir com as discussões sobre a condição de marginalização imposta aos grupos indígenas. A isso, somam-se a irrupção de questionamentos individuais, a emergência da questão indígena na contemporaneidade e as diferentes abordagens desta.

Basta olhar para os noticiários da televisão e verificar a presença de assuntos que envolvem os indígenas, o meio ambiente e a luta pela terra: manifestações indígenas, em Brasília, contra projetos de leis que vão contra os direitos das comunidades sobre os territórios; a tese jurídica do marco temporal; denúncias recorrentes de garimpos ilegais na Amazônia, descaso com os problemas sociais indígenas, e outros mais. Os episódios que envolvem as questões indígenas, sobretudo, os relativos à terra, à conciliação do agronegócio com as questões ambientais estão em alta, sendo propagados por toda a mídia, constituindo pauta obrigatória nas discussões atuais. Essas questões ganharam ainda mais destaque em um ano eleitoral, com uma corrida presidencial polarizada e muito tensa no nosso país.

Por relevância social, a escolha do tema amplia os estudos sobre as questões indígenas e as discussões de seus direitos sobre as terras tradicionalmente ocupadas, um assunto que começou a ser oficializado na Constituição de 1988 (com o respeito às diversas etnias e aos seus direitos adquiridos), mas que, na prática, encontra barreiras impostas pelo capitalismo, pela sociedade que visa apenas o lucro. Tamanho tem sido o impasse e as tensões sobre o assunto, nos dias atuais, e, por essa razão, um gesto analítico-interpretativo, como o proposto nesta pesquisa, possibilita a reflexão e (re)visão de conceitos cristalizados, de mudança de postura frente às causas ambientais e de respeito aos indígenas do nosso país.

Diante do exposto, considero que refletir a respeito de questões sobre o indígena, que emergem nos discursos de Jair Bolsonaro, contribui, de forma significativa, na compreensão

da produção de sentidos, da marginalização dos grupos indígenas do nosso país e do modo como esses dizeres resgatam um arquivo colonial, ou seja, uma representação do indígena do passado que continua a reverberar na memória coletiva, na sociedade atual e na vida dos diversos grupos indígenas brasileiros. Pretendo, pois, expor as contradições e problematizar, via materialidade linguística, os sentidos que parecem evidentes, a fim de contribuir com práticas discursivas mais eficazes na luta contra os discursos hegemônicos. E é exatamente nesse ponto que teorias decoloniais são tão pertinentes, ao trazer uma alternativa diferente do modo de pensar colonizatório, preponderante. Esta pesquisa, por diferenciar-se de outros trabalhos já existentes, reafirma sua importância ao articular questões inerentes à luta pelos territórios tradicionais indígenas, e ainda, discutir as proporções que podem tomar o discurso de ódio do branco a respeito do indígena, existente desde que os portugueses aqui pisaram.

# PARTE I

# BOLSONARISMO HERÓICO E INDÍGENA SILVÍCOLA: A (DES)CONSTRUÇÃO DE DOIS MITOS

# CAPÍTULO I
# SOBRE JAIR BOLSONARO E O SEU LUGAR DE ENUNCIAÇÃO

> Como em um jogo de xadrez, é melhor orador aquele que consegue antecipar o maior número de 'jogadas', ou seja, aquele que mobiliza melhor o jogo de imagens na constituição dos sujeitos, esperando-os onde eles estão, com as palavras que eles 'querem' (gostariam de, deveriam etc.) ouvir. (Orlandi, 1999, p. 41)

Assim como Orlandi (1999) apresenta na epígrafe, que trago na abertura deste capítulo, a ideia de que um bom jogador ou orador é aquele que consegue antecipar as regras do jogo (como, por exemplo, os lugares onde se encontram seus interlocutores, possibilitando, assim, uma "modelagem" para aceitação do seu discurso), o ex-Presidente Jair Bolsonaro, enquanto personalidade política, procura ajustar seu dizer de acordo com aquilo que ele acredita que vai satisfazer seus seguidores e futuros eleitores. É o que o faz acreditar que sua personalidade, sua "irreverência" e suas opiniões polêmicas "caem" no gosto da maior parte da população brasileira.

Inicio este capítulo considerando que todos somos constituídos pela linguagem e seu uso pode fazer emergir diferentes efeitos de sentido, gerando conflitos, relações de poder. A linguagem não é neutra. Mesmo quando não há posição nítida no discurso, a respeito de um certo tema, por exemplo, a palavra está carregada de ideologias, pois "[...] a formação discursiva é a projeção ideológica no dizer" (Orlandi, 1997, p. 55). Esse propósito, está atrelado às questões de relações, originárias de um sistema de poder que produz e reproduz verdades. Segundo Foucault (2000b, p. 10), a "sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros". É nesse sentido que já começo a trazer à reflexão, no início desta tese, sobre o que tem atravessado a sociedade brasileira como discurso de "verdade"; sobre quais discursos têm sido acolhidos e quais descartados, em questões pontuais como a defesa dos direitos indígenas e do meio ambiente.

Analisar os discursos de Jair Messias Bolsonaro, implica trazer à tona representações do indígena na fala de alguém que, por determinado período, ocupa o cargo de autoridade máxima do Executivo brasileiro, ancorado na perspectiva de que o sujeito acredita possuir uma linguagem transparente e com um único sentido possível. O sujeito/Presidente fala de um lugar hegemônico, do branco, reproduz um pensamento colonial. É por essa razão que na terceira parte desta tese, trago, também, em meio aos gestos analíticos-interpretativos dos

discursos de Jair Bolsonaro, a voz do indígena, a voz periférica que contrapõe o discurso hegemônico e, só assim e a partir daí, será possível conhecer mais sobre o que o indígena com muita propriedade nos ensina sobre sua história, desaprendendo o aprendido (Mignolo, 2014), aquilo que nos foi apresentado pelos conhecimentos/teorizações vindos/impostos pelo norte global.

Em uma classificação cronológica, a análise a ser empreendida na terceira parte desta tese tem, como ponto de partida, os pronunciamentos feitos por Bolsonaro antes de chegar à Presidência do Brasil, no final da década de 1990 - portanto, dez anos após os povos indígenas terem adquirido a garantia de direitos sobre as terras por eles habitadas, na Constituição de 1988 -, chegando até as discursividades mais recentes, enquanto ocupante do maior cargo do executivo federal. Os trechos discursivos de Bolsonaro, a serem analisados, em sua maioria, estão ligados à questão da demarcação de terras.

No que se refere às questões indígenas, Jair Bolsonaro, ainda exercendo a função de Deputado Federal, já criticava, por exemplo, a política de demarcação de terras para as comunidades na Amazônia. Bolsonaro já fez muitos comentários ofensivos contra os povos indígenas do Brasil. Em um espaço temporal de mais de duas décadas, encontramos discursos que causam indignação pelo desrespeito às diversas comunidades indígenas do nosso país.

Orlandi (1999) elucida que toda materialidade discursiva está relacionada a acontecimentos, aos lugares (posições) ocupados pelos sujeitos. Esses lugares, a partir dos quais os sujeitos falam, são constitutivos do que eles dizem. As condições de produção do discurso abrangem, de modo fundamental, os sujeitos e a situação, além da memória. Não existe discurso que não se vincule a outros: um discurso aponta para outros que o sustentam, bem como para dizeres posteriores.

Considerando que, conforme Orlandi (1999), os sentidos não se encontram apenas nas palavras, mas na relação com a exterioridade, nas circunstâncias em que eles são produzidos, torna-se, imprescindível, a análise das condições de produção do discurso nesta primeira parte da tese. A partir daí, será possível, no capítulo de análise (terceira parte), explorar a singularidade de cada enunciado, e como esses enunciados mantêm relação com outros grupos de enunciados e com episódios de ordem social, histórica e cultural.

### 1.1. A trajetória até a Presidência do Brasil

Após construir uma longa carreira parlamentar, alicerçada na defesa dos interesses de militares, Jair Messias Bolsonaro chegou à Presidência da República, em 2018, com uma

campanha eleitoral coordenada nas redes sociais e que, antes de tudo, foi considerada como "zebra" pelos analistas políticos. Naquele momento, pairava no país o sentimento antipetista[9]: o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva estava preso e impedido de concorrer ao pleito presidencial, em razão de decisões advindas da Operação Lava Jato[10].

**Figura 1:** Jair Bolsonaro, na posse da Presidência da República, em 1 de janeiro de 2019

**Fonte:** Wikipédia, 2022.

As eleições brasileiras de 2018 estabeleceram no país um giro à direita. Conforme divulgado no Portal G1, de Notícias, por Paixão (2018), o pleito foi sinalizado pelo mais alto número de abstenções, desde 1994, sendo de 20,33% no primeiro turno e de 21,30% no segundo. Os votos nulos e brancos totalizaram 9,57% no segundo turno. Bolsonaro, então, candidato pela Coligação "Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos" (Partido Social Liberal/Partido Renovador Trabalhista Brasileiro - PSL/PRTB), derrotou o ex-prefeito Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores - PT) no segundo turno, com 57.797.847 dos votos, em urnas eletrônicas, correspondentes a 55,13% do eleitorado brasileiro. Pela primeira

[9] em referência ao Partido dos Trabalhadores - PT. O partido permaneceu 14 anos no poder, e só foi interrompido por um impeachment, em 2016. (VINHAL, 2016). Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/05/12/interna_politica,531510/apos-14-anos-no-poder-governo-do-pt-e-interrompido-pelo-impeachment.shtml. Acesso em: 24 set. 2022.

[10] A Lava Jato foi sinalizada como um dos motivos da crise político-econômica de 2014 no país. De acordo com investigações e delações premiadas, estavam envolvidos em corrupção membros administrativos da empresa estatal Petrobrás, políticos dos maiores partidos do Brasil, incluindo presidentes da República, presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e governadores de estados, além de empresários de grandes empresas brasileiras. A Polícia Federal conceitua o conjunto de apurações da Lava Jato como a maior investigação de corrupção da história do país. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_Lava_Jato. Acesso em: 23 set. 2022.

vez, a OEA (Organização dos Estados Americanos)[11] examinou, com zelo, uma campanha eleitoral no país, em razão da polarização e das ameaças digitais e físicas que predominaram no período que antecedeu as eleições. (Sargentini; Chiari, 2019).

Descendente de imigrantes italianos, que chegaram ao Brasil depois da Segunda Guerra Mundial, Jair Bolsonaro nasceu em Campinas (SP), em 21 de março de 1955. Filho de Percy Geraldo Bolsonaro e de Olinda Bonturi, Bolsonaro é casado com Michelle, com quem teve sua filha caçula, chamada Laura. É pai, também, de Renan e tem cinco filhos, no total: além de Laura e Renan, é pai de Flávio, Carlos e Eduardo, que foram, respectivamente, eleitos como senador (2018) pelo estado do Rio de Janeiro; vereador do município do Rio de Janeiro (2000) e deputado federal (2014) pelo estado de São Paulo, este último conquistando o segundo mandato com a maior votação do país (1,8 milhão de votos, recorde para uma disputa à Câmara Federal)[12].

Jair Bolsonaro iniciou seu percurso militar na Escola de Cadetes de Campinas (SP), onde deu entrada em 8 de março de 1973, duas semanas antes de completar 18 anos de idade. No ano seguinte, foi aprovado para entrar na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, estado do Rio de Janeiro. (Aragão, 2022).

Bolsonaro concluiu o curso básico de paraquedismo do Exército, em julho de 1977. Em dezembro daquele ano, foi declarado aspirante a oficial de artilharia, finalizando o curso da AMAN. O general Ernesto Geisel, então presidente da República e o penúltimo da ditadura militar, esteve presente na cerimônia de formatura, de acordo com reportagem da época, publicada no jornal “O Estado de São Paulo”.

Aragão (2022) explica que, em um artigo publicado na revista “Veja”, em 1986, intitulado “O salário está baixo”, Jair Bolsonaro reivindicou, ao comando militar brasileiro, melhorias nos soldos pagos a soldados e oficiais de baixas patentes: “Como capitão do Exército brasileiro, da ativa, sou obrigado pela minha consciência a confessar que a tropa vive uma situação crítica no que se refere a vencimentos”. Conforme Pombo (2022), por conta dessa publicação, Bolsonaro ficou quinze dias detido em um quartel.

---

[11] A Organização dos Estados Americanos (OEA) é um organismo regional oficialmente fundado em 1948, com sede em Washington, nos Estados Unidos. É composta atualmente por 35 países, dentre eles o Brasil. Em toda a sua trajetória, apenas dois membros passaram pelo processo de suspensão: Cuba e Honduras, que, atualmente, fazem parte novamente dos quadros da organização. Entre os objetivos da OEA estão a colaboração entre os seus membros, a consolidação e promoção da democracia representativa, bem como do desenvolvimento dos países-membros, e a garantia da soberania, paz e justiça entre os Estados americanos. Disponível em https://brasilescola.uol.com.br/geografia/oea.htm. Acesso em: 29 set. 2022.

[12] Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/biografia-do-presidente. Acesso em: 29 set. 2022.

No ano seguinte, a revista "Veja" divulgou uma reportagem exibindo supostas intenções de Jair Bolsonaro e de um colega militar, Fábio Passos, de explodirem bombas em instalações militares, com o intuito de pressionar o comando por melhorias salariais e de condições de trabalho. Onde há poder há resistência (são dialéticos). Resistir, pois, não deve ser compreendido como um afrontamento exterior a um poder de dominação, mas como um "outro poder", que se apresenta de forma relacional: a manifestação de poder existe apenas se outras manifestações exercerem um papel de alvo, como um "interlocutor irredutível" (Foucault, 1990, p. 92).

No que diz respeito ao conteúdo trazido pela revista, Bolsonaro declarou a uma repórter, em tom sarcástico, que era apenas a "explosão de algumas espoletas". Após a publicação de reportagem que reproduzia um desenho esquematizado de um dos supostos alvos, Bolsonaro e Passos contestaram, ao então ministro do Exército, o general Leônidas Gonçalves, que os planos fossem verdadeiros. (Aragão, 2022).

Em razão desse episódio, Bolsonaro respondeu a uma investigação em um conselho de justificação do Exército. Inicialmente, foi considerado culpado, por unanimidade. Após recorrer ao Superior Tribunal Militar (STM), ele foi inocentado por falta de provas. A carreira militar de Bolsonaro é descrita, em detalhes, no livro publicado em 2019, pelo jornalista Luiz Maklouf Carvalho, intitulado "O Cadete e o Capitão: A Vida de Jair Bolsonaro no Quartel".

Em 1988, Jair Bolsonaro ingressou na carreira política, quando concorreu à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e conquistou uma vaga no Legislativo da cidade. Foi no ano de 1990, dois anos depois de eleito, que Bolsonaro obteve o primeiro dos sete mandatos consecutivos no cargo de deputado federal pelo Rio de Janeiro. (Aragão, 2022).

A trajetória política de Bolsonaro se entrelaça com sua vida pessoal. Segundo Melo (2020), sua primeira esposa, Rogéria Bolsonaro, elegeu-se vereadora no Rio de Janeiro, em 1996. Na disputa subsequente, em 2000, Rogéria estava se divorciando do marido e concorreu à reeleição contra um dos filhos, Carlos Bolsonaro, que à época tinha 17 (dezessete) anos de idade. Carlos tornou-se o vereador eleito mais jovem da história do país e tomou posse após completar 18 anos. Já Rogéria não conseguiu se reeleger. Carlos Bolsonaro ainda ocupa o cargo de vereador na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, atualmente em seu quinto mandato.

Jair Bolsonaro foi o mais votado no Rio de Janeiro, em 2014, na disputa pela Câmara Federal, com 464.565 votos, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)[13].

[13] Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/biografia-do-presidente. Acesso em 29 set 2022.

Destacou-se, em seus mandatos parlamentares, pelo ideal conservador de defesa dos valores cristãos e da família, e pela proteção dos direitos dos militares ativos, inativos e pensionistas. Ficou conhecido, também, pela defesa da redução da maioridade penal, do direito à legítima defesa e da posse de arma de fogo para cidadãos sem antecedentes criminais. O deputado trabalhou, ainda, em prol de iniciativas para garantir a segurança jurídica das ações policiais. É o criador de uma proposta de obrigatoriedade do voto impresso no Brasil, o que, segundo ele, resulta em eleições mais confiáveis.

### 1.2. O crescimento da extrema-direita no Brasil e no mundo: o "fantasma" da ditadura militar

A extrema-direita elevou-se tanto no Brasil quanto em outros países do mundo, por diversas razões: países como França, Reino Unido e Alemanha são exemplos da explosão eleitoral da extrema-direita. Nessa esteira, os ingleses, por exemplo, aspiraram a abandonar a União Européia. Os franceses vislumbraram a candidata de extrema-direita como uma das mais votadas para a eleição presidencial, o que representou uma grande vitória para o conservadorismo europeu. A Alemanha assistiu algo que não ocorria desde o fim da Segunda Guerra Mundial: um partido de extrema-direita ganhando representação no parlamento. (Poggio, 2017). A esses fatos, soma-se o triunfo do republicano Donald Trump nas eleições presidenciais americanas de 2016, embalado por um discurso bélico, sexista e de xenofobia.

Há estudos que já reconhecem o declínio da democracia liberal e o enrijecimento de regimes políticos escolhidos por meio de instrumentos democráticos (Castells; Runciman, 2018). No decorrer dos anos 2000, governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina começaram a se distanciar da política externa dos Estados Unidos. Os anos 2010 foram marcados pela corrupção no cenário político sul-americano. Em um levantamento publicado em 2017, países da América do Sul aparecem no ranking de mais corruptos do mundo: Venezuela (17º), seguida do Haiti (20º), da Nicarágua (26º), da Guatemala (28º) e do Paraguai (30º). O Brasil encontra-se em 79º lugar dentre os 176 países analisados. (Lammerhirt, 2017).

Segundo Solano (2018), alguns fatores favoreceram a organização social e política das direitas brasileiras, abrindo passagem para a ascensão do candidato Jair Bolsonaro à presidência da República, nas eleições de 2018. Durante o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), os discursos sobre ética na política, dos setores esquerdistas, já

não era convincente, diante de escândalos como o do chamado "Mensalão"[14], cujo julgamento, em 2011 e 2012, foi seguido por outro escândalo de corrupção na maior empresa petrolífera do Brasil, a Petrobrás[15].

Os episódios de corrupção na política brasileira, pouco a pouco, começaram a gerar, em parte da população, o anseio por resoluções nunca antes cogitadas, após o processo de redemocratização do país coroado pela Constituição de 1988: deu-se início à circulação de discursos intervencionistas, radicais e antidemocráticos, que pareciam estar bem enterrados, mas foram trazidos à superfície nas últimas eleições, e que, na atual conjuntura, estão cada vez mais recorrentes, como se pode observar nas imagens capturadas durante as comemorações do 7 de Setembro de 2022, em Brasília, em favor do presidente Jair Bolsonaro (PL):

[14] Mensalão foi um escândalo de compra de votos que ameaçou derrubar o governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2005. O neologismo "mensalão", popularizado pelo então deputado federal Roberto Jefferson, em entrevista que deu ressonância nacional ao escândalo, é uma variante da palavra mensalidade, usada para se referir a uma mesada paga a deputados para votarem a favor de projetos de interesse do Poder Executivo. Embora o termo já fosse conhecido por outras razões, segundo o deputado, o vocábulo já era comum nos bastidores da política, entre os parlamentares, para designar essa prática ilegal. Jefferson acusou o então ministro da Casa Civil, José Dirceu, de ser o mentor do esquema. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Esc%C3%A2ndalo_do_mensal%C3%A3o. Acesso em: 22 set. 2022.

[15] Esse segundo caso ficou conhecido como "Petrolão". Foi um esquema bilionário de corrupção na Petrobras, ocorrido durante o governo Lula e Dilma, que envolvia cobrança de propina das empreiteiras, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e superfaturamentos de obras contratadas para abastecer os cofres de partidos, funcionários da estatal e políticos. Esse esquema é alvo de investigações da Polícia Federal por meio de uma operação denominada "Lava Jato". Disponível em: https://www.infomoney.com.br/colunistas/economia-e-politica-direto-ao-ponto/especial-resumao-completo-sobre-a-operacao-lava-jato-e-o-petrolao/. Acesso em: 29 set 2022.

**Figura 2:** Apoiadores do Presidente Jair Bolsonaro, nas comemorações do 7 de setembro

**Fonte:** Metrópoles, 2023.

**Figura 3:** Faixa dos apoiadores de Bolsonaro, em defesa da intervenção militar e contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal

**Fonte:** O Cafezinho, 2020.

É fato que Bolsonaro ficou famoso pela polêmica de suas declarações, muitas delas antidemocráticas. Aragão (2022) exemplifica que, em maio de 1999, quando ainda era deputado, em entrevista ao programa Câmera Aberta, da Band Rio, Bolsonaro defendeu o fechamento do Congresso Nacional, uma guerra civil no país e o fuzilamento de políticos. No mesmo programa, Bolsonaro também declarou apoio à sonegação de impostos.

Mais de duas décadas após essa declaração, a extrema-direita, segue, portanto, o caminho que levou Bolsonaro ao sucesso nas eleições de 2018, com manifestações a favor do Golpe. Posicionamento que foi repetido nas eleições de 2022. Portanto, cabe aqui ressaltar que foi criado um campo fértil para que os grupos de direita erguessem uma bandeira contra a corrupção, produzindo um movimento que se coloca como alternativa política para a solução dos problemas da nação.

A guerra política instaurada no Brasil, nos dias atuais, demanda uma reflexão sobre a democracia e a ditadura militar, um "fantasma" que vem assombrando os momentos críticos dos últimos anos. Nessa esteira, discursos emergem, no intuito de abrandar as consequências históricas do regime militar para o Brasil, colocando em risco os direitos sociais e civis conquistados pela Constituição Federal de 1988 e o futuro da democracia no nosso país, tendo como resultado a impossibilidade de os subalternos serem escutados, ou seja, os efeitos de fala dos sujeitos subalternizados não se disseminam, ou não são sentidos/repercutidos para além de seus próprios grupos. (Spivak, 2010).

Bolsonaro já afirmou, muitas vezes, no decorrer de sua vida pública, sua estima pelo regime militar e pelos personagens que o encabeçaram. O uso da tortura é trazido à memória pela grande mídia, nas publicações do jornalismo independente, nos discursos dos políticos e nas redes sociais. Dessa forma, os dizeres bolsonaristas, em antigas entrevistas, são rememorados como estratégia de campanha ou como instrumento de ataque pela oposição: "[...] Ele merecia isso: pau-de-arara. Funciona! Eu sou favorável à tortura, tu sabe disso. E o povo é favorável a isso também", foi a declaração dada por Bolsonaro no ano de 1999, em vídeo que circula na internet. (Tavares, 2021).

Bolsonaro, ao longo de sua campanha em 2018, também relembrou suas antigas pontuações referentes ao regime militar e às atrocidades realizadas durante o período. Em outubro, a uma semana da eleição de 2018, milhares de admiradores de Jair Bolsonaro (PSL) ficaram eufóricos com a promessa de enviar "a petralhada" para a "ponta da praia": "[...]Petralhada, vai tudo vocês para a ponta da Praia". O candidato fez menção à área de desova de mortos pela ditadura: "ponta da praia" era uma gíria usada por militares para designar a base militar da Marinha na Restinga de Marambaia, em Pedra Guaratiba, no Rio de Janeiro, o destino de prisioneiros políticos que ali eram torturados até a morte. (UOL, 2018).

Tortura é crime, sendo reconhecida como tal pelo Estado brasileiro, conforme Lei Federal nº 9.455/1997, e pela ONU, por meio da Resolução 39/46, da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1984[16]. Portanto, nenhuma justificativa é válida para a

[16] Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/tortura/lex221.htm. Acesso em: 28 set. 2022.

prática da tortura. Bolsonaro e seus seguidores, no entanto, durante a campanha eleitoral de 2018 e, também, depois dela, têm trabalhado para minimizar os efeitos dos sentidos do termo "tortura", na história do nosso país.

Motivos não faltam para se presumir que as eleições de 2022 terão papel decisivo para os rumos da democracia brasileira. Nas palavras do professor e político brasileiro, Marcelo Freixo, a eleição de 2022 é a mais importante da nossa história, porque pode ser a última". (Efraim, 2021). O ano de 2022 não será lembrado somente por constituir o cenário de uma disputa antagônica entre Bolsonaro e Lula, ou entre direita e esquerda; e não apenas como o ano do bicentenário da Independência do Brasil, com direito à recepção do coração de dom Pedro I no Brasil[17]. No que se refere ao exercício dos direitos políticos, Rios (2021) alerta que o ano de 2022 caminha para uma tensão e perigo jamais vistos desde o fim da ditadura militar (1964-1985).

### 1.3. A (des)construção da figura do "mito" bolsonarista

O Brasil vivenciou nos últimos anos, um período de delações premiadas contra políticos e empresários, manifestações nas ruas, *impeachment* presidencial (Dilma Rousseff); a prisão de Luís Inácio Lula da Silva, conforme dito anteriormente, entre outros. Os governos petistas enfrentaram dificuldades com a segurança pública, como, por exemplo, a intervenção militar do Rio de Janeiro[18]. Esses acontecimentos fragilizaram a ordem democrática e abalaram as instituições do país, descredibilizando os representantes eleitos, detentores do poder. Tudo cooperou para que se instalasse uma crise política acompanhada de uma crise econômica, em um cenário com elevadas taxas de desemprego e com o aumento da situação de pobreza das amplas camadas sociais brasileiras. Esses movimentos sociais são descritos por Castells, não apenas grupos de protesto, mas o ensaio para a sociedade do futuro: são descentralizados, democráticos, horizontais e não propensos a terem um programa delimitado, mas sim, a mudança de todo um *status quo* (GZH, 2013)[19].

---

[17] A relíquia chegou de Portugal em 22 de agosto de 2022 e permaneceu em Brasília até o dia 7 de Setembro, como comemoração dos 200 anos da Independência. Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/08/5030938-coracao-de-dom-pedro-tera-recepcao-de-chefe-de-estado-diz-itamaraty.html. Acesso em: 22. set. 2022.

[18] A intervenção federal no estado do Rio de Janeiro foi decretada pelo presidente Michel Temer no dia 16 de fevereiro de 2018, com duração prevista até 31 de dezembro do mesmo ano. A intervenção teve por objetivo "pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro" (Decreto no 9288/18). O decreto foi aprovado pela Câmara e pelo Senado, no dia 20 de fevereiro de 2018, por ampla maioria. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/8695-182358intervencaofederalrio.pdf. Acesso em: 28 set. 2022.

[19] O conceito que vem do latim e significa o estado das coisas. A expressão latina é usada para descrever a maneira como as coisas são atualmente e como elas têm sido historicamente, indicando a ausência de mudanças

A população brasileira estava, pois, receosa pelo futuro e almejava transformações profundas no cenário político brasileiro. Esse panorama favorecia, pois, o aparecimento de um novo redentor, de alguém que poderia mudar o cenário de corrupção política do qual o povo brasileiro já estava exaurido. Conforme Raoul Girardet (1987, p. 181), a ordem existente, que até então parecia "estranha, suspeita ou hostil", abriu caminhos para o surgimento de um "mito" político. A partir daí, Jair Bolsonaro encontrou as ferramentas necessárias para se consolidar como esse mito (o presidente, até os dias atuais, é assim denominado por muitos de seus adeptos), construindo uma "marca", de forma estratégica, utilizando as insatisfações populares, expressas por meio das mídias sociais digitais, como degraus para o alcance do seu objetivo de chegar ao maior cargo de representação política do nosso país. Bolsonaro surge como salvador da economia e da ordem, um guardião dos bons costumes.

Ferreira (2004) traz como uma das definições para o termo "mito", o sentido de "crença construída sobre algo ou alguém; ocorrência ou ação extraordinária, fora do comum, normalmente excessiva e deturpada pela imaginação ou pela imprensa". A palavra "mito", segundo Girardet (1987), é cercada de ambiguidades que lhe são conferidas pela linguagem, estando, pois, aberta a diversas interpretações. Uma delas, por exemplo, sintetiza o termo "mito" como sinônimo de lenda, ilusão ou interpretação recusável do real.

Na perspectiva brasileira, personalidades políticas vislumbradas como "míticas" são aquelas que despertam um processo de identificação com a população: as pessoas se veem nesses homens ou mulheres que chegam ao poder, se reconhecem nos discursos por eles produzidos. Nessa esteira, é possível trazer os exemplos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek e Luís Inácio Lula da Silva, que possuem em comum o fato de terem atuado, de forma significativa, em questões que afeta(va)m a vida das pessoas: a criação das leis trabalhistas, a produção de empregos por meio de grandes obras e do incentivo à industrialização do país e a invenção de programas sociais de introdução da população mais carente em áreas anteriormente ocupadas apenas pelos cidadãos de maior poder aquisitivo, ou seja, pela elite.

E não basta somente produzir grandes feitos para adquirir "características míticas", no imaginário social. Fernando Henrique Cardoso foi eleito duas vezes[20], por ter criado o Plano Real, o mais famoso plano de controle da inflação, que trouxe imensos benefícios para a

---

ou interrupções significativas nesse estado (Disponível em: https://www.remessaonline.com.br/blog/status-quo/. Acesso em: 20 abr. 2024.

[20]Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Governo_Fernando_Henrique_Cardoso#:~:text=Fernando%20Henrique%20Cardoso%20foi%20presidente,e%20de%201999%20a%202003).. Acesso em 27 set 2022.

economia brasileira e para a vida de todos os cidadãos, mas não conseguiu eleger nenhum sucessor. Embora tenha grandes méritos em seu governo e seja considerado o "pai" do Plano Real, o ex-presidente de longe poderia ser considerado como uma espécie de "pai do povo", uma vez que, sendo um homem muito intelectual, não conseguiu despertar, na população brasileira, o sentimento de identificação com a sua imagem.

A fim de produzir identificação, um candidato procura dizer aquilo que a população necessita ouvir. O "jogo de imagens de um discurso", descrito por Pêcheux (1990) é de grande valia para o entendimento de que é a partir do funcionamento das formações imaginárias que se torna possível que o sujeito ajuste seu dizer através desse jogo de imagens. Desse modo, um político busca formar uma marca pessoal e, então, torna-se muito mais forte do que adversários que focam somente em propostas e programas de governo. Segundo Barthes (2007), a imagem do candidato firma uma ligação entre ele e os seus eleitores. Uma pose, um gesto (o de "arma", por exemplo, utilizado por Bolsonaro durante a campanha), por mais estranhos que pareçam, podem surtir grandes resultados, como o fortalecimento dos laços entre candidato e população:

**Figura 4:** Jair Bolsonaro, no desfile de 7 de setembro de 2019. O Presidente sempre defendeu o porte de armas, utilizando, por exemplo, dados do Ministério da Justiça que demonstram a queda de 22% no número de mortes, após a liberação da posse de armas no Brasil

**Fonte:** Poder 360, 2019.

Com ares de heroísmo, reforçado pela sobrevivência de Bolsonaro a um golpe de faca[21], quando cumpria agenda eleitoral em Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, a

[21] Bolsonaro foi esfaqueado quando cumpria agenda eleitoral em Juiz de Fora (Minas Gerais), em 6 de setembro de 2018. O autor do ataque, Adélio Bispo de Oliveira, foi preso em flagrante. Incentivados pelo próprio presidente, apoiadores cogitaram a existência de um possível mandante, e associaram o atentado a integrantes da esquerda. Entretanto, seus opositores, até os dias de hoje, questionam a existência da facada, propagando na internet a ideia de que o atentado foi uma armação que tirou o então candidato do compromisso de participar dos debates presidenciais. Disponível em: https://www.poder360.com.br/governo/facada-em-bolsonaro-o-que-se-sabe-e-os-rumos-da-investigacao/. Acesso em: 06 set 2022.

imagem mítica de Bolsonaro, construída pela mídia, colaborou para o seu sucesso nas eleições de 2018 e permanece, até os dias de hoje, no imaginário de seus seguidores.

Em sua bem-sucedida campanha eleitoral, Bolsonaro falou pouco. Dos 14 (quatorze) debates eleitorais televisivos previstos, o candidato do PSL (Partido Social Liberal) esteve presente em apenas 2 (dois). Jair Bolsonaro evocou assuntos relacionados à religiosidade (suas referências religiosas foram a Bíblia e o cristianismo), ao patriotismo e ao resgate da instituição familiar, não economizando nos ataques ao PT (Partido dos Trabalhadores) e enfatizando a crise moral, ética e econômica deixada pelo Partido, como uma herança ao nosso país. Bolsonaro expressou seu desejo de "fazer um Brasil melhor para todos", indo ao encontro do desejo do brasileiro por uma mudança fundamental naquele momento.

A circulação de *Fake News* foi um capítulo à parte, durante a campanha presidencial de 2018. O aumento no número de influenciadores digitais favoreceu a irrupção de grupos de usuários com interesse em política nas redes sociais, bem como o compartilhamento de *posts* sobre o assunto (retuitagens, distribuição de mensagens por *WhatsApp*), que atingiram índices tão altos ao ponto de levantarem a desconfiança de participação de robôs contratados para o impulsionamento das postagens. As postagens tinham, como intuito preferencial, a deslegitimação dos adversários, aumentando-lhes a rejeição.

Segundo Poggio (2017), as novas formas de consumo de dados e de ideias, o acesso às redes sociais, possibilitam que informações sejam propagadas sem qualquer verificação criteriosa. É cada vez mais comum encontrar, nas redes sociais, indivíduos se manifestando como especialistas, sobre variados assuntos, incluindo a política. O que não se sabe explicar ao certo é como os grandes meios de comunicação foram postos sob suspeição, ao passo que informações advindas de redes fechadas, ancoradas em relações de confiança e proximidade, foram adquirindo credibilidade. Mesmo quando ainda era pré-candidato, nas eleições de 2018, Bolsonaro já era um protagonista no *Facebook*, alcançando mais de 40% das interações aportadas por páginas institucionais de legendas e presidenciáveis, ao passo que todas as páginas institucionais ligadas a Lula atingiam 27,6% das interações no *Facebook*, o que já demonstrava, portanto, seu empenho em capturar o debate político e trazê-lo para o interior das redes sociais[22].

De acordo com Sargentini e Chiari (2019), com um curto tempo de propaganda na televisão, Bolsonaro, assim como Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos, investiu nos *Tweets*, em publicações de mensagens no *WhatsApp* e no *Facebook*, concentrando, desse

[22] Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/26/politica/1516975131_809446.html. Acesso em: 26 set 2022.

modo, a comunicação com seus eleitores nas mídias digitais. O discurso político, pois, se moderniza e adentra as redes sociais, sob a forma de enunciados breves, alguns deles sem que seja possível reconhecer o seu autor, sem ter a quem imputar responsabilidades, contendo informações que se espalham com uma rapidez excepcional, uma vez que podem ser compartilhadas na praticidade de um click. Destarte, fala-se de tudo, sobre tudo e sobre todos. Poucos são os discursos dispersos na rede que se tornam alvo de disputa jurídica. Embora alguns sejam contestados legal e oficialmente, é impossível driblar os efeitos da propagação desses dizeres, dessas discursividades que geram espetáculo e adquirem grande proporção. (Curcino, 2019).

As aparições de Bolsonaro em programas de televisão, sua presença contínua em textos da imprensa e em *posts* e *memes*, nas redes sociais e suas polêmicas declarações na Câmara dos Deputados, que circulam, em especial, via *WhatsApp, Facebook* e afins foram determinantes para a construção de sua celebridade midiática. Foi desse modo que Bolsonaro passou a "mitar" cada vez mais no campo político. Esse imaginário da figura do político, criado no coletivo, somou-se aos escândalos de corrupção presentes no cenário político brasileiro nos últimos anos: as eleições brasileiras de 2018 foram precedidas de uma imensa operação jurídica e policial, divulgada pela mídia, que expôs diversos crimes cometidos por quem detinha o poder (incluindo Luís Inácio Lula da Silva[23]). Para que o Brasil voltasse a crescer economicamente era necessário, portanto, eleger alguém que preenchesse as lacunas deixadas pela corrupção, em um país carente de honestidade e integridade na gerência dos recursos públicos. A figura de Bolsonaro, pois, fomentou a esperança de novos rumos para o Brasil[24].

O Presidente da República Jair Bolsonaro possuía, em 2022, 43,5 milhões de seguidores na internet, considerando *Twitter*, *Instagram* e *Facebook*. O número é 28,9 milhões superior ao número de usuários que seguiam, até então, seu principal rival, Luiz

---

[23] Luís Inácio Lula da Silva ficou 19 meses preso, entre 2018 e 2019. As condenações deixaram o petista de fora da disputa presidencial de 2018, que elegeu o atual presidente Jair Bolsonaro (PL). O ex-presidente foi preso no dia 7 de abril de 2018, dois dias depois de o juiz Sergio Moro ter expedido ordem de prisão contra ele no processo do tríplex do Guarujá. Lula foi condenado a 12 anos e 1 mês de reclusão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Ele foi solto no dia 8 de novembro de 2019 por ordem do juiz Danilo Pereira Júnior, da 12ª Vara Federal de Curitiba. A soltura veio como consequência de uma mudança de posição do STF a respeito da prisão em segunda instância. Disponível em: https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/09/02/entenda-por-que-lula-foi-preso-e-por-que-ele-foi-solto.ghtml. Acesso em: 06. set. 2022.

[24] Passados quatro anos de mandato político do presidente Jair Bolsonaro, o candidato à reeleição tem como principal adversário o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que segue em primeiro lugar nas pesquisas eleitorais, até o presente momento. Segundo o Datafolha, Lula lidera com 45%, seguido por Jair Bolsonaro (32%), Ciro Gomes (9%) e Simone Tebet (5%). Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2022/pesquisa-eleitoral/. Acesso em: 06. set. 2022.

Inácio Lula da Silva (PT), que somavam 14,5 milhões[25]. Em 2018, os números de Jair Bolsonaro nas mídias sociais eram bem mais modestos: 1.250.237 de seguidores no *Instagram*, 5.467.379 no *Facebook* e 1.086.148 de pessoas no *Twitter*[26].

Perscrutar, ainda que de modo breve, a trajetória de um deputado federal (conhecido por suas declarações polêmicas acerca de indígenas, mulheres, homossexuais, etc.) possibilita fazer um levantamento de possíveis situações que o fizeram ser visto como o "salvador da pátria", nas eleições de 2018, e que, inclusive, poderiam reelegê-lo em 2022. É necessário enfatizar que, em 2018, havia o consenso de que o país estava afundado no maior dos males da política: a corrupção. Jair Bolsonaro trouxe à baila uma alternativa externa ao sistema político, para superação do problema. Uma parcela da opinião pública acolhe(u) a ideia de que a corrupção deveria ser enfrentada não apenas via controle social ou com instrumentos institucionais, mas com a ação de "pessoas de bem". Esse lema caiu como uma luva na campanha bolsonarista, que passou a identificar brasileiros honestos e trabalhadores, reféns da violência do crime e da corrupção no Estado. Bolsonaro apresentou-se, pois, como uma figura heroica, uma pessoa de bem, capaz de salvar a nação.

Outra estratégia discursiva empregada foi a de superação da velha política. Bolsonaro participou da disputa eleitoral de 2018 como membro de um novo e pequeno Partido (PSL e Partido da Reconstrução Nacional), com o suporte das Forças Armadas. O candidato rivaliza com a TV Globo, a maior rede de televisão da América Latina e a segunda maior rede de televisão comercial do mundo[27]. A Rede Record, evangélica e concorrente da Rede Globo, passa a ser uma forte aliada durante a campanha eleitoral. E quando se associa religião à política, dá-se um passo muito importante, que auxilia na compreensão do percurso percorrido por Bolsonaro, que o levou ao êxito na campanha eleitoral de 2018 e que foi traçada, de modo semelhante, nas eleições de 2022.

## 1.4. Religião, política e a causa indígena: as estratégias de uma nova campanha presidencialista

---

[25] Disponível em: https://www.poder360.com.br/eleicoes/bolsonaro-tem-289-mi-de-seguidores-a-mais-que-lula-na-internet/. Acesso em: 21 set. 2022.

[26] Disponível em: https://www.poder360.com.br/midia/em-9-meses-numero-de-seguidores-de-bolsonaro-cresceu-mais-de-90/. Acesso em: 2 set. 2022.

[27] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/datafolha-48-dizem-dar-muita-importancia-a-religiao-para-definir-voto.shtml
https://pt.wikipedia.org/wiki/TV_Globo#:~:text=%C3%89%20a%20segunda%20maior%20rede,do%20total%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira. Acesso em: 21 set. 2022.

O segmento evangélico, além de ser expressivo demograficamente, constitui uma excelente aliança nos processos eleitorais. Bolsonaro representou os interesses da população que se denomina "cristã", sem, no entanto, ressaltar o catolicismo, pendendo para o lado protestante, dando a entender que ele, o candidato, poderia ser, parecer-se com ou tornar-se evangélico. Essas ações reverberaram, sobretudo, no processo eleitoral. Em pesquisa recente do Instituto Datafolha, publicada pelo site UOL[28], quase metade dos entrevistados (48%) afirmaram dar muita importância à religião, na decisão do voto. Para 56% no Brasil, política e religião devem caminhar juntas. E para 60% dos eleitores, valores da família são mais relevantes do que boas propostas para a economia[29].

As igrejas evangélicas, ao adentrarem as camadas mais periféricas da sociedade, contribuem para a emergência de uma nova articulação social. Convém ressaltar que a bancada evangélica no Congresso Nacional, até 2022, era composta por 115 deputados e 13 senadores. A meta, segundo o deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), presidente da bancada, era aumentar a presença de congressistas evangélicos, com as eleições de 2022, para 30% do Congresso, passando para 155 deputados e 24 senadores[30]. A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional atualmente tem 228 integrantes: 202 deputados federais e 26 senadores. Composta por 15 partidos, só 26 congressistas podem ser contabilizados como aliados ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A meta, portanto, foi superada[31].

Uma parcela considerável do grupo de evangélicos forma uma espécie de "onda conservadora", termo cada vez mais debatido na atualidade e que tem sido compartilhado em discussões públicas do Brasil e do mundo, nos noticiários de televisão, na imprensa escrita e nas redes sociais digitais. Bolsonaro assumiu o discurso conservador, nas eleições 2018, e retomou o posicionamento, nas eleições 2022, em defesa do discurso da família tradicional, em oposição a uma suposta libertinagem contemporânea advinda de uma esquerda tradicional. Os eleitores bolsonaristas, pois, admitem esse discurso, uma vez que são contrários às mudanças trazidas pela modernidade e pelas novas gerações.

---

[28] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/datafolha-48-dizem-dar-muita-importancia-a-religiao-para-definir-voto.shtml. Acesso em: 21 set. 2022.

[29] Disponível em:https://www.dw.com/pt-br/datafolha-para-56-dos-brasileiros-pol%C3%ADtica-e-religi%C3%A3o-devem-andar-juntas/a-63011570. Acesso em 21 set. 2022.

[30] Disponível em:https://www.poder360.com.br/congresso/bancada-evangelica-mira-ser-30-do-congresso-diz-deputado/. Acesso em: 25 set. 2022.

[31] Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-congresso/congresso/saiba-quem-comanda-e-quem-integra-a-bancada-evangelica-no-congresso/#:~:text=A%20Frente%20Parlamentar%20Evang%C3%A9lica%20do,Lula%20da%20Silva%20(PT). Acesso em: 12 abr. 2024.

Conservadorismo e evangelismo mais uma vez se articularam, como no início do processo de colonização (quando o cristianismo dá base para os impérios europeus invadirem, violentando, matando sob a ideia de salvação de bárbaros e pagãos), encontrando um quadro de crise política e econômica, que ofereceu as condições necessárias para elevar o nome de Jair Messias Bolsonaro ao cargo de maior representatividade no nosso país. Para entender um pouco mais como religião e política caminharam de mãos dadas nas eleições de 2018, segue quadro com quantitativo de votos, publicada pelo Instituto Datafolha, em 25 de outubro de 2018[32]:

**Quadro 1 - Distribuição do eleitorado por tipo de religião, com correção dos dados do DataFolha**

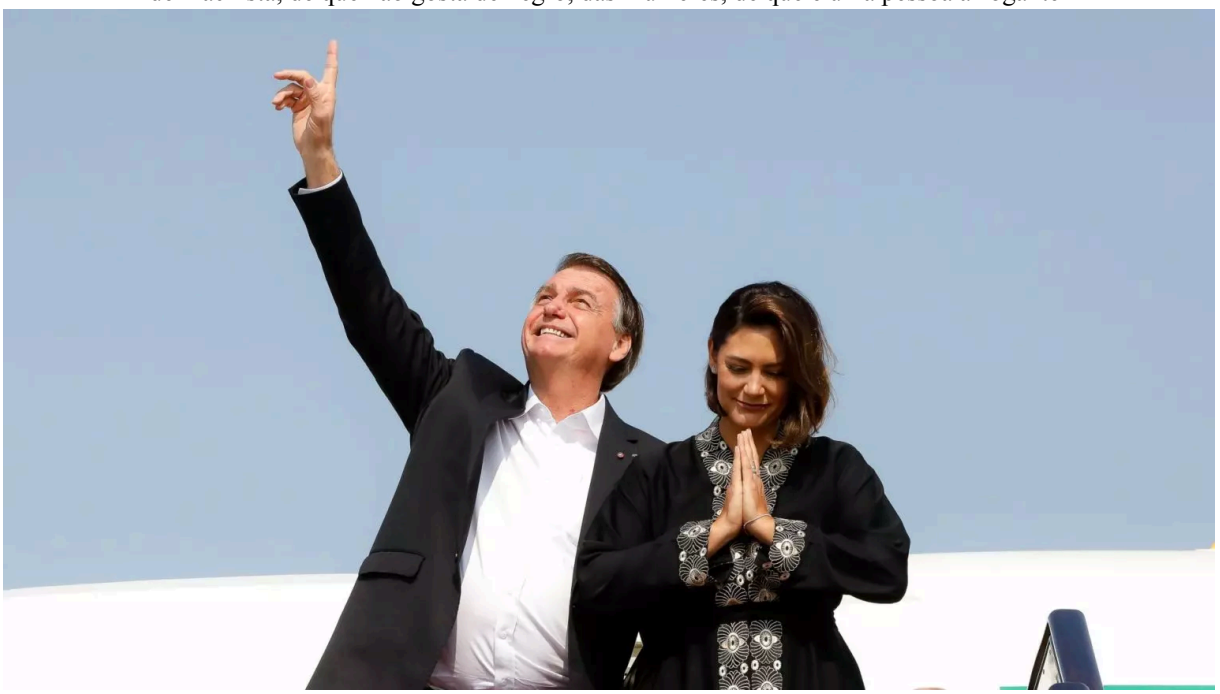
| Religião | Votos de Bolsonaro | Votos de Haddad | Diferença |
|---|---|---|---|
| Católica | 29.795.232 | 29.630.786 | 164.446 |
| Evangélica | 21.595.284 | 10.042.504 | 11.552.780 |
| Afro-brasileiras | 312.975 | 755.887 | - 442.912 |
| Espírita | 1.721.363 | 1.457.783 | 263.580 |
| Outra religião | 709.410 | 345.549 | 363.862 |
| Sem religião | 3.286.239 | 4.157.381 | - 871.142 |
| Ateu e agnóstico | 375.570 | 691.097 | - 315.527 |
| **Total de votos** | **57.796.074** | **47.080.987** | **10.715.087** |

No tocante às más impressões causadas pelos discursos reverberados pelo Presidente, em diversas de suas declarações, a primeira-dama Michelle Bolsonaro atuou de forma estratégica na campanha eleitoral de 2022. Ela reforçou a importância da unidade familiar, em uma representação da família tradicional cristã, na figura da esposa que auxilia seu parceiro, uma ajudadora, alguém que caminha com ele lado a lado. Com participações em eventos ao

[32] Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro. Acesso em: 28 set 2022.

lado do Presidente, a primeira-dama dirigiu seus discursos a segmentos sociais específicos, no intuito de reverter os índices de rejeição de Bolsonaro entre alguns grupos do eleitorado, como as mulheres e os mais pobres. A presença de Michelle também visou a ampliar as intenções de voto em segmentos em que o então candidato e Presidente já obtinha vantagem, como no caso da população evangélica. (Costa, 2022).

**Figura 5:** Ex-presidente da República e ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro. Michele foi uma peça fundamental na tentativa de converter votos e desconstruir a imagem dura e bélica de Jair Bolsonaro, a imagem de machista, de que não gosta de negro, das mulheres, de que é uma pessoa arrogante



**Fonte:** Metrópoles, 2022.

No que tange à participação em debates televisivos, a postura do candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, foi uma incógnita. O então Presidente defendeu-se das críticas ao seu governo com o argumento de ter enfrentado dificuldades que seus antecessores não tiveram, como a pandemia do coronavírus[33] e a guerra entre Rússia e Ucrânia[34]. Bolsonaro participou do

[33] A pandemia do coronavírus já acumula 6,54 milhões de mortes pelo mundo e 617 mil óbitos no Brasil. Os números atingiram a marca de 270.155.054 de pessoas infectadas pelo vírus no planeta, e 22.193.479 de casos somente no nosso país. Disponível em: https://dadoscoronavirus.dasa.com.br/

[34] Em pouco mais de seis meses de guerra, o exército russo sofreu mais de 50 mil baixas, conforme dados ucranianos. O Estado-maior da Ucrânia afirmou, em 6 de setembro de 2022, que exatos 50.150 soldados russos foram mortos em 195 dias de combates. Além disso, o exército ucraniano afirmou já ter destruído 2.077 tanques, 4.484 veículos blindados, 236 aeronaves e 207 helicópteros. Quanto às informações sobre o número de militares ucranianos mortos nos combates, o chefe das Forças Armadas da Ucrânia afirma que quase 9.000 militares ucranianos foram mortos na guerra com a Rússia. Como consequência dessa guerra, eleva-se o preço dos alimentos e do petróleo em diversos países do mundo, visto que Ucrânia e Rússia têm atuação relevante em dois mercados fundamentais para muitas atividades econômicas: o de alimentos e o de energia. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2022/08/22/quase-9000-militares-ucranianos-morreram-na-guerra-com-russia-diz-chefe-das-forcas-armadas.htm#:~:text=Zaluzhnyi%20n%C3%A3o%20disse%20quantos%20civis,mortos%20militares%20russos%20em%2045.400. Acesso em: 30 set. 2022.

primeiro debate para as eleições presidenciais, no dia 29 de agosto de 2022, transmitido pela Rede Bandeirantes. Debate esse que foi marcado por trocas de acusações entre Bolsonaro e o candidato Luís Inácio Lula da Silva, principais alvos dos demais candidatos à presidência da República. Enquanto Lula teve que encarar perguntas sobre corrupção nos governos petistas, Jair Bolsonaro ficou sob fogo cruzado em virtude de declarações machistas e misóginas. Outro ponto muito comentado por jornalistas e nas redes sociais, após o primeiro debate, foi o ataque de Jair Bolsonaro à jornalista Vera Magalhães, ao responder um questionamento sobre a vacinação no Brasil: "Vera, não podia esperar alguma coisa de você. Você dorme pensando em mim, tem alguma paixão por mim. Você não pode tomar partido no debate como esse. Fazer acusações mentirosas a meu respeito. Você é uma vergonha para o jornalismo brasileiro". (Torquato; Carvalho, 2022).

Segundo Neves (2022), na campanha presidencial de 2022, o Presidente Bolsonaro gastou seis vezes mais do que no processo eleitoral de 2018. A equipe bolsonarista, até outubro do ano eleitoral, gastou R$14,66 milhões. Quatro anos antes, unindo primeiro e segundo turno, os gastos foram de R$2,45 milhões, correspondentes a atuais R$ 2,65 milhões, quando corrigidos pela inflação.

De forma estratégica, Bolsonaro também procurou se aproximar das causas indígenas, a fim de desfazer a imagem (sempre passada por ele mesmo e denunciada pelos seus discursos) de que é alguém incapaz de acolher o outro, o diferente. Em consonância com Rancière (2012, p. 96), que nos explica que uma imagem nunca está sozinha, mas “pertence a um dispositivo de visibilidade que orienta o estatuto dos corpos representados e o tipo de atenção que merecem”, e que o ponto central está em identificar o tipo de atenção que este ou aquele dispositivo provoca, observemos a Figura 6:

**Figura 6:** O ex-presidente Jair Bolsonaro colocou colares com sementes, uma tiara e dois braceletes com penas para dialogar com seus apoiadores, na manhã de 13 de julho de 2021. Na ocasião, Bolsonaro posou para fotos e declarou: “Agora estou me sentindo um cacique”**.**

**Fonte:** Poder 360, 2021.

Em março de 2022, o ex-presidente recebeu uma homenagem, uma medalha do Mérito Indigenista. Ocorre que desde que assumiu, em 2019, nenhuma terra indígena foi reconhecida/demarcada em seu governo. Em reportagem do site de notícias G1 (SP), pode-se verificar a indignação da liderança indígena e coordenadora-executiva da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), Sônia Guajajara, que considerou a concessão da honraria para Bolsonaro uma afronta: "[...] É claro que é uma afronta total ao movimento indígena, ao ato pela terra, a tudo que a gente está fazendo para contrapor todas essas maldades desse governo". A líder explicou, ainda, que a APIB emitiria uma nota de repúdio e entraria com uma ação judicial para anular o ato de homenagem ao ex-presidente: "[...] Recebe essa medalha quem luta junto e defende a causa indígena não quem trabalha para destruir".

**Figura 7:** Bolsonaro comemora recebimento de honraria "Medalha do Mérito Indigenista"

**Fonte:** G1(SP), 2022.

### 1.5. Eleição presidencial: a resposta dada pelas urnas

O Brasil teve a eleição mais apertada para Presidente da República, desde a redemocratização. Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) foi eleito Presidente do Brasil, em 30 de outubro de 2022, com 50,86% dos votos válidos, contra 49,14% de Jair Bolsonaro (PL). A diferença, de 1,72 ponto percentual, tornou a disputa presidencial de 2022 a mais acirrada desde 1989[35].

A partir daí, Bolsonaro se manteve em silêncio e parou de dar declarações públicas. Em 2 de novembro de 2022, pediu aos seus apoiadores, insatisfeitos com a vitória de Lula,

[35] Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/30/brasil-tem-a-eleicao-mais-apertada-para-presidente-desde-a-redemocratizacao.ghtml. Acesso em: 23 out. 2023.

que desbloqueassem as estradas, uma vez que bolsonaristas obstruíram, desde 30 de outubro, as rodovias federais. Além disso, Bolsonaro também havia feito um pronunciamento (de aproximadamente 2 minutos), em 1º de outubro, evitando mencionar o resultado eleitoral ou o nome de Lula e declarando que continuaria "cumprindo todos os mandamentos da Constituição".

O silêncio foi quebrado somente em 9 de dezembro de 2022, quase 40 dias após o resultado das eleições, quando voltou a falar com apoiadores, em frente ao Palácio da Alvorada. "Estou há praticamente 40 dias calado. Dói. Dói na alma", disse o então presidente, que afirmou dever lealdade ao povo brasileiro e que nunca havia visto antes uma população ir às ruas para um presidente permanecer no poder: "Eu só vi o povo ir à rua para tirar presidente", declarou[36].

**Figura 8:** Apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, em frente ao Palácio da Alvorada, quase 40 dias após o 2º turno das eleições presidenciais

**Fonte:** Poder 360, 2022.

Para finalizar, Bolsonaro ressaltou que "cada minuto é um a menos" e que iria fazer a coisa certa. "Diferentemente de outras pessoas, vamos vencer […] Nunca saí das 4 linhas da Constituição e acredito que a vitória será também dessa maneira". Era o prenúncio do que estava por vir.

---

36 Disponível em: https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-fala-pela-1a-vez-a-apoiadores-apos-derrota-doi-na-alma/. Acesso em: 23 out. 2023.

**Figura 9:** Bolsonaristas, durante o discurso de Jair Bolsonaro

**Fonte:** Poder 360, 2022.

### 1.6. 8 (oito) de janeiro de 2023: a resistência da Democracia

Clima de tensão nas ruas, acampamentos em frente a quartéis do Exército em diferentes locais do Brasil e investigações sobre planejamentos de supostos atos terroristas na capital federal (com a explosão de um caminhão de combustível), ilustram parte do cenário brasileiro durante o período de transição de governo.

A cerimônia de posse do terceiro mandato do presidente Lula (PT) ocorreu com segurança reforçada, sem transtornos. Entretanto, uma semana depois, manifestantes de diferentes regiões do país foram a Brasília e protagonizaram ataques golpistas e uma verdadeira destruição: era domingo, dia 8 de janeiro de 2023. Cerca de 4 mil bolsonaristas extremistas chegaram à capital federal para protestar contra o presidente Lula. O ponto principal do encontro era o quartel-general do Exército em Brasília.

A investigação feita após os atos de 8 de janeiro apontou que tudo começou a ser organizado dias antes, com trocas de mensagens por aplicativos como *WhatsApp* e *Telegram*. Os recados mencionavam um evento intitulado "Festa da Selma", como uma espécie de código, a fim de não levantar suspeitas acerca dos ataques.

Bolsonaristas saíram, no início da tarde do dia 8 de janeiro, em direção à Praça dos Três Poderes. Invadiram áreas do Congresso, do Planalto e do Supremo Tribunal Federal (STF), passando pelas grades que deveriam impedir a passagem e encontrando pouca resistência do efetivo policial no local, naquela ocasião. O Palácio do Planalto, o Congresso e o STF foram depredados. Objetos foram destruídos, gabinetes de autoridades invadidos, documentos rasgados e armas foram roubadas. Vários envolvidos transmitiram, ao vivo, pelas redes sociais, as imagens dos ataques.

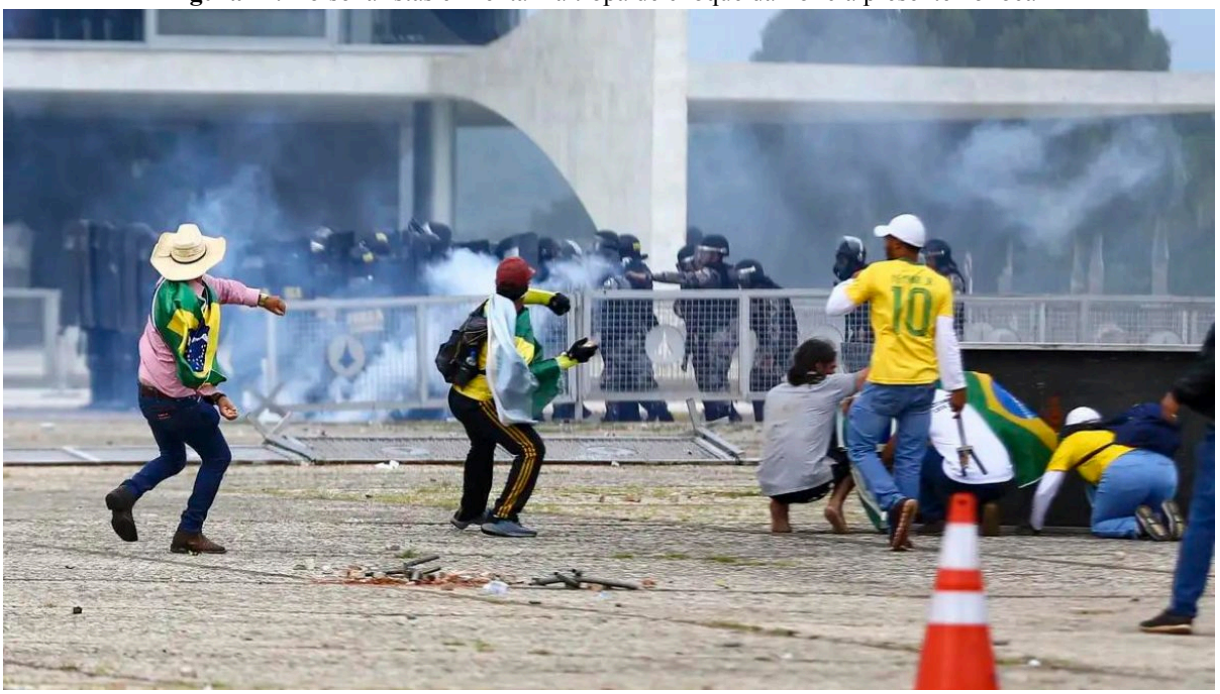
Em reação, autoridades emitiram um decreto de intervenção no Distrito Federal. O governador do Distrito Federal (DF), Ibaneis Rocha (MDB), foi afastado do cargo, e o então

secretário de Segurança Pública do DF, Anderson Torres, ex-ministro de Jair Bolsonaro, foi preso preventivamente após voltar dos Estados Unidos. Iniciou-se uma investigação para descobrir o papel de autoridades, numa possível ação para facilitar a ação dos golpistas nos ataques aos prédios do governo.

**Figura 10:** Bolsonaristas no Congresso

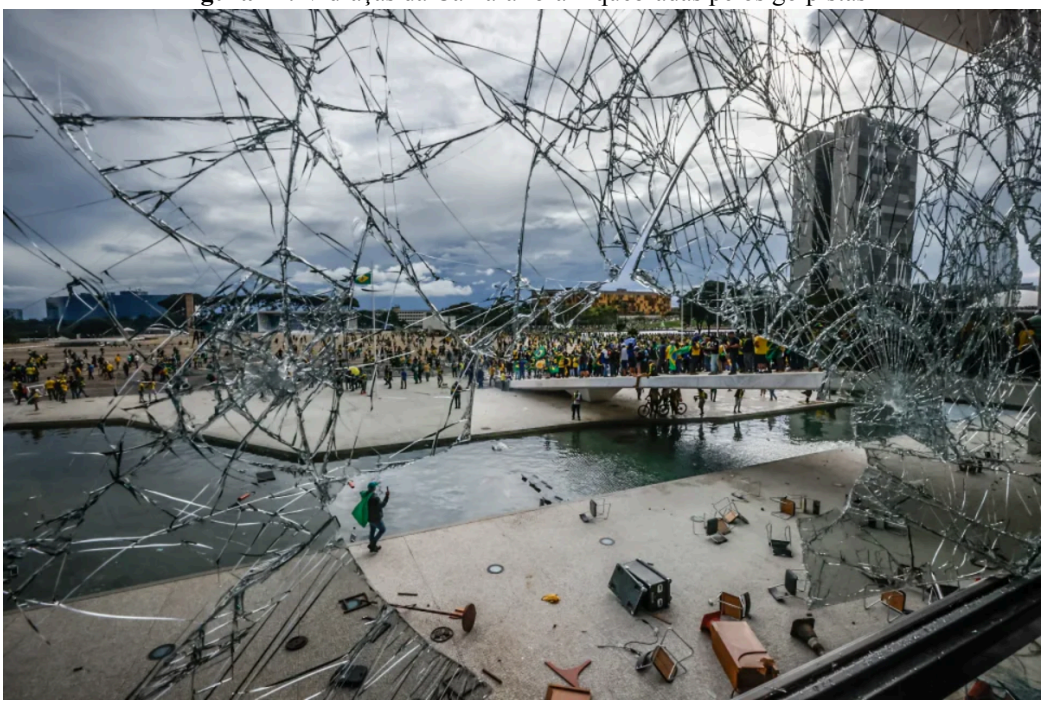
**Fonte:** G1, 2023.

**Figura 11:** Bolsonaristas enfrentam a tropa de choque da Polícia presente no local



**Fonte:** Consultor Jurídico, 2025.

**Figura 12:** Vidraças da Câmara foram quebradas pelos golpistas



**Fonte:** A Viagem dos Argonautas, 2024.

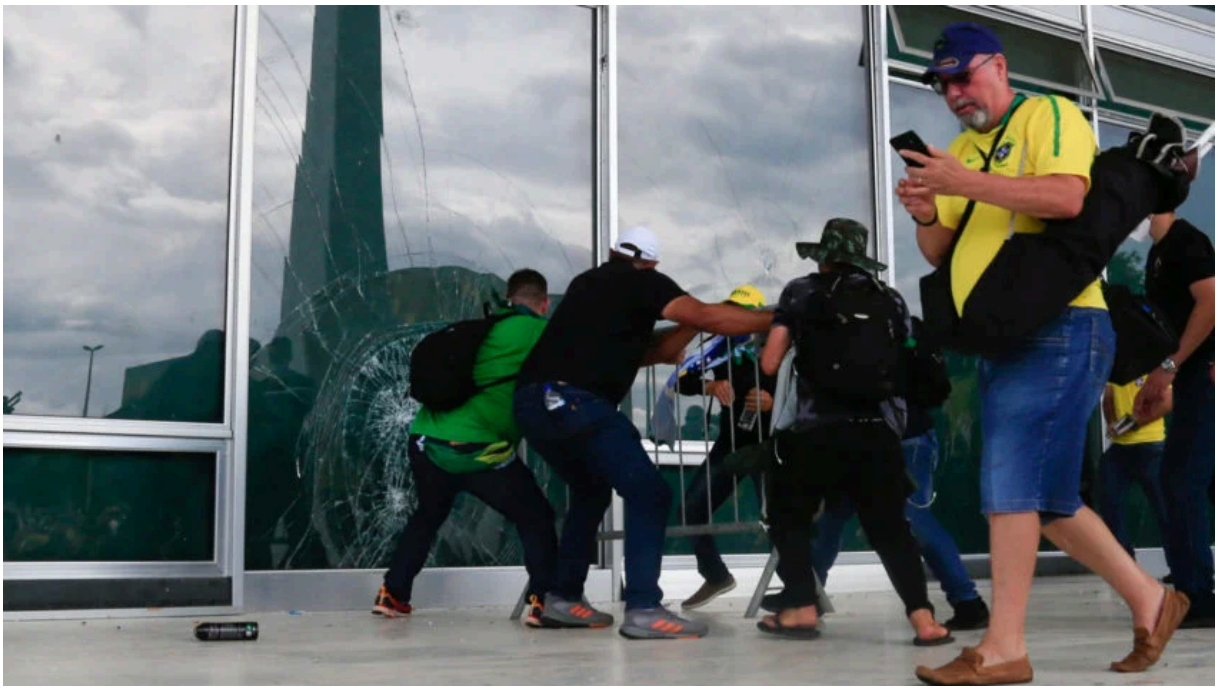
**Figura 13:** Bandeira do Brasil sendo segurada por um homem, em contraste com o cenário de violência instaurado em 8 de janeiro

**Fonte:** Metrópoles, 2024.

**Figura 14:** O ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, inspecionando, um dia após os ataques, os estragos causados pelos atos antidemocráticos

**Fonte:** Jornal Grande Bahia, 2023.

**Figura 15:** Extremistas invadiram os prédios do Congresso, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal em 8 de Janeiro de 2022



**Fonte:** Poder 360, 2023.

As imagens dos acontecimentos de 8 de janeiro reverberam muito do fanatismo bolsonarista que se instaurou em nosso país.

### 1.7. O Brasil após 8 de janeiro de 2022: a persistência bolsonarista e a guerra contra o atual governo

Depois que bolsonaristas radicais vandalizaram os prédios da Praça dos Três Poderes, tanto o STF quanto o Congresso Nacional tomaram medidas para investigar os envolvidos. A Corte começou a julgar os réus por envolvimento no 8 de Janeiro. Já o Congresso instalou uma CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) para investigar os suspeitos de incitarem e financiarem os atos. No relatório final, congressistas pediram o indiciamento de Jair Bolsonaro e de outros militares.

Em 8 de janeiro de 2022, dia dos ataques, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou decreto de intervenção federal e nomeou Ricardo Cappelli como interventor. A Polícia Federal (PF) prendeu 243 pessoas em flagrante dentro dos prédios da Praça dos Três Poderes. Agentes de segurança do Distrito Federal cumpriram ordem para desmobilizar o acampamento bolsonarista que estava montado em frente ao Quartal General do Exército. (manifestantes montaram o acampamento no final das eleições para protestar contra a vitória de Lula): 1.927 pessoas que estavam acampadas foram conduzidas para a ANP (Academia

Nacional de Polícia). Do total de pessoas presas, 775 foram liberadas (entre elas, idosos e mães de crianças pequenas)

Em 13 de setembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal condenou Aécio Lúcio Costa, 1º réu do 8 de Janeiro, a 17 anos de prisão. A CPMI do 8 de Janeiro chegou ao fim em outubro de 2023. A Comissão aprovou relatório dos governistas que pediu o indiciamento de Bolsonaro, militares e ex-ministros. A Procuradoria Geral da República denunciou, em dezembro de 2023, o primeiro suspeito de financiar os atos de 8 de janeiro. Em petição enviada ao STF, um homem residente em Londrina, no Paraná, foi acusado de oferecer auxílio material e moral ao grupo que invadiu as sedes dos Três Poderes em Brasília.

No que se refere às tensões políticas no nosso país, o ano de 2024 já começou dando amostras de que muito ainda está por vir. Uma manifestação convocada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, em meio a investigações da Polícia Federal (PF) sobre supostas investidas golpistas, na Avenida Paulista, em 25 de fevereiro, reuniu o maior número de apoiadores desde as últimas eleições.

**Figura 16:** Apoiadores de Jair Bolsonaro durante ato na Avenida Paulista, em 25 de fevereiro de 2024

**Fonte:** Blog Waldiney Passos, 2024.

**Figura 17:** Bolsonaro com seus seguranças, durante ato na Avenida Paulista

**Fonte:** Correio Braziliense, 2024.

Segundo dados fornecidos pela Polícia Militar, 750 mil pessoas estiveram presentes durante a manifestação (desta vez, pacífica). Além de bandeiras do Brasil, alguns presentes traziam a bandeira de Israel nas costas em apoio ao país que sofreu críticas e foi equiparado aos nazistas, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), provocando uma crise diplomática sem precedentes.

**Figura 18:** Extremistas com as cores verde e amarelo e carregando bandeiras, durante manifestação

**Fonte:** Jornal Universo Online, 2022.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), em seu discurso, dirigiu-se a Bolsonaro afirmando: "Você não é mais uma pessoa, você representa um movimento"[37]. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) mencionou o sofrimento de aliados de Bolsonaro e, chorando, afirmou que renovou sua fé diante do que chamou de “injustiças” cometidas contra seu marido e pediu que seus apoiadores não desistam do Brasil. “Eu sei que nosso Deus do alto céus irá nos conceder o socorro”, foram algumas de suas palavras.

[37] Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/republica/pm-estima-750-mil-pessoas-ato-pro-bolsonaro-veja-como-foi/. Acesso em: 10 out 2024.

**Figura 19:** Jair Bolsonaro e Michele Bolsonaro, em ato na Avenida Paulista, em 25 de fevereiro de 2024

**Fonte:** UOL, 2024.

**Figura 20:** Jair Bolsonaro saúda os manifestantes presentes em sua convocação, em 25 de fevereiro, na Avenida Paulista

**Fonte:** Correio Braziliense, 2024.

Já o ex-presidente proferiu um discurso carregado de patriotismo: “A minha vinda aqui era para termos uma fotografia para o mundo, uma imagem para o Brasil e para o mundo, do que é a garra e a determinação do povo brasileiro. Essa fotografia está sendo inédita para todo o mundo, é uma mostra das cores da nossa bandeira, do quanto nos emocionamos

quando cantamos o Hino Nacional ou quando vemos hastear a nossa querida bandeira verde, amarelo, azul e branco", declarou Bolsonaro.

O ex-presidente demonstra, com a "fotografia", que os bolsonaristas "podem até" ver um time de futebol sem torcida ser campeão, porém, não conseguem entender como existe um presidente sem o povo ao seu lado", numa referência ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que, segundo ele, venceu as eleições sem ter apoio popular. Tudo isso corrobora que estamos presenciando uma narrativa não concluída, que os fatos ainda estão "em aberto", e não há indícios de que estejamos próximos de um final dessa disputa que movimenta o cenário político brasileiro.

Antes de encerrar este primeiro capítulo, portanto, não posso deixar de destacar que, o sujeito Bolsonaro, ao utilizar uma formação discursiva cristã (justifica ser evangélico), uma formação discursiva política (utilizada para obter votos) e um interdiscurso da Constituição Federal de 1988, de que ele é um exímio cumpridor da Carta Magna, contrapõe-se a outros discursos dos quais também utiliza: sua fala é exclusiva, carregada de deboche, de ironia, de indiferença, de descaso, de desrespeito aos grupos minoritários, como, por exemplo, os indígenas.

O capítulo seguinte traz a abordagem sucinta da cultura, das tradições, da história de conquistas e das lutas atuais, travadas pelos grupos indígenas, para o reconhecimento de seus territórios tradicionais, o que se contrapõe, portanto, à imagem de Bolsonaro como um representante que dialoga com as questões indígenas, uma vez que os discursos do Presidente vão de encontro ao respeito que todas as comunidades indígenas brasileiras merecem receber.

# CAPÍTULO II

# SOBRE A CULTURA INDÍGENA DO BRASIL

> "Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades." (Sousa-Santos, 2003, p. 56)

Ao longo da história, as comunidades indígenas foram, de modo constante, concebidas em uma sociedade que não consegue compreender o diferente. Isso porque o saber hegemônico, colonial, traz consigo o apagamento de subjetividades de sujeitos subalternos (os indígenas, neste caso), sem o desprendimento necessário, a que se refere Mignolo (2015), para um pensar descolonial. A história, sendo, pois, um produto das construções discursivas, não é transparente, mas uma interpretação de quem detinha o poder de interpretar. (Derrida, 2001a, p. 11). Sob os estereótipos de primitivos, selvagens, silvícolas ou, antagonicamente, classificados como bons selvagens e inocentes, os indígenas foram impelidos a criar mecanismos de convivência diante da relação de estranheza manifestada pelo outro, da sociedade hegemônica.

Observar-se-á, neste capítulo, que, desde os primeiros contatos, houve um plano de integração do indígena aos costumes do branco, e que até os dias atuais o indígena é homogeneizado pela sociedade, sem o devido respeito às diversidades de cada comunidade e sem o reconhecimento dos territórios que lhes pertencem por direito. Direitos esses que foram assegurados pela Constituição de 1988, mas que se encontram cada vez mais ameaçados pelas mudanças no cenário político brasileiro.

## 2.1. Do primeiro contato aos dias atuais: o projeto de integração do indígena brasileiro

No Brasil, as políticas oficiais sempre trabalharam com um modelo de integração para o indígena, desde os primeiros contatos entre a civilização europeia e os nativos. A condição de incivilizado, momentânea do indígena, deveria se transformar em algo semelhante à civilização branca, europeia e cristã, em um processo trivial e essencial.

Inicio aqui a descrição do papel do indígena no nosso país trazendo à baila a importância do seu trabalho para a colônia. Conforme Faoro (2001), havia um projeto colonial de aldeamento, um mecanismo de ocupação e de defesa, que incitava o contato entre

indígenas, colonos e religiosos, favorecendo, pois, a catequização e a utilização da mão-de-obra nativa.

Mem de Sá, administrador da colônia em 1566, perante uma junta legislativa composta por três membros, promulgou o primeiro sistema de leis sobre os indígenas brasileiros (Lei de 30 de julho de 1566), regulamentando a possibilidade de escravização voluntária. (Eisenberg, 2000). O projeto da colônia visava, sobretudo, garantir mão-de-obra nativa para a exploração econômica do novo território. Os aldeamentos eram locais onde tudo acontecia: grupos militares eram organizados para a defesa dos povoados, gentios eram convertidos, crianças eram alfabetizadas (mestiços e filhos de colonos também eram abrigados nas escolas) e adultos, capacitados para o trabalho.

De acordo com Moniz Bandeira (2000), o caminho natural dos indígenas bravios era a escravização. Ela constituía o instrumento de repressão para quem tentasse resistir à civilização e à salvação de sua alma. Existem relatos de escravização de indígenas já nos primeiros contatos com os portugueses, inclusive daqueles que pouco demonstraram resistência ao domínio dos estrangeiros. Com frequência, os colonos faziam emboscadas para atrair indígenas até as embarcações, onde eram presos, para serem posteriormente vendidos. Nesse período, os indígenas também eram chamados de “negros da terra”, expressão, pois, que já denuncia a presença do desejo de escravização. (Moniz Bandeira, 2000, p. 66). Apenas no século XVIII a força de trabalho indígena perdeu relevância, em virtude da exploração em larga escala de ouro e diamantes.

A impregnação colonial do poder continua a reproduzir-se nos dias atuais. Não findou com o colonialismo: o término do colonialismo político não estabeleceu o fim do colonialismo social, que atravessou os séculos e ecoa no pensamento e nas ações da sociedade brasileira. (Sousa-Santos, 2008). Os indígenas foram impelidos a se adaptarem à nova cultura e aos novos costumes trazidos pelos europeus. Por muito tempo, os indígenas foram vislumbrados como povos que não lutaram por sua independência durante o processo de colonização, o que não procede. Eles não foram passivos, resistiram, sendo vencidos pelos recursos bélicos do colonizador.

A vinda da Corte portuguesa para o Brasil assinalou o começo de uma ofensiva, até então nunca vista, contra os povos indígenas. Durante o período colonial, os conflitos contra os nativos eram, em tese, defensivos, uma vez que eram travados em prol dos indígenas, para conversão ao cristianismo e para aquisição dos privilégios garantidos a quem pertencesse à civilização. Já no reinado de D. João VI, a política de combate aos nativos ficou declarada, dispensando qualquer justificativa para os ataques. (Cunha, 1992).

O século XIX constitui um período de grandes transformações, quando se pensa nas diferenças do Brasil do seu início e o do seu final: no início deste século, o país ainda era colônia portuguesa. Logo depois, tornou-se monarquia independente, e, por fim, em 1889, o país chegou ao regime republicano. Nosso país passou por um momento de expansão da ocupação de seu território, e o eixo central das discussões deixou de ser a mão de obra, trazendo à tona a questão do uso das terras[38]. (Carneiro da Cunha, 1992).

Assim, permanecia no século XIX, a justificativa para a escravização e a guerra contra os nativos: a de atender uma demanda econômica e obter a força de trabalho, com a escolha preferencial de indígenas arredios com os portugueses e seus aliados. Era útil, portanto, um discurso que justificasse a expulsão dos nativos de suas terras, a fim de consolidar a expansão territorial.

Nessa esteira, conforme Carneiro da Cunha (1992), emerge, no século XIX, uma discussão acerca da humanidade e da animalidade dos indígenas do Novo Mundo. Embora esse debate não fosse inédito, a questão indígena, passa a ser, naquele momento, tratada com uma atenção especial, como política geral a ser adotada. Os indígenas se tornam cada vez menos necessários como mão de obra. Essa situação ocasionou um debate, a partir do século XVIII, até meados do século XIX, quanto ao destino que deveria ser concedido aos indígenas considerados hostis. A autora enfatiza que o extermínio dos índios arredios, constituía uma saída que agradava aos colonos. A outra alternativa era civilizá-los e incluí-los na sociedade política, uma solução, em geral, sustentada por estadistas e que presumia a incorporação dos indígenas como mão de obra. Em suma, era necessário definir se os indígenas deveriam ser tratados com brandura ou com violência.

Rosa (2010, p. 25) declara que as políticas indigenistas de D. João VI, em 1808, resultaram em exploração e atrocidades sobre as populações indígenas, desde o trabalho escravo até o extermínio de comunidades inteiras, iniciativas amparadas por lei, como nas Cartas Régias de 13 de maio[39] e 5 de novembro de 1808.

Novas propostas surgem, após a Independência do Brasil, no escopo de melhorar a situação do indígena no país. José Bonifácio de Andrada foi um dos primeiros defensores da questão indígena, tendo como proposta bastante significativa os “Apontamentos para Civilização dos Índios do Império do Brasil”. Seus projetos tiveram propostas inseridas em

---

[38] A autora destaca que a mão-de-obra indígena manteve sua importância apenas em algumas novas atividades econômicas, e ainda assim de forma transitória, como foi o caso da extração de borracha na região amazônica.

[39] Manda fazer guerra aos indígenas Botocudos. Disponível em https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/201284-manda-fazer-guerra-aos-indios-botocudos.html. Acesso em: 09. ago. 2022.

diversos decretos e atos adicionais. A regulamentação da Lei de Terras de 1854 (com a valorização das terras e a não intermediação do governo) fez com que a questão indígena ganhasse força entre os estudiosos, acentuando-se ainda mais no decorrer do século XIX, em razão do sistema escravista. (Rosa, 2010).

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN, a partir de 1918, apenas SPI) foi criado, em 20 de junho de 1910, pelo Decreto nº 8.072, tendo por escopo prestar assistência a todos os indígenas do território nacional. No que se refere à criação de reservas indígenas proporcionada pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio)[40], Vargas (2003, p. 36) observa que confinar os índios em territórios não bastou para a sua sobrevivência, considerando uma "territorialização induzida pelo governo", em uma política com o propósito de assegurar a posse sobre as terras indígenas. A imposição dos limites das reservas foi necessária, considerando que os indígenas "[...] não os respeitavam, isto é, continuaram usando e ocupando as áreas vizinhas para as suas necessidades, caçando, pescando e coletando suas ervas medicinais ou mel, sempre e quando lhes aprouvesse".

Azanha (2005a, p. 89) afirma que "a reserva, pois, não se constitui como *locus* indispensável de uma produção que possibilite a geração de renda e a subsistência para todos os seus moradores. Não se vive da reserva, mas na reserva [...]". O autor afirma que "as atuais "reservas" não permitem mais aos indígenas a sua "reprodução física e social segundo seus usos, costumes e tradições", como determina o artigo 231 da Constituição Federal e que, hoje, elas lhes permitem apenas reproduzir-se como mão-de-obra compulsória.

No Código Civil de 1916, os indígenas foram incluídos entre os considerados "relativamente capazes". Alcançaram, portanto, o mesmo nível das mulheres casadas e dos menores de idade (entre 16 e 21 anos). Segundo Dallari (1979), diferentemente dos "incapazes", os "relativamente capazes" podiam celebrar acordos, que então poderiam ser validados, o que não era possível quando eram equiparados às crianças, tidas como incapazes. Se esses contratos pudessem causar prejuízo aos indígenas, eram invalidados. Mas assim como as mulheres, os indígenas eram considerados "tutelados": as mulheres casadas eram tuteladas pelos maridos, e os indígenas, pela União, que incumbiu essa tarefa, ao SPI (Serviço de Proteção ao Indígena), de 1916 a 1967, e, posteriormente, à Funai (Fundação Nacional do Índio).

---

[40] Instituição criada pelo decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, com o nome de Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Tinha a incumbência de pacificar e proteger os grupos indígenas, bem como estabelecer núcleos de colonização com suporte de mão de obra sertaneja.

A tutela era utilizada pela Funai como um instrumento de dominação, uma vez que se colocava acima da vontade dos indígenas. E nos anos 1970, como órgão do Ministério do Interior, que conduzia o sistema de ocupação da Amazônia, adotou com fervor essa política.

Embora elaborada com fins de proteção jurídica para os indígenas, a tutela foi, por diversas vezes, incompreendida por juízes que a consideravam um empecilho para que os indígenas propusessem uma ação de forma direta. Esses juízes concebiam que a Funai, enquanto tutora, era quem possuía capacidade jurídica restrita para representá-los. Na prática, os índios não conseguiam entrar na justiça, posto que tinham muitas razões para se queixarem do papel "protetor" da Funai (Dallari, 1979; 1983; 1984).

Em 1928 foi elaborado um regime jurídico especial para o indígena, por meio da lei nº 5.484/28. Pela primeira vez, instituiu-se legalmente o termo "índio" e institucionalizou-se a tutela do Estado sobre o *status* genérico de "índio"[41]. União e unidades federadas tratavam a efetivação da posse indígena caso a caso, não havendo, porém, repercussão favorável, nesse período, aos povos indígenas. O termo jurídico usado para diluir as diferenças entre os povos indígenas do Brasil assume, a partir da década de 1970, um importante papel: o de aliar esses povos no propósito de recuperarem suas terras. (Moura, 2001).

Nos textos constitucionais de 1946 (art. 5º), 1967 (art. 8º) e 1969 (art. 8º), estabelecia-se a competência da União para legislar sobre "a incorporação dos silvícolas à comunhão nacional". Uma "incorporação" que era uma nuance de "integração", compreendida pelos órgãos oficiais como "assimilação". O propósito da política indigenista republicana era, portanto, a partir de 1946, apagar as tradições indígenas, transformando os indígenas em "cidadãos comuns". Estava arquitetado, portanto, o plano etnocida para as sociedades indígenas.

[41] Bolsonaro vetou mudar "Dia do Índio", para 'Dia dos Povos Indígenas' O presidente Jair Bolsonaro (PL) vetou um projeto de lei que alteraria a nomenclatura do Dia do Índio, celebrado em 19 de abril, para "Dia dos Povos Indígenas". O despacho com a decisão foi publicado no Diário Oficial da União. No veto, consta argumentação do Ministério da Justiça, que disse que a proposta contrariava o interesse público devido à consagração, na Constituição, do termo "índio" para se tratar dos povos originários do Brasil. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/06/02/bolsonaro-veta-mudar-dia-do-indio-para-dia-dos-povos-indigenas.htm. Acesso em: 09 ago. 2022.

O Estatuto do Índio[42] (Lei 6.001/1973) trouxe, no artigo 65, a obrigatoriedade de demarcação de todas as terras indígenas, pelo Estado, no prazo de cinco anos. Esse dever, porém, obteve um novo prazo de cinco anos, até o ano de 1993, quando foi reproduzido no artigo 67 das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, não se efetivando, por completo, até os dias de hoje.

Os indígenas também sofreram os golpes do regime militar no Brasil, em especial, com as decisões tomadas na década de 1970, período em que o governo militar assumiu a direção da política indigenista. Em 1978, o então ministro do Interior Rangel Reis, difundiu o conhecido "Decreto da Emancipação". Nele, buscava-se discernir quem era "silvícola", ou seja, o indígena que vivia de acordo com suas tradições, e quem poderia ser caracterizado como "aculturado", e que já estaria ajustado aos costumes da maioria dos brasileiros, podendo assim, ser emancipado. (Cunha, 2018).

Conceder autonomia aos indígenas poderia ser interpretado (por juízes) como uma maneira de torná-los menos indígenas do que os outros tutelados. E ao perderem sua condição indígena, estariam abrindo mão dos direitos sobre as terras que desde a Colônia lhes eram garantidos. Em síntese, emancipar indígenas constituía uma estratégia mascarada de liberação das terras ocupadas pelas comunidades indígenas.

Sobrinho (2010, p. 20), pesquisadora indígena Terena, expõe uma interessante estratégia de resistência dos grupos indígenas: "No meio de inúmeras diversidades culturais estava o meu ego Terena resistindo com todas as suas especificidades [...] foi necessário incorporar alguns conceitos do *purutuye* (branco), buscar me vestir como eles, comportar-me como eles e falar a língua portuguesa". Em situações de conflitos pela posse da terra, ou em questões em que o branco tenta (re)afirmar uma superioridade em relação ao indígena, este procura, pois, transitar entre passado e presente, utilizando dessa ferramenta a seu favor, ora evocando o indígena que se apropria dos recursos tecnológicos e costumes do mundo globalizado, ora trazendo à tona as características do indígena do passado (de mais de 500 anos).

---

[42] O Estatuto do Índio é a lei brasileira que dispõe sobre as relações do estado e da sociedade com os povos indígenas, e que segue o mesmo conceito do Código Civil Brasileiro de 1916, considerando os povos indígenas como "relativamente incapazes". Em seu primeiro artigo, a lei estabelece: "Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional". (Artigo 1º da Lei 6.001/1973). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.001%2C%20DE%2019,sobre%20o%20Estatuto%20do%20%C3%8Dndio.&text=Art.,e%20harmoniosamente%2C%20%C3%A0%20comunh%C3%A3o%20nacional. Acesso em: 29 set. 2022.

A situação dos indígenas não mudou, de forma significativa, nos dias atuais. Quem colabora no agravamento dessa questão é o Estado, que tenta homogeneizar todos os povos, no propósito de unir e conservar uma identidade para a nação brasileira. Essa tentativa de homogeneização circula no social como uma "verdade", já pré-estabelecida e que não pode ser questionada, em virtude de seu caráter pretensamente imparcial e objetivo. Diante disso, trago, a seguir, alguns dados que auxiliam na problematização da concepção homogênea do termo "índio", em um processo de apagamento das diferenças entre os vários povos indígenas brasileiros, iniciado desde os tempos do "descobrimento". Apagamento presente nos discursos de Jair Bolsonaro, a serem analisados na terceira parte desta tese.

## 2.2. Cultura Indígena e a concepção homogênea de "índio"

A concepção homogênea, folclórica e genérica de "índio" é um ponto a ser desconstruído em relação às comunidades indígenas no Brasil. Existe uma tendência em generalizar os costumes, as crenças, as línguas, apagando as diferenças existentes entre as muitas etnias existentes no território brasileiro.

De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, a população brasileira soma 190.755.799 milhões de pessoas. Representando 305 etnias, que totalizam 896,9 mil indígenas e 274 línguas e dialetos, os estados com maior população estimada em áreas indígenas são: Amazonas (284,5 mil), Mato Grosso (145,3 mil), Pará (105,3 mil) e Roraima (83,8 mil). Juntos, eles contabilizam 55,8% do total de residentes em áreas indígenas. Pernambuco (80,3 mil) e Mato Grosso do Sul (78,1 mil) também registram maior número de pessoas em áreas indígenas. (Campos, 2021)[43]. Os indígenas, portanto, como aponta Grupioni (1995, p.19) "não são apenas diversos entre nós, são também diversos entre si".

Wiik (2001) explica que definir "cultura" interpõe-se como um desafio e acrescenta que um conceito objetificado e pulverizado demandaria uma extensa tarefa. A antropologia tem criado escolas singulares dentro do campo do conhecimento para fins como esse. Para Escosteguy (2001, p. 4) "a cultura não é uma entidade monolítica ou homogênea, mas, ao contrário, manifesta-se de maneira diferenciada em qualquer formação social ou época histórica".

---

[43] Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-10/populacao-residente-em-area-indigena-e-quilombola-supera-22-milhoes#:~:text=O%20Instituto%20Brasileiro%20de%20Geografia,moram%20em%20quilombos%20no%20Brasil. Acesso em: 30 set 2022.

Para Burke (2003), com a globalização planetária, não há mais como evitar processos de hibridização da cultura. O autor aceita o conceito de hibridização como equivalente, *lato sensu*, ao de mistura, o que permite que localize tal processo (“processo”, e não “estado”, como ele faz questão de salientar) em todas as épocas da história, sob os mais variados nomes.

De acordo com Burke (2005), o termo “cultura” apresenta diversos conflitos, algo ainda mais problemático que o termo “popular”. Em termos gerais, é usado para fazer menção à “alta” cultura. Foi ampliado “para baixo”, agregando, pois, a “baixa” cultura, ou chamada cultura popular e, atualmente, estende-se para os lados. O termo foi muito empregado para se reportar às artes e às ciências. Depois, foi utilizado na descrição de seus equivalentes populares, como medicina popular, música folclórica, e outras coisas mais. Por fim, “cultura” passou a aludir a um amplo conjunto de artefatos (ferramentas, imagens e assim por diante) e também de práticas, como ler e conversar.

Dimensionar a cultura indígena requer um levantamento da produção material e abstrata dos distintos povos em todo o Brasil. Cada povo desenvolveu suas próprias tradições religiosas, musicais, festivas, artesanais, dentre outros costumes. O indígena da atualidade tenta preservar suas tradições. Entretanto, não se deve alimentar a visão romantizada de que o indígena, para ser assim considerado, deve, por exemplo, construir habitações de madeira e palha (ocas) ou que tenha que se manter “puro”, isolado do convívio com a civilização.

Deve-se abandonar a visão romantizada, construída ao longo dos séculos, no imaginário social, utilizada como instrumento de dominação, ou seja, como ferramenta de determinação, pelo branco, do que é, o que não é indígena; do que parece ou do que não se parece nada com o indígena e, desse modo, deve ter ou não direitos sobre as terras tradicionalmente ocupadas. O indígena dos dias atuais é aquele que está no local de entremeio ou entre-lugar, conforme descrito por Bhabha (2003), e que transita entre passado e futuro, como estratégia de defesa, de resistência. Ele se apropria dos recursos tecnológicos, das redes sociais, projetando-se para o futuro, mas, também, quando lhe convém, evoca o passado, com o uso de cocares, com vestimentas e pinturas, durante as manifestações em defesa da retomada de suas terras.

Vincular o indígena da atualidade ao período do Romantismo, ou seja, à pureza, à inocência sempre incutida no imaginário social, é considerar que o indígena do passado deve ser o mesmo hoje (seminu e usando cocar), e isso não é possível. O branco do passado não é mais o mesmo de hoje! Essa visão distorcida e idealizada começa pelo próprio Estatuto do

Índio, em seu artigo 7º[44], que trata o indígena como tutelado, condição essa válida ainda nos dias atuais. Tutela é para quem não consegue andar por si mesmo, que precisa ser orientado nas decisões a serem tomadas, que precisa de cuidado para que não faça nenhuma "besteira", como, por exemplo, a criança, que, por sua vez, também possui um Estatuto específico.

Nos dias de hoje, em oposição à figura de tutelado, os indígenas demonstram a força que possuem, resistindo à condição de marginalização, de exclusão imposta pelo branco. Eles utilizam as redes sociais, propagando a cultura indígena, seus conhecimentos tradicionais, as línguas e, também, realizando assembleias e manifestações. A organização para as manifestações diante do Congresso Nacional (bem como o fechamento de rodovias) é iniciada pelas redes sociais. A tecnologia, portanto, chega às comunidades indígenas, que a assumem e utilizam de seus recursos que muito têm contribuído na luta e na defesa dos direitos indígenas pela terra.

A atual Ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, também traz o conceito de cultura, na visão do indígena: "Para nós, cultura é tudo que somos, é nosso modo de vida e também sinônimo de luta"[45]. (Nonada, 2023). Todas as diferentes línguas, costumes, tradições, crenças constituem cordões de ligação entre as mais diferentes etnias do nosso país. Os indígenas, apesar de serem diferentes, se reconhecem uns nos outros, compartilham do mesmo sentimento e valor pela terra de seus antepassados. Encontram, portanto, reciprocidade, partilhando de um mesmo desejo, na ideia de identificação. O filósofo Christopher W. Morris (1998) expõe que a ideia de identificação é crucial, tanto mais quando um dos principais aspectos da modernidade é a instabilidade, a posição do indivíduo no mundo tornando-se cada vez mais fluida. Raffestin (1993), esclarece que os agentes sociais, ao tomarem posse de um território, constroem o espaço com os seus saberes e obras, produzindo o sentimento de pertencimento. Esse sentimento é construído socialmente e é constitutivo da territorialidade.

O reconhecimento das diferenças entre as comunidades indígenas brasileiras e da importância dos territórios tradicionais para esses povos foi consolidado com a promulgação da Constituição Federal de 1988. De lá para cá, vários avanços foram realizados, mas muito ainda há de ser feito para que o texto constitucional seja inteiramente aplicado na real situação

---

[44] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.001%2C%20DE%2019,sobre%20o%20Estatuto%20do%20%C3%8Dndio.&text=Art.,e%20harmoniosamente%2C%20%C3%A0%20comunh%C3%A3o%20nacional. Acesso em: 29 set 2022.

[45] Disponível em: https://www.nonada.com.br/2023/01/sonia-guajajara-para-nos-cultura-e-tudo-que-somos-e-nosso-modo-de-vida-e-tambem-sinonimo-de-luta/. Acesso em: 10 dez 2023.

das comunidades. Dada a relevância da Carta Magna nesse processo de reconhecimento, trago a seguir alguns de seus pontos que são relevantes para a compreensão da luta e das conquistas indígenas, bem como a tese do marco temporal, que tem inflamado as discussões sobre o tema, nos dias atuais.

**2.3. Os indígenas na Constituição Federal de 1988 e a tese do marco temporal**

Ainda que a história aponte o final dos anos 1960 como o período de início dos movimentos indígenas em busca de seus direitos, é a partir da promulgação da Carta Constitucional, em 1988, que os povos indígenas adquirem o reconhecimento dos direitos à diferença cultural, territórios originários, línguas, crenças, processos identitários e modos tradicionais próprios de sobrevivência. A partir daí ganha força a luta pela inserção desses povos na sociedade hegemônica, por meio de políticas indigenistas para o desenvolvimento de suas comunidades, em aspectos que abrangem educação, saúde, assistência social, meio ambiente e, sobretudo, o direito à terra e a demarcação de territórios tradicionais.

A Constituição de 1988, portanto, aborda questões reivindicadas desde o período colonial, constituindo, segundo Valiente (2013) demandas que carregam uma historicidade e construíram, por meio da memória discursiva, o imaginário preconceituoso e excludente, desde a época da colonização, refletindo, pois, no momento atual. A autora acrescenta que os indígenas realizam tentativas de negociação de territórios tradicionais desde a colonização portuguesa, visando estabelecer um diálogo com a sociedade nacional e o Estado. Entretanto, só conseguem a articulação política em busca da garantia de seus direitos, a partir da década de 1970. Nesse momento, são criadas as Assembleias Indígenas e, com o suporte de organizações, como, por exemplo, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), os indígenas estruturam o Movimento Indígena do Brasil (MIB).

Desde então, os indígenas vêm resistindo à opressão e à exclusão social do Estado e da sociedade envolvente, de diversas maneiras, desenvolvendo estratégias de relacionamento com a comunidade nacional: conquistaram espaço em órgãos governamentais, utilizam das tecnologias e habitam as redes sociais propagando a cultura indígena, os conhecimentos tradicionais, as línguas. Além disso, realizam manifestações em frente ao Congresso Nacional, fecham rodovias no país, mobilizam eventos que trazem visibilidade nacional para a causa. Nessas ocasiões, apresentam no corpo as vestimentas, pinturas e adereços que habitam no imaginário social acerca do que é ser índio, no intuito de chamar a atenção para as injustiças e fortalecer a luta pela demarcação de seus territórios.

Embora sempre tenham sido infringidos, os direitos dos indígenas aos territórios tradicionais são reconhecidos desde a época colonial, conforme Cunha (2018). Desde 1934, esses direitos vêm sendo registrados em todas as Constituições republicanas. A partir daí, a posse intransferível de suas terras foi assegurada às comunidades indígenas. No texto constitucional de 1967, foi adicionado que a propriedade das terras indígenas seria da União. Em 1969, a Emenda Constitucional n° 1, de 17 de outubro de 1969, especificou, no artigo 198, esses direitos:

> Art. 198. As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes. §1-º Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objetivo o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas. (JUSBRASIL, 2022)[46].

A nova Constituição já possui mais de trinta anos. Ela chegou com a promessa de ser uma Constituição cidadã e mais igualitária. Os direitos constitucionais dos indígenas estão expressos em um capítulo específico da Carta de 1988 (Título VIII, "Da Ordem Social", capítulo VIII, "Dos Índios"), além de outros dispositivos dispersos ao longo de seu texto e de um artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Ainda que estejam assegurados pela Carta Magna, os indígenas têm visto seus direitos cada vez mais ameaçados pela ambição do branco, no caminho de desenvolvimento econômico da nação.

Dois importantes aspectos podem ser destacados na nova Constituição, em relação às Constituições anteriores e ao Estatuto do Índio. A primeira alteração é que ela deixou para trás a concepção de que os indígenas compõem um tipo de categoria social transitória, condenada ao desaparecimento; a segunda modificação concerne aos direitos indígenas sobre os territórios tradicionais, que passam a ser considerados como direitos originários, ou seja, precedentes à criação do próprio Estado. Tem-se, pois, o reconhecimento histórico de que os indígenas foram os primeiros ocupantes das terras brasileiras. A Constituição Federal de 1988 determina, desse modo, novos termos para as relações entre o Estado, a sociedade brasileira e os povos indígenas.

A mineração em terras indígenas e o emprego de seu potencial em hidrelétricas foram assuntos muito discutidos no processo constituinte. O texto constitucional de 1988 reconheceu aos índios amparo às suas organizações sociais, línguas, costumes, crenças e tradições, além do dever do Estado de demarcar as terras tradicionalmente ocupadas pelas

[46]Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10608196/paragrafo-1-artigo-198-emenda-constitucional-n-1-de-17-de-outubro-de-1969/jurisprudencia. Acesso em: 30 set 2022.

populações indígenas (Artigo 231 da Constituição Federal de 1988). De acordo com Oliveira (2015), a Fundação Nacional do Índio (Funai), nos termos da legislação vigente (CF/88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, Decreto n.º1775/96), conceitua "Terras Indígenas" em quatro modalidades:

> **Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas:** São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.
> **Reservas Indígenas:** São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas não se confundem com as terras de ocupação tradicional. Existem terras indígenas, no entanto, que foram reservadas pelos estados-membros, principalmente durante a primeira metade do século XX, que são reconhecidas como de ocupação tradicional.
> **Terras Dominiais:** São as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil.
> **Interditadas:** São áreas interditadas pela Funai para proteção dos povos e grupos indígenas isolados, com o estabelecimento de restrição de ingresso e trânsito de terceiros na área. A interdição da área pode ser realizada concomitantemente ou não com o processo de demarcação, disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96[1] [Grifos do autor].

Por mais que se tenha argumentado, desde o século XIX, que os direitos indígenas à terra poderiam ser dissolvidos com o contato do indígena com o branco, ou seja, com a chamada "assimilação cultural", a Constituição Federal de 1988 reconheceu o direito histórico das terras indígenas. Conforme Mendes Júnior (1912), são direitos originários que precedem o próprio Estado, independentes da sua vontade ou aprovação. Silva (1984) corrobora esse pensamento, ao afirmar que o indigenato[47] não se confunde com a simples ocupação; ele é a fonte substancial e inata da posse territorial; é um direito intrínseco, ao passo que a ocupação é título obtido. O indigenato, tem, pois, legitimidade própria.

Existe um entendimento, uma tese jurídica, que vem sendo firmada por alguns ministros do Supremo Tribunal Federal, chamada "marco temporal"[48], que argumenta uma mudança na política de demarcação de terras indígenas no Brasil. De acordo com essa tese, os povos indígenas só podem exigir o direito sobre as terras ocupadas até o momento da

[47] Elaborada por João Mendes Júnior, no início do século XX, a teoria do indigenato cooperou com um relevante argumento para posse indígena sobre as terras tradicionalmente ocupadas. Essa teoria influenciou constitucionalistas e administrativistas para a consolidação dos direitos territoriais indígenas no Brasil. (Mendes Júnior, 1912).

[48] O Legislativo propõe instituir o "marco temporal", que consta de várias propostas de lei, como o Projeto de Lei 490/2007, que é parte de um conjunto de investidas sistemáticas que têm sido apresentadas para questionar os direitos originários dos povos indígenas brasileiros às terras. (Costa, 2021).

promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. (Costa, 2021). Essa discussão já vem sendo feita há mais de 10 (dez) anos, mas adquiriu vigor nos últimos tempos.

Destarte, por essa tese, se determinado povo indígena não estivesse na terra pleiteada, na data supracitada, seria indispensável uma comprovação na Justiça da existência de um litígio judicial em curso ou uma disputa ocorrendo no instante da promulgação da Constituição. O marco temporal consiste, pois, em um plano de agricultores e ruralistas para bloquear o avanço das demarcações de terras indígenas no Brasil. Especialistas esclarecem que a tese já vem sendo utilizada como política para a demarcação de terras indígenas desde o governo de Michel Temer (2016-2018). Atualmente, centenas de demarcações estão paradas na Justiça. (UOL, 2022).

A tese do marco temporal foi empregada, de forma inédita, em um julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2009[49]. Naquele momento, o STF criou a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima. O Tribunal determinou, na ocasião, que a tese só possuiria validade para o caso em questão. No entanto, o julgamento do caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, perante o Supremo Tribunal Federal, ganhou grande repercussão no país, passando a funcionar como novo parâmetro para a interpretação e a aplicação dos direitos territoriais dos indígenas.

**Figura 21:** A luta das comunidades da Terra Indígena Raposa Serra do Sol tomou grandes proporções, após o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal

**Fonte:** Migalhas, 2013.

[49] Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-marco-temporal.htm. Acesso em: 29 set. 2022.

Mesmo após a decisão do STF, os povos indígenas da área Raposa Serra do Sol precisam manter a vigilância contra a invasão de garimpeiros[50]. Segundo Pereira (2022), eles combatem sozinhos, resistindo ao garimpo ilegal em suas terras. Sem o suporte da Funai ou da Polícia Federal, lideranças indígenas locais tentam barrar a extração de ouro, incendiando balsas de garimpeiros, apreendendo material de mineração e fechando barracos vinculados à ação criminosa.

O caso do povo Xokleng[51] também auxilia na compreensão do assunto. O governo de Santa Catarina aproveitou-se do entendimento da tese para a ocupação de um de seus territórios pelos Xokleng, povo indígena tradicional daquela região, sob o argumento de que a terra (uma área que corresponde a cerca de 80 mil metros quadrados, ocupada pelos Xokleng) não era utilizada pelos indígenas no momento em que a Constituição Federal foi promulgada, ou seja, em 1988. Os Xokleng, no entanto, apresentam uma justificativa histórica para a não ocupação da terra no período de promulgação da nova Constituição: o fato de eles terem sofrido perseguições, não restando outra alternativa a não ser a de abrir caminho para que os colonos europeus tomassem posse das áreas no interior do estado.

---

[50] Atualmente, o Conselho Indígena de Roraima (CIR) calcula cerca de 4 mil garimpeiros na Raposa Serra do Sol e explica que o número passou a crescer, de forma significativa, a partir de 2019, com a eleição de Jair Bolsonaro como Presidente da República. Disponível em: https://infoamazonia.org/2022/07/07/raposa-serra-do-sol-resiste-a-invasao-de-4-mil-garimpeiros-enquanto-governo-de-roraima-aprova-lei-pro-garimpo/.

[51] Os índios Xokleng da Terra Indígena Ibirama, em Santa Catarina, são os sobreviventes de um processo brutal de colonização do sul do Brasil iniciado em meados do século passado, que quase os dizimou em sua totalidade. Foram vítimas de milícias armadas pelo próprio Estado para expulsá-los de terras que seriam vendidas para agricultores e imigrantes. Essas milícias cometiam assassinatos como forma de aterrorizar os Xokleng, e espantá-los de suas terras. O termo “Xokleng”, popularizado pelo trabalho do etnólogo Sílvio Coelho dos Santos, foi aceito pelo grupo enquanto denominador de uma identidade externa, usada em suas lutas políticas junto à Funai e aos meios de comunicação. Hoje, muitos se autodenominam “Laklanõ”, ou seja, "gente do sol" ou “gente ligeira”. O termo Laklanõ vem ganhando espaço político interno por meio de um movimento atual de recuperação de seu idioma, escrita de mitos antigos e bilinguismo. (UOL, 2022).

**Figura 22:** Em pé, bugreiros (milicianos contratados para dizimar indígenas) posam com mulheres e crianças do povo Xokleng, capturadas após ataque a acampamento

**Fonte:** BBC News Brasil, 2021.

Um dos posicionamentos levantados nas discussões acerca da tese do marco temporal, é o de que ela alimenta a iminência de novas disputas, mesmo em terras já pacificadas, resultando em novas ações na Justiça, a fim de expulsar os povos indígenas de seus territórios. A disputa coloca em cena dois lados divergentes: o primeiro, é o que considera que a demarcação de terras indígenas é primordial para a garantia da preservação ambiental, pois ela barra o avanço indiscriminado de agricultores, previne o desmatamento e, em consequência, o desequilíbrio nos regimes de chuva e aumento nas temperaturas do planeta. Por outro lado, os ruralistas defendem o marco temporal como um instrumento para obter segurança jurídica para a questão, a fim de evitar prejuízos econômicos para o agronegócio. De acordo com o Portal de Notícias G1 (DF)[52], atualmente, há mais de 300 processos de demarcação de terras indígenas abertos no país.

[52] Disponível em: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/06/21/indigenas-protestam-em-brasilia-contra-marco-temporal-para-demarcacao-de-terras.ghtml. Acesso em: 29 set. 2022.

**Figura 23:** Indígenas em protesto ao marco temporal, em frente ao STF

**Fonte:** SBT News, 2021.

Em outubro de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou com 34 vetos a Lei 14.701, que trata do reconhecimento, demarcação, uso e gestão de terras indígenas. Um dos principais dispositivos vetados é o que estabelecia a tese do marco temporal. Entre as justificativas do veto ao marco temporal, o presidente expõe que a iniciativa do Legislativo contraria o interesse público e incorre em vício de inconstitucionalidade "por usurpar direitos originários" já previstos na Constituição. Ele ainda lembra que a tese do marco temporal também já foi rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal (STF)[53] — decisão que, segundo a Presidência da República, possui repercussão geral. O Congresso Nacional pode reverter a decisão final sobre a lei, rejeitando os vetos presidenciais. Para isso, é necessária a maioria absoluta dos votos de deputados e senadores, ou seja, 257 votos de deputados e 41 votos de senadores, computados separadamente em sessão do Congresso.

[53] Em 27 de setembro deste ano, o STF fixou a tese de repercussão geral no Recurso Extraordinário (RE) 1017365, em que a corte rejeitou a possibilidade de adotar a data da promulgação da Constituição como marco temporal para definir o direito à ocupação tradicional da terra pelas comunidades indígenas. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/10/23/terras-indigenas-lula-veta-marco-temporal-aprovado-pelo-congresso. Acesso em: 24 out. 2023.

A indefinição sobre a questão dificulta a demarcação de terras tradicionais, incentiva a perseguição às lideranças indígenas e desconsidera todo o histórico de violência e marginalização sofrido pelos povos indígenas do Brasil. Como forma de resistência, os indígenas organizam atos de protestos, como se pode observar nas manifestações realizadas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, em 2021:

**Figura 24:** Povos indígenas fazem manifestação em Brasília, para protestar contra o marco temporal para demarcação de terras

**Fonte:** Planalto em Pauta, 2021.

**Figura 25:** Indígenas marcham pela Esplanada dos Ministérios, em Brasília, contra o marco temporal para demarcação de terras, em 25 de agosto de 2021.

**Fonte:** G1/DF, 2021.

**Figura 26:** Indígenas em Brasília protestam contra o marco temporal, em 2021

**Fonte:** G1/DF, 2021.

Há, ainda, uma Proposta de Emenda Constitucional 215 (PEC 215/2000), que constitui mais um duro golpe para as questões dos direitos indígenas sobre os territórios tradicionais. O intuito é transferir da União para o Congresso a competência exclusiva de demarcar as terras indígenas, desconsiderando direitos já garantidos pela Constituição de 1988. Pelo texto, a demarcação das terras é repassada à bancada ruralista e de empreiteiras e mineradoras interessadas nas áreas em questão. Assim, os representantes das comunidades e os especialistas conjecturam o aumento dos abusos já sofridos pelos indígenas. (Agência Senado, 2015).

# PARTE II

# A RELAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA

# CAPÍTULO III

## DISPOSITIVOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: O GESTO ANALÍTICO-INTERPRETATIVO

> Transdisciplinarizar [...] não se trata de recorrer a outras disciplinas, menos ainda de nos servirmos, enquanto analistas de discurso, de cada uma tomando-as na sua integralidade, como pretende uma certa interdisciplinaridade, sem atentar para a impossibilidade de tal empreendimento, mas de puxar os fios de que necessitamos, para, com eles, tecermos a teia de nossa rede teórica. (Coracini, 2007, p. 93)

A AD, em consonância com as demais áreas de estudo anteriormente mencionadas, produz um diálogo que contribui para a consolidação do gesto de interpretação analítico-discursivo, a ser empreendido na terceira parte desta tese. Desse modo, poderei trazer à cena noções teóricas que me permitem puxar os fios de que preciso, para então, construir uma rede teórica, numa via de mão dupla: transformando esses fios e, ao mesmo tempo, sendo por eles transformado. (Coracini, 2010). Considerando o descrito por Hissa (2008), compreendo que os territórios disciplinares constituem corpos teóricos formados por objetos conceituais e metodológicos que oferecem visibilidade supostamente autônoma aos campos inerentes ao conhecimento, e esses corpos teóricos são, também, constituídos por fronteiras que estimulam obstruções e aberturas. E independente dos embargos produzidos, os limites dos corpos teóricos disciplinares deixam escoar, por meio de fronteiras, as margens teóricas e metodológicas dos referidos corpos.

Este capítulo tem por objetivo apresentar pressupostos teóricos e metodológicos que possibilitam a problematização dos discursos de Jair Bolsonaro acerca dos indígenas. Para tanto, serão utilizadas concepções advindas da Análise do Discurso de linha francesa (AD), as teorias do filósofo Derrida, a arqueogenealogia de Foucault (1990, 1996, 2000a, 2000b, 2006, 2008a, 2008b), apresentadas neste capítulo, e os estudos decoloniais, que serão abordados no capítulo seguinte (Capítulo IV).

Os discursos de Jair Bolsonaro, que constituem o *corpus* desta pesquisa, podem ser encontrados, sem dificuldades, em sites da internet[54] (dada a relevância de serem pronunciados, não por qualquer pessoa, mas pelo ocupante (transitório) do maior cargo do Poder Executivo Federal, o de Presidente da República, somado à polêmica gerada em virtude

[54] A maior parte desses discursos pode ser encontrada no endereço https://www.survivalbrasil.org/artigos/3543-Bolsonaro. Acesso em 10 out. 2022.

dos conteúdos ofensivos aos indígenas). Os 15 (quinze) recortes a serem analisados, na terceira parte desta tese, conforme dito anteriormente, referem-se, sobretudo, a questões que envolvem a disputa pelas terras tradicionais indígenas. Na escolha desses recortes, considero o que foi elucidado por Foucault (2008), afastando-me da ideia de que há uma continuidade no discurso. Não se pode resgatar a irrupção de um acontecimento, visto que toda a repetição de uma origem escapa a determinação histórica, e que todo começo jamais poderia deixar de ser um recomeço. (Foucault, 2008, p. 27-28). Considerando o discurso como descontinuidade, pode-se, então, analisá-lo em sua individualidade e singularidade.

Torna-se necessário tecer, de início, algumas considerações sobre sujeito, discurso, inter/intradiscursos, formações discursivas (FDs), memória e arquivo, a fim de compreender e interpretar as relações manifestadas na materialidade discursiva dos dizeres de Jair Bolsonaro, que produzem efeitos de sentidos, "vontades de verdade" que provocam indignação.

Maria José Coracini esclarece que o sujeito não é inteiro, ele é descentrado: cindido, despedaçado, incompleto, efêmero, efeito entre significantes (que constituem a linguagem) e, por essa razão, o sujeito é definido por Lacan como sujeito da linguagem. E a linguagem é equívoco, portanto, faltosa, pois algo sempre escapa. Daí, conclui-se que o sujeito também é faltoso. Como acontece com o sujeito, ocorre também com a linguagem e a língua. Esta se constitui na ausência e pela ausência. A autora explica, ainda, que não há como controlar os efeitos de sentido manifestados pela palavra dita e que, por essa razão, "mais somos ditos do que dizemos". É nesse ponto que se encontra a (im)precisão daquilo que se fala. Diante disso, conforme a linguista, é necessário compreender que a linguagem constitui o sujeito e que a língua só existe na cultura (no e pelo outro) para então entender a importância de acolher o outro, em suas diferenças. (Celada; Andrade; Gasparini, 2021, p. 334-335).

Destarte, essa promessa de língua (única, coerente, transparente, universal), controlada pelo sujeito, ainda veiculada pela escola e pela sociedade constitui uma promessa impossível de ser cumprida, uma vez que traços da subjetividade dos seres fal(t)antes se (intro)metem no discurso, percorrendo cada fragmento da língua(gem).

Não tenho por escopo, aqui, abordar a língua como um sistema transparente e regular (como defendido pelos moldes estruturalistas), detentora de um significado único e invariante, mas sim, acolher o seu aspecto heterogêneo, perpassado pelo social, pelo histórico e por uma ideologia. Sociedade e linguagem constituem-se de forma recíproca e a AD considera a exterioridade como integrante do discurso, colaborando para o trabalho de transformação do espaço de compreensão do sujeito, entendido, assim, numa relação linguagem-exterioridade.

### 3.1. Análise do Discurso: a linguagem em relação com sua exterioridade

A AD de origem francesa surgiu em um momento de conflitos e tensões políticas, em meio a questionamentos sobre a transparência dos sentidos e das normatizações, tendo Michel Pêcheux como principal precursor. Articulando-se com a Linguística (Saussure), o Marxismo (releitura de Althusser) e a Psicanálise (releitura de Lacan), a disciplina desconstruiu o modo tradicional de analisar a linguagem, colocando em questão a homogeneidade, a transparência e a intencionalidade do discurso.

Não se trata de buscar o "sentido verdadeiro", esse não é o papel da AD. A disciplina procura o real sentido em sua materialidade linguística e histórica. Nessa esteira, seu dispositivo de interpretação possui como aspecto "[...] o que o sujeito diz em um lugar como o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo e o que é dito de outro modo". (Orlandi, 1999, p. 59). Esmiuçar o campo da Análise do Discurso requer um trabalho não somente de vincular as três áreas (Linguística, Marxismo e Psicanálise), mas sim refletir de que maneira elas se constituem e como a Análise do Discurso opera nas extremidades desses três domínios.

Segundo Orlandi (1996), a Análise do Discurso pode ser vinculada, em sentido amplo, ao estudo do discurso, ou, em sentido estrito, como disciplina que tem por objeto de investigação o discurso, ao examinar a relação da linguagem com a exterioridade, bem como as chamadas condições de produção do discurso.

A noção de sujeito cartesiano (consciente, racional, com controle de si e dos outros) não condiz com as perspectivas teóricas aqui empreendidas, ancoradas na noção de sujeito discursivo, que é interpelado pela ideologia e pelo inconsciente. Orlandi (1999, p. 20) afirma que a AD, ao trabalhar os três campos teóricos (Linguística, Marxismo e Psicanálise) "irrompe em suas fronteiras", gerando um novo recorte de disciplinas e constituindo um novo objeto (o discurso) que vai influenciar essas formas de conhecimento em seu conjunto, trazendo, pois, uma nova concepção de interpretação e leitura e, ainda, a problematização da relação sujeito-sentido.

Em sua trajetória, a AD atravessou por três épocas. Na "primeira época", intitulada AD1, a análise discursiva consistiu em identificar e edificar sítios de identidades que se davam num local discursivo supostamente dominado por condições de produção estáveis e homogêneas (Pêcheux, 1990). Na "segunda época", AD2, houve um deslocamento teórico que irrompeu a noção de máquina estrutural fechada. Seu objeto transpôs a perspectiva para as relações entre diferentes máquinas discursivas estruturais, relações que são relações de forças desiguais entre processos discursivos. Nesse momento, introduziu-se a noção de

formação discursiva de Foucault (2008a), entendida não como um espaço estrutural fechado, mas estando invadida por outras formações discursivas sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos. Convém destacar, entretanto, que na AD2, o sujeito do discurso permanece sendo admitido como "puro efeito de assujeitamento à maquinaria da FD com a qual ele se identifica". (Pêcheux, 1990, p. 314).

O estudo da construção dos objetos discursivos, dos pontos de vista e dos lugares enunciativos é abordado na "terceira época" da AD - a AD3. A heterogeneidade enunciativa foi característica desse momento, apreendendo o discurso e o sujeito como heterogêneos. As tentativas de homogeneidade e de ilusão de identidade, insistentes nas etapas precedentes, foram eliminadas pela AD3. A partir dessa etapa, o processo de uma AD, passou a ser em espiral, combinando entrecruzamentos, reuniões e dissociações, com um sujeito que interpreta o discurso enquanto constituinte do processo de interpretação, ocupando-se com os efeitos dessa interpretação. O que se viu, pois, ao longo das três etapas da Análise do Discurso, foi a substituição da univocidade pela plurivocidade. (Pêcheux, 1990).

Todo discurso possui marcas ideológicas. Para Gregolin (2003, p. 43), "a ideologia solidifica as relações sociais, tornando-as suportáveis para os diversos atores". A autora ressalta que todas as "sociedades vivem imersas, necessariamente, nesse líquido amniótico em que subsistem e que – conservando os indivíduos prisioneiros de uma ilusão vital – contribui decisivamente para a reprodução da força de trabalho e das relações de produção que lhes são próprias". No escopo de compreender como o processo discursivo é constituído por tais marcas ideológicas, considero que esse processo tem como primórdio uma formação discursiva que condiciona sua existência. Um dito é mais que uma mensagem a ser decodificada, mas sim, um conjunto de efeitos de sentidos produzidos em determinadas condições. (Orlandi, 1999, p. 30). O discurso delimita-se no interior da formação discursiva, que por sua vez, vincula-se ao que pode e deve ser dito, ou seja, às relações de poder.

Orlandi (1999) apresenta o interdiscurso como uma memória discursiva, não cognitiva, precedente à fala. Ele é, pois, o local do "já-dito". (Orlandi, 2002, p. 301). O interdiscurso é o saber discursivo que possibilita todo e qualquer dizer e que remonta sob a forma do pré-construído, do já-dito que está no eixo do dizível, intervindo na maneira de o sujeito (re)significar, em cada situação discursiva. Ainda que tenhamos a ilusão necessária de que nos pertencem, as palavras que utilizamos não são nossas. No instante em que são proferidas, os significados das palavras são adquiridos pela língua e pela história. Para Orlandi (1999, p. 33-4), interdiscurso consiste em todo o grupo de definições feitas e já ignoradas que definem aquilo que dizemos, ou seja, para que o dito tenha sentido é necessário

que ele já faça sentido. E isso é um produto do interdiscurso: é essencial que o que foi pronunciado por alguém, em determinado momento, seja eliminado na memória, a fim de que, passando para uma espécie de "anonimato", possa fazer sentido em "minhas" palavras.

A relação memória e discurso pode ser observada a partir da noção de interdiscursividade. Segundo Courtine (2009), toda produção discursiva mobiliza formulações já enunciadas. Assim, a noção de memória discursiva, para a AD, refere-se à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos. O interdiscurso pode ser compreendido como um conjunto de já-ditos (esquecidos) que possibilitam "novos dizeres". Contrapondo-se intuitivamente a ele, teremos o que é desenvolvido em um dado momento, em condições dadas, e que pode ser nomeado de intradiscurso.

A linguagem antepõe-se ao sujeito e é o que contribui para sua emergência como tal (Lacan, 1998). O processo de apagamento do lugar em que o sujeito é colocado se instaura e fica recalcado para o sujeito que ele preenche um lugar que o constitui como sujeito, restando a ele a ilusão do "já-sempre-lá", apagam-se as determinações que levam o sujeito a ocupar o lugar que ocupa, assujeitando-se pelo discurso. (Dezerto, 2010, p. 10).

Ancorado na ideia dos apagamentos da anterioridade dos sentidos e da determinação interdiscursiva na constituição dos dizeres, Michel Pêcheux desenvolve a teoria dos "esquecimentos", distinguindo-os em duas ordens dependentes uma da outra: esquecimentos número 1 (um) e número 2 (dois). O autor explica que, no esquecimento um, o sujeito tem a ilusão de que é a fonte do sentido, o inaugurador absoluto do seu discurso, excluindo tudo que remete ao exterior de sua formação discursiva, quando o que faz é retomar sentidos pré-existentes. No esquecimento dois, o sujeito tem a ilusão de que tudo que ele fala adquire apenas um significado, que será assimilado pelo seu interlocutor. Há o lapso de que o discurso se caracteriza pelo resgate do já dito, tendo o sujeito a ilusão de que sabe e controla tudo o que diz. (Pêcheux; Fuchs, 1997, p.168-9).

As teorias pecheutianas, fundamentadas sob o conceito dialógico proposto pelo filósofo russo Mikhail Bakhtin, caminham na contramão de concepções tradicionais que considerem o ato de fala como particular (subjetividade idealista) e que desprezem a enunciação e o ato de fala particular dos estudos da língua (objetivismo abstrato). O filósofo expõe que toda palavra apresenta duas características: sempre procede de alguém e sempre dirige-se a alguém. O diálogo, concebido, pois, como "interação verbal" é consequência da relação locutor-ouvinte. O conceito de polifonia também emerge nas concepções do autor, que o mostra como parte imprescindível de toda enunciação, uma vez que, em um mesmo texto,

ocorrem diferentes vozes que se expressam, e todo discurso é constituído por diversos discursos. (Bakhtin, 1995, p. 113).

Impossível falar de Análise do Discurso sem mencionar a obra de Pêcheux "Discurso: Estrutura ou Acontecimento?", fruto de uma apresentação na Conferência "Marxismo e interpretação da cultura: limites, fronteiras, restrições, em julho de 1983". Nela, o autor considera a estrutura e o acontecimento discursivo, ou seja, de acordo com a situação e o período em que acontece, um mesmo enunciado pode adquirir significados diversos. Para Pêcheux (1990, p. 77), o discurso "é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas", numa relação com o lugar onde é produzido. É possível afirmar, portanto, que o lugar de onde se fala é constitutivo daquilo que se diz. Os sentidos discursivos ficam subordinados, pois, à posição ocupada de quem fala.

Por meio do "jogo de imagens de um discurso", processo explorado por Pêcheux (1990), pode-se considerar que a produção do discurso possibilita ao sujeito a criação de uma representação imaginária da interação entre o "eu" e o "outro": à medida que um sujeito ocupa uma posição, ele gera uma imagem ao produzir seu discurso (do lugar que ocupa; do lugar ocupado pelo seu interlocutor; do próprio discurso). São as diferentes posições do sujeito que irão estabelecer as imagens de si e do outro.

Interferem no discurso: 1) a posição do referente; 2) as estratégias utilizadas no dizer e, 3) o momento em que o sujeito profere o discurso. E são as condições de produção que, segundo Orlandi (2006), abrangem o sujeito e a situação do discurso e, por meio delas, pode-se afirmar que o que se diz não se diz aleatoriamente. Mais do que indicar os elementos que constituem o texto, as condições de produção indicam as maneiras de marcar os efeitos de sentido no discurso.

Ancorado na premissa de que o sujeito é afetado pela história e existe sempre algo que o antecede, deve-se não somente analisar a estrutura gramatical do enunciado, mas considerar fatores relacionados à situação discursiva: quem fala, fala de um lugar; e fala para alguém (mesmo que para si mesmo), em determinado período da história. O discurso não se fecha em si mesmo e o locutor não tem domínio sobre ele. O que se diz significa em relação ao que nem mesmo chega a ser pronunciado. (Orlandi, 2006).

Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, cedendo lugar à interpretação. É nesse espaço que a Análise do Discurso pretende trabalhar (Pêcheux, 1990, p. 53). A AD distancia-se das evidências da proposição, da estabilidade dos sentidos.

A Análise do Discurso não abarca a ideia de os sentidos estarem sempre prontos, transparentes em um texto. A AD concebe que os sentidos são apreendidos no entrelaçamento de vozes que remetem a outros discursos. A tomada de posição do interpretante é que vai direcionar as diferentes formas de interpretação. A busca pela completude, pela cientificidade e verdade, inerentes ao sujeito, é determinante para que ele continue a produzir "novos sentidos", sentidos esses que não são inéditos, mas (re)produzidos nessa necessária ilusão. (Orlandi, 2003).

### 3.2. Michel Foucault e a arqueogenealogia do poder: saber, poder e a vontade de verdade

Michel Foucault (1926-1984), filósofo da era contemporânea, ficou conhecido como o "historiador do presente". Estabeleceu o território da história como o campo das formações discursivas, onde se deparam o discurso, o sujeito e o sentido. As obras foucaultianas trazem dimensões que implicam na constituição do sujeito, como o saber (determinado pelo enunciável e pelo manifesto), o poder (definido pelas relações de força) e olhar crítico sobre si (determinado pelos processos de subjetivação). Foucault foi um investigador da construção histórica das subjetividades.

Assumo, aqui, as concepções de saber/poder foucaultianas (o autor articula saber e poder, ao longo de suas investigações) considerando que este está em todo lugar, não está centralizado em uma instituição, nem em um indivíduo. No livro "História da sexualidade I: a vontade de saber (1990)", no capítulo intitulado "Método", Foucault, ainda que não reconhecesse que suas ideias fossem concebidas como um tipo de teoria, provoca reflexões sobre a criação de um método de análise em torno do conceito de poder/relações de poder. Ao longo dessa produção, é possível observar deslocamentos conceituais que ele utiliza/cria em suas descrições, análises e problematizações: por vezes, limitando-se a refinar conceitos; e, outras vezes, com alteração nos conceitos de modo incisivo. Para o filósofo, o método não constitui um caminho seguro, até porque Foucault não admite que algo seja seguro e/ou estável. Ele geralmente evita falar em método, no intuito de evitar as condições impostas pelos rigores conceituais da tradição moderna. O autor insistiu, diversas vezes, por exemplo, que "A Arqueologia do Saber", outra importante obra, não é um livro metodológico.

O entendimento de "arqueologia", na visão foucaultiana, faz menção ao procedimento de escavar verticalmente as camadas descontínuas dos discursos pronunciados sem, no entanto, buscar compreender as estruturas universais de qualquer conhecimento ou ação moral. Conforme Foucault (2008a, p. 163), a regularidade define, na análise

arqueológica, “o conjunto das condições nas quais se exerce a função enunciativa” que assegura e define a existência dos enunciados.

Falar de Foucault é não deixar de apontar “A Ordem do Discurso”, que consiste na sua aula inaugural presidida no *Collège de France*. Nela, o autor expõe que os discursos que circulam na sociedade são controlados, perpassados por formas de poder e de repressão. "[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes, dominar seu conhecimento aleatório [...]". (Foucault, 1996, p. 8-9). O filósofo assevera que existem procedimentos externos incidentes sobre os discursos, que são os três grandes sistemas de exclusão: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade.

A palavra proibida consiste nos procedimentos de dominação, pelos quais as instituições impõem o que pode e o que não pode ser dito. Há, pois, um controle dos discursos: “não se tem o direito de dizer tudo [...] não se pode falar de tudo em qualquer circunstância”. (Foucault, 1996, p. 9). O segundo sistema, a segregação, consiste, conforme o autor, na cisão e rejeição dos sujeitos, sendo classificados como loucos ou normais, de acordo com seus comportamentos associados às normas da sociedade. Por esse viés, o autor trabalha o conceito de loucura (desde a Idade Média até os dias atuais), destacando a sistematicidade histórica do processo de exclusão: a loucura está subordinada à cultura do em que o indivíduo está inserido.

No que tange ao terceiro e último sistema, a vontade de verdade, segundo Foucault, essa atravessou os séculos de nossa história. Uma vontade conduzida pela maneira de aplicar o saber na sociedade, pela maneira como ele é valorizado e recebe um certo tipo de *status*. Foucault ressalta que o apoio institucional exerce poder de coerção sobre outros discursos. Toda verdade possui suportes institucionais (como, por exemplo, os livros) e fazem circular os chamados “discursos sérios” da instituição, tais como o da psiquiatria e medicina. Em contrapartida, discursos cotidianos possuem um caráter de transitoriedade.

Nesse sentido, cabe ressaltar que Foucault preocupa-se com quais poderes e riscos os discursos são constituídos, quais saberes e verdades se abrigam em agrupamentos discursivos tão próximos. Considerando este ponto de vista, os dizeres de Bolsonaro, a serem analisados na terceira parte deste trabalho, ligam-se ao desejo e ao poder, uma vez que ele fala de um lugar institucionalizado, reconhecido social e politicamente, em conflito constante e contradições tensas que estabelecem uma ordem própria por meio de regras que o delimitam.

São as relações de poder que moldam os discursos e corroboram o processo de exclusão dos indivíduos. O discurso não reflete somente o controle do poder, mas é, também, o próprio poder**.** Discurso e poder, portanto, constituem um ao outro, na concepção foucaultiana: "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar". (Foucault, 1996, p. 10). O discurso, pois, não apenas reflete o controle do poder, mas é, ainda, o próprio poder. Apesar de ter aqui enumerado os três grandes sistemas de exclusão, existem outras práticas de controle e de delimitações do discurso, de ordem interna (classificação, ordenação, distribuição), uma vez que os discursos produzem seu próprio controle. Qualquer coisa que escape da ordem do discurso, quer seja interditado, separado, ou rejeitado, sofre exclusão, ou seja, é colocado à margem, é menosprezado.

A fim de tratar o conceito de enunciado, Foucault (2008a) o traz como a noção molecular de um discurso. O enunciado é da ordem do acontecimento, é parte do arquivo e apenas faz sentido porque já existem outros enunciados. No que se refere à concepção de arquivo, é compreendida como a noção mais ampla que produz e encerra os enunciados. Um enunciado transforma-se em virtude de outros enunciados e a análise arqueológica atenta para enunciados materializados, uma vez que o surgimento deles ocorre no exercício de uma função enunciativa, decisiva para que outros enunciados não tenham eclodido neste mesmo lugar. Os enunciados são, pois, examinados no limite que os separa do que não está dito e compreendidos na circunstância de exclusão de outros enunciados.

Para o entendimento de como se constituem as formações discursivas e os discursos na sociedade contemporânea, os elementos históricos se tornam imprescindíveis, de acordo com a visão foucaultiana. O pontapé inicial para a investigação de Foucault é o conceito de episteme[55] que, segundo ele, apresenta-se como paradigma comum aos diversos saberes. O filósofo tece o conceito de "episteme" como um conjunto de enunciados ou de discursos ancorados em um certo instrumento conceitual que organiza a linguagem e o pensamento, fornecendo-lhes o sentido de que as palavras representam as coisas.

No que se refere ao conceito de formação discursiva, ainda, deve-se considerar que a FD se apresenta como um conjunto de enunciados que não se restringem a objetos linguísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mais submetidos a uma mesma

[55] O termo grego "episteme", que significa ciência, por oposição a doxa (opinião) e a techné (arte, habilidade), foi reintroduzido na linguagem filosófica por Michel Foucault com um sentido novo, para designar o "espaço" historicamente situado onde se reparte o conjunto de enunciados que se referem a territórios empíricos constituindo o objeto de um conhecimento positivo (não científico). Fazer a arqueologia dessa episteme é descobrir as regras de organização mantidas por tais enunciados. (Japiassú, 1934, p. 87).

regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria, etc. De acordo com Foucault (2008a, p.135), “um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo”. O discurso caracteriza-se por um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva.

A noção de formação discursiva pode ser sintetizada como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias, de modo que tais elementos tendem a permitir a passagem da dispersão para a regularidade entre os enunciados. O autor assevera que as FDs surgem em meio ao ato discursivo, mas não de “qualquer ato discursivo: enunciados do cotidiano, por exemplo, mas de ‘atos discursivos sérios’, isto é, enunciados que manifestam uma incessante ‘vontade de verdade’” (Baronas, 2020, p. 399).

O entendimento de Formação Discursiva associa-se à dispersão das redes de memória e da constituição social dos sentidos, remetendo-nos a já-ditos presentificados na memória, em um arquivo constituído por interdiscursos que, mesmo repetidos, não são os mesmos, pois as condições de produção são outras, em outro momento histórico e social.

Os discursos identificam a “[...] pertença de classe, de status social, ou de raça, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação” (Foucault, 1996, p. 43), o que possibilita estabelecer um elo com o conceito de formação discursiva, a partir do qual Foucault estabelece que quando for possível, entre um certo número de enunciados, definirmos uma regularidade (em termos de ordem, posições, transformações), diremos, pois, que estamos diante de uma formação discursiva. (Foucault, 2008, p. 43).

Em seu trabalho pela história dos saberes, Foucault estabelece a arqueogenealogia, no escopo de compreender o processo que conduz a construção dos saberes e suas práticas discursivas a receberem status científico. O filósofo não elabora uma história das ideias, tampouco uma história das ciências. A noção de arqueologia, trazida pelo autor, refere-se à problematização das regras, das formações discursivas que subjazem aos discursos, ou seja, os arquivos, ao passo que a genealogia sinaliza para vinculações de força, para os embates e relações de poder materializados no discurso. Acerca do entendimento de “arquivo”, o filósofo descreve o conjunto de discursos elaborados de maneira concreta, em determinada época, e que perduram no decorrer da história. Arquivo é, pois, "a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares". (Foucault, 2008a, p. 149).

Michel Foucault estudou, entre outros, arquivos sobre a loucura e o discurso da medicina. Seus estudos não consistiram em somente examinar os discursos dessa temática, mas sim, em procurar as condições em que eles emergiram e o que colaborou para que se

tornassem permanentes, as práticas disciplinares de objetivação e classificação do sujeito (doente/saudável; louco ou em perfeito estado de saúde mental). Houve, portanto, um estímulo ao diálogo entre os saberes da época, articulando-os a uma genealogia do poder. Para Foucault (2008a), o discurso deve ser vislumbrado como acontecimento, quando problematiza como um enunciado é preterido em relação a outro e de que forma esse enunciado, em meio a tantos outros possíveis, anula qualquer outra chance enunciativa, uma vez que outro dizer não carregaria requisitos necessários, não poderia ocupar o mesmo local/espaço.

Um discurso possui, necessariamente, uma base histórica, uma materialidade que possibilita ou interdita sua existência. No enunciado, que é, pois, um acontecimento discursivo, o sujeito ocupa uma posição e o que se afirma não é dito de um lugar qualquer. Nas palavras de Gregolin (2004, p. 95): “exatamente por serem objeto de luta, as práticas discursivas determinam que nem sempre tudo pode ser dito, que aquilo que pode ser dito é regulado por uma ordem do discurso”.

A arqueogenealogia, concebida por Michel Foucault, emerge como estratégia para apreender como as ligações entre "verdade" e poder foram sendo construídas, e de que modo re(produziram) um indivíduo normalizado e objetivado. Para o filósofo, “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares”. (Foucault, 1990, p. 103). Torna-se, pois, crucial ignorar a visão cristalizada de que o poder se concentra em um indivíduo ou em uma instituição, como já mencionado anteriormente. Desse modo, deve-se considerar a mobilidade e transitoriedade do poder, que ele é exercido a partir de diversos pontos e que os discursos carregam consigo diferentes estratégias, que geram o efeito de poder.

Tudo está imerso em relações de poder e saber, que se implicam mutuamente, ou seja, textos e instituições, enunciados e visibilidades. O discurso é o instante da prática social, ligado dialeticamente com outros momentos importantes (no mesmo grau) para a constituição da sociedade. Ver e falar constituem práticas sociais por definição permanentemente amarradas às relações de poder, que as supõem e as atualizam.

Nessa esteira, discurso deve ser compreendido, segundo o filósofo, como uma série de “[...] segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável [...]”, e não se deve “imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado [...] ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes”. (Foucault, 1990, p. 111-112). É necessário, então, acatar um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, de modo simultâneo, instrumento e efeito de poder, e, ainda, empecilho,

lugar de resistência e início de uma estratégia oposta. O discurso produz e propala poder. Fortifica-o, mas também o abala, possibilitando que seja barrado.

As argumentações do filósofo apontam para o entendimento de que se há poder, há resistência, conforme corrobora Gregolin (2003, p. 108): "O embate entre discursos é uma dinâmica constante no seio da sociedade. Assim, se há sofisticados mecanismos de vigilância, há sempre dialeticamente, resistências que se dão no cotidiano". É justamente nos lugares onde a dominação parece ser absoluta ou parece não haver dominação que os poderes estão mais presentes e a resistência é possível, com a elevação de outros enunciados, de outras formas de ser e de outros valores.

Acerca da compreensão de "verdade", as concepções foucaultianas proporcionam a análise e problematização das "verdades" construídas ao longo do tempo: o que existem, em tudo o que se possa idealizar como estável, são interpretações e "jogos de verdade". Esses "jogos" referem-se a um conjunto de regras de produção da verdade e de alterações de regras que criam tal verdade. São assim identificados por constituírem um conjunto de procedimentos pelos quais a verdade é (des)instituída pelos sujeitos por meio de práticas. O filósofo examina os aparelhos, as instituições e os dispositivos de disciplinarização dos corpos (Foucault, 1996). .

Como resultado do processo de subordinação ao poder, o assujeitamento demanda sempre um "outro", ou seja, o sujeito se constrói na relação dialógica. É no comprometimento com o outro e, como resultado, no afastamento que depois manterá com o outro que o sujeito vai se "tecendo". O sujeito precisa "se deslocar para aprender saberes [...] não se pode ocupar-se consigo sem a ajuda de um outro". (Foucault, 2006, p. 603).

Pensar no significado do conceito de sujeito, na obra foucaultiana, exige cuidado. Segundo o autor, quando se afirma que os mecanismos de objetivação e subjetivação produzem o indivíduo moderno, abre-se caminho para inferir que o termo "sujeito" caracteriza o indivíduo cativo a uma identidade que reconhece enquanto sua. Em vista disso, a análise de Foucault não tem como ponto de partida o sujeito, mas considera os processos de objetivação e subjetivação que precedem a sua constituição.

De forma categórica, Foucault rejeita a ideia de se fazer uma teoria prévia (*a priori)* do sujeito, como se fosse possível pressupor a existência de uma essência humana que tivesse sido camuflada, alienada ou capturada em mecanismos de repressão a partir de processos históricos, econômicos e sociais. Por meio do que identificou como "história da verdade", o autor considera o sujeito histórico, produzido na sua própria história e pela história que o perpassa. O sujeito não é, na visão foucaultiana, condição primeira de todas as coisas. Está

distante de ser o núcleo central, cartesiano, a partir do qual seriam formados todos os outros conceitos que formariam seu pensamento. O sujeito do conhecimento é constituído, produzido no interior de uma conjunção de estratégias de poder: ele é resultado das relações de poder, não quem as produz.

Posto isso, a ideia de um sujeito essencial, alienado por ideologias, por relações de poder que ocultariam sua visão da realidade, não existe. No decorrer da história, os indivíduos foram categorizados como loucos, normais, anarquistas, feios, sujeitos deste ou daquele discurso reivindicado pela medicina, pelas ciências sociais ou pela psicologia. Por esse viés, o sujeito seria, então, um composto histórico: uma identidade produzida por forças em um determinado período histórico.

O filósofo salienta que o sujeito não detém consigo, por exemplo, o mesmo tipo de relação enquanto sujeito político e enquanto sujeito de uma sexualidade. Ele não é uma substância, aproximando-se de uma "forma", não idêntica a si mesma. Cada relação que estabelece requer um posicionamento diferente do sujeito. Desse modo, as "formas" do sujeito se modificam conforme as relações que ele estabelece com os diversos "jogos de verdade". A constituição das diferentes formas de sujeito é tomada como objeto de análise por Foucault, que constrói uma história dos modos pelos quais os seres humanos se convertem em sujeitos.

Como consequência de não existir sujeito substancial, há posições sujeito que obedecem a códigos e regras que se estabelecem por acontecimentos discursivos e práticos na trama histórica. A subjetivação se dá, portanto, em torno daquilo que se pode saber, fazer ou ser, em determinada formação histórica, constituindo uma memória.

A memória em Foucault se caracteriza na relação do vivo com a história. Embora Foucault não tenha elaborado um trabalho sistematizado acerca da memória, é possível identificar de que maneira o filósofo explora o conceito desse termo, baseando-se em textos como "Nietzsche, a Genealogia e a História", da obra "Microfísica do Poder" (2000b), e, ainda, na obra "Foucault" (2013), do filósofo Gilles Deleuze.

O filósofo aponta como as verdades são constructos sociais, resultantes de um conglomerado de enunciados que estipulam as normas de conservação e compartilhamento da produção discursiva. Foucault afastou-se das análises positivistas, rompendo com a concepção histórica de um discurso planetário e contínuo, bem como com a ideia de sujeito consciente e originário, e tecendo um método de escavação dos diferentes estratos e informações que foram desprezadas, que ficaram de fora nos discursos dos grandes relatos oficiais, hegemônicos. Acerca das universalidades e da vontade de verdade, o autor revela que, apenas

nosso olhar busca uma verdade que seria aquela de maior valor, uma verdade universal. Desse modo, ignora-se a vontade de verdade, destinada a eliminar todos os que, ao longo da história, buscaram contorná-la, reposicionando-a em questão contra a verdade, uma verdade que possui o papel de justificar a interdição e definir a loucura. (Foucault, 1996).

Assim sendo, ao tratar a verdade como invenção, Foucault opera também com a memória, uma vez que ela é vinculada a uma vontade de verdade e é percebida como fruto das práticas de conservação social. A arqueogenealogia foucaultiana mostra-se como um recurso capaz de trazer à tona a memória ausente, deixada à margem pela visão generalizada. É o discurso tomado, pois, como monumento, não como documento. A partir daí, pode-se vislumbrar a história em sua singularidade, feita de embates e tensões, para, então, delatar os apagamentos, as descontinuidades e a violência que perpassa a vontade de verdade ao longo do tempo.

Foucault traz à tona a compreensão da memória enquanto relação de forças que se inscreve no corpo e se exerce por afetos (ativos e reativos). Desse modo, a memória reativa, constituída de ideais de fraqueza, de culpabilidade e afetos ressentidos, estabelece a negação de si. O filósofo expõe, pois, quais são esses ideais de fraqueza e como eles compõem a memória, assentados em uma moral de rebanho que se esforça em uniformizar, saciar e acomodar os indivíduos, atenuando sua condição de criação e reduzindo sua periculosidade, buscando aplacar as diferenças. Destarte, tem-se uma denúncia da memória como um projeto social, cuja constituição é ditada pela força que prioriza evidenciar determinados discursos e ideais na sociedade, desenvolvendo o sentimento de dívida:

De acordo com o autor, os homens se apropriam daquilo que acreditam ser indispensável para a vida, estabelecendo uma duração ilusória para as coisas. Em razão disso, em cada momento da história a dominação se firma em um ritual, determinando direitos e obrigações, estabelecendo marcas, imprimindo lembranças nas coisas e nos corpos. O direito de obrigação gera, pois, a falta, a consciência e o dever. (Foucault, 2000b)

Todavia, na visão foucaultiana, se o corpo é constituído por essa sequência de ritmos e regimes, e corrompido por hábitos e leis, ele também é formulador de resistências, na medida em que transpõe esta metafísica da memória e forma uma memória baseada em descontinuidades, corroborando que o discurso não contém um sentido nato, mas sim, constituído por atravessamentos e tensões. A história é refletida pelo filósofo por meio do acontecimento, considerando, portanto, a inversão de forças, na qual uma dominante é atenuada e a outra é introduzida de modo dissimulado, apropriando-se das regras já existentes, a fim de submetê-las a um desejo novo, iniciando, pois, um novo jogo, uma vez que em si

mesmas as regras são vagas e suscetíveis ao engano. Para o autor, o grande jogo da história pertencerá a quem se apropriar delas, "de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto". (Foucault, 2000b, p. 25).

Há, pois, uma interpelação intrínseca entre as noções de formações discursivas, interdiscurso, memória e arquivo, vez que, "[...] a memória discursiva é o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra" (Orlandi, 2002, p. 31), e; arquivo como aquilo que determina o que pode e deve ser dito. Um sistema que concebe o enunciado enquanto um acontecimento singular e que faz com que alguns discursos circulem, permaneçam ou desapareçam no tempo, como, por exemplo, os dizeres colonizadores de Bolsonaro. Conforme Foucault, em Arqueologia do Saber, o arquivo "é o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria". (Foucault, 2008, p. 147).

A metodologia proposta por Foucault é pertinente para explorar conceitos caros à proposta deste trabalho, como os de discurso, inter/intradiscurso, sujeito, formação discursiva, memória e arquivo, bem como a influência das relações de saber/poder no processo identitário, ao buscarmos os efeitos de sentido e verdade que emergem nos discursos proferidos pelo ex-Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, acerca do indígena brasileiro.

Trago, no próximo item, o gesto desconstrutor de Jacques Derrida e as noções teóricas por ele abordadas que também auxiliam na problematização das discursividades de Jair Bolsonaro sobre o indígena.

### 3.3. Em Derrida: conceitos de memória e arquivo

A história de Derrida pode começar a ser contada pela história das relações entre França e o Maghreb. Ainda garoto, suportou a opressão da colonização imposta. Por vontade de seus pais, não pôde aprender árabe, devendo falar francês e aprender francês na escola. Quando jovem, perdeu a cidadania francesa, sem direito a outra como alternativa, em substituição. Mais tarde, recuperou-a, mas era jovem demais para compreender as implicações políticas de tudo isso. Todos os judeus da Argélia foram pegos de surpresa por atitudes como essa, da retirada da cidadania, durante a Segunda Guerra Mundial. Foi uma resolução unilateral do governo francês, uma vez que não existiu, como testemunha o próprio filósofo, nenhuma ocupação alemã naquele país. Esse acontecimento deixou resquícios traumáticos

para o filósofo, sobretudo, ao apontar que a língua francesa, apesar de dominada por ele, jamais poderia ser considerada sua. (Derrida, 2001b).

Cabe ressaltar que uma língua não pertence, em hipótese alguma, a um indivíduo, embora ele tenha essa ilusão necessária, que lhe traz completude: é a língua, a que tomamos como sendo nossa, que nos constitui enquanto sujeito e carrega todos os repertórios culturais da memória de um povo. Derrida não adquiriu o sentimento de pertença, a ilusão de identidade única, tendo, pois, levado consigo a situação de rejeição e a memória de um lugar de exclusão.

Derrida era conhecido como grande intelectual e filósofo, mas foi, sobretudo, professor. Um dos grandes intelectuais da geração de 68 do século passado, problematizou a epistemologia ocidental fundamentada na racionalidade e na procura da verdade, no sujeito concebido pelo Iluminismo. No que tange ao âmbito dos estudos da língua(gem), é, portanto, um autor que excede o pensamento cartesiano, contestando as evidências dos significados das palavras. Seus trabalhos revolucionaram as concepções de leitura e de texto, mobilizando a noção de texto para todo e qualquer acontecimento, desconstruindo o que parece familiar ou natural, instigando estranhamentos e questionamentos acerca de tudo que está estabelecido como óbvio. Processo esse que não trata de aniquilar o que existe para fabricar algo novo, sobre novas bases: "desconstruir" não é o mesmo que "destruir", mas sim, considerar que a linguagem, especialmente em conceitos idealistas como verdade e justiça, é instável e pode produzir diferentes efeitos de sentidos.

A definição mais usual de memória e, por extensão, de arquivo, é a de "efeito da faculdade de lembrar; lembrança" (Ferreira, 2004), ou seja, de retorno ao passado à busca de um tempo perdido e que gostaríamos de resgatar: uma complexidade de marcas, de inscrições que vão se tornando mais complexas com o passar dos anos, mas que não desaparecem.

Conforme a perspectiva derridiana, a neutralidade não está presente sequer na memória individual: ela não é intacta, pura, e não consegue resgatar um acontecimento em sua objetividade, ainda que tal fato tenha sido presenciado/vivido pelo indivíduo. Falar de memória é, pois, falar de interpretação, uma leitura que ocorre após o acontecimento, quando outros fatos já emergiram e já fizeram história. Destarte, a memória sempre será incompleta, algo sempre vai lhe escapar.

Em sua obra "Mal de Arquivo" (2001a), temática da conferência "Memória: a questão dos arquivos", realizada em Londres, em 5 de junho de 1994, Derrida explora a questão do arquivo. O assunto também é retomado em "Espectros de Marx" (1994), com a memória sendo constituída de uma infinidade de fantasmas, de espectros e de fragmentos de sujeitos

que perpassa(ra)m nossa existência e que vão instituindo arquivos, pouco ou bem arranjados, segundo a função exercida na vida de cada indivíduo.

O arquivo se constitui como o local do lapso originário e, também, estrutural da memória. O autor considera o arquivo como um penhor e, como todo penhor, um penhor do futuro. É impossível, pois, viver do mesmo modo aquilo que se arquiva da mesma maneira. O sentido arquivável se permite também, e previamente, co-determinar pela estrutura arquivante. Ele tem como ponto de partida o imprimente. (Derrida, 2001a).

O filósofo expressa a pulsão, que se pode também chamar de pulsão arquiviolítica, pulsão de morte ou "mal de arquivo", apontando para a inexistência de desejo de arquivo sem a probabilidade de um esquecimento. De acordo com o intelectual, não é possível olhar para o arquivo como sendo inserido em um campo de neutralidade: os sentidos são instáveis, ainda que exista uma garantia de memória que remete ao passado de modo legítimo.

Ao observar o arquivo por essa pulsão, ou seja, uma pulsão de destruição, Derrida expõe que "destruição" não resulta na exclusão do arquivo. O filósofo menciona um apagamento necessário, pois sem esse "mal de arquivo" o processo de arquivamento não poderia ser alterado e, desse modo, gravar novos conceitos, de maneira interminável. O autor problematiza, portanto, que, se ocorre a pulsão de morte, a unicidade das informações em um arquivo não sobrevive ao próprio processo de arquivamento, existindo, somente, a possibilidade de uma marca arquivante, de um traço, que pode ser parcialmente revelado jamais desvelada em sua integralidade.

A memória, construída após o acontecimento, será sempre interpretação, invenção e apresentará sempre um caráter fictício. Ela está subordinada, de modo constante, às leis ou regras que regem o tempo em que se vive. A memória (ou o arquivo) acompanha as regras do inconsciente, que, por meio de internalizações dessas normas, conduz o indivíduo a ações regulamentadas pelo poder; poder que conduz à apropriação de um documento, à sua detenção, retenção ou interpretação (Derrida, 2001a, p. 07). É, pois, o poder que pode, por exemplo, ser representado por cientistas ou intelectuais, que faz com que alguém se aproprie de um determinado número de documentos em detrimento de outros, que se estime um arquivo e não outro, que venha à tona uma interpretação e não outra qualquer. Desse modo, é possível compreender como a interpretação sobre o indígena, de que ele é um selvagem e preguiçoso, pôde prevalecer (e ainda prevalece) por mais de 500 anos de história do nosso país.

De acordo com Derrida (2001a), o arquivo tem seu lugar na falta originária e estrutural da chamada memória, na tentativa ineficaz de completá-la, de estabilizá-la. Uma fotografia

pode constituir um arquivo, na medida em que busca paralisar na imagem um ou diversos fatos relevantes e, com eles, recordações que retomam outras, em uma sucessiva cadeia de lembranças. Uma música pode também constituir um arquivo, sob a condição de que algo nela seja arranjado, materializado. O arquivo, portanto, advém de fragmentos, por vezes desconexos e emaranhados, mas que, internalizados na memória, adquirem uma ordenação.

Todo arquivo necessita de um lugar e de leis (autoridade) onde possa ser construído/formado. Impressos ou virtuais, em pesquisas armazenadas no computador ou em bibliotecas, os arquivos precisam de um local e de normas de organização, que demandam hierarquização e escolha de dados.

Não há arquivo sem uma técnica de repetição e sem uma determinada exterioridade. O arquivo deve garantir a possibilidade de memorização e de reprodução. O que existe na ideia de arquivo, conforme as concepções derridianas, é o desejo de perpetuidade, de infinitude. O arquivo é, pois, remédio para a tão temida ausência da memória. Entretanto, de acordo com Derrida (2001a), a pulsão de morte ameaça todo desejo de arquivo, deteriora-o em seu interior e o constitui, na medida em que este tenta estancar o passado e a memória. É o que o filósofo classifica como "mal de arquivo". O arquivo existe porque a finitude e o esquecimento rondam a memória. No intuito de preservar as informações que constituem os fatos, o arquivo os corrompe, uma vez que faz alterações, classificações, hierarquizações que paralisam e trazem destruição.

Arquivo, em Derrida, aponta, ainda, para "impressão". Essas "impressões" (sinais) constituem marcas de uma escritura interna e externa, que ingressa o indivíduo em determinada cultura e não em outra, ou seja, em arquivos, dos quais ele deseja, por vezes, se desfazer. Desse modo, a memória, contraditória em sua essência, constitui-se de recalques, apagamentos e repressões, uma vez que, como já afirmado aqui, é impossível regressar, de modo fiel, aos acontecimentos, pois, ao se reconstruírem, eles se (trans)formam: são, ao mesmo tempo, o mesmo e o diferente. Os arquivos, portanto, mantêm-se na incompletude, propensos a novas incorporações, interpretações e classificações. Todo arquivo significa "a impaciência absoluta de um desejo de memória". (Derrida, 2001a, p. 09).

Em face do exposto, o conceito de arquivo, em Derrida, abarca uma multiplicidade de sentidos. Embora possuam por vocação primeira a preservação da memória, os arquivos constituem práticas ativas e discursos que formam hierarquias e exclusões. Submetem-se ao poder, portanto, em diversos âmbitos, como o político e o cultural. A obra derridiana e seus textos, que permanecem abertos a múltiplas interpretações, provocam a reflexão e auxiliam na

problematização acerca dos discursos produzidos por Jair Bolsonaro, acerca do indígena, a serem analisados no terceiro capítulo.

Diante do até aqui exposto, problematizo: quais aspectos socio-históricos, políticos e culturais sustentam o dizer de Jair Bolsonaro (ao longo de três décadas de carreira política) ou com ele estabelecem relações por meio de formações discursivas, interdiscurso, memória discursiva e arquivo? Discutir essa questão implica trazer noções de colonialidade e colonialismo pelo viés do pensamento descolonial, conforme veremos a seguir.

# CAPÍTULO IV

# INTERLOCUÇÕES COM AS TEORIAS DECOLONIAIS

> A colonialidade está longe de ter sido superada, logo, a decolonialidade deve prosseguir (Mignolo, 2019, p. 1)

As teorias decoloniais possuem grande valia para o gesto analítico-interpretativo a ser empreendido na terceira parte desta tese, e serão usadas pelo viés da transdisciplinaridade e transculturação. O decolonial dialoga com a AD de linha francesa, por exemplo, nos aspectos que dizem respeito à/as identidade/identificações dos sujeitos, quando a voz do europeu comunica-se com a voz da América Latina, do indígena. Nesse sentido, Guerra (2016) elucida que a América absorveu e apropriou-se (não de modo pacífico), de traços culturais europeus, adquirindo novas características, porém, mantendo a própria visão e o pensamento crítico, resistindo com seus costumes e tradições: uma nova cultura foi adicionada à sua, fazendo surgir uma outra cultura como resultado de ambas. Tenho por intuito, portanto, de fazer dialogar o decolonial com a AD de linha francesa em aspectos essenciais que comporão a análise, como, por exemplo, nas discussões sobre as depreciações impelidas aos indígenas ao longo da história do nosso país, reforçadas pelos discursos do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, trazidas à tona, via materialidade linguística.

Para tanto, torna-se necessário compreender os conceitos de colonialidade e colonialismo, e de como as marcas deixadas pelo processo colonizatório produzem impactos sentidos e refletidos na/pela sociedade, ainda nos dias de hoje.

## 4.1 Colonialidade, colonialismo, as políticas indigenistas e a ferida colonial

A colonialidade se difere do colonialismo, porque está arraigada na sociedade de forma mais subjetiva e não se apresentou em um período determinado, como ocorreu com o colonialismo. Findado o período colonial, escancarado com "as invasões europeias de Abya Yala, Tawantinsuyu e Anahuac, com a formação das Américas e do Caribe e o tráfico maciço de africanos escravizados" (Mignolo, 2017, p. 2), deu-se início à modernidade e, junto, à colonialidade.

Na vitrine da modernidade, há um discurso progressista com base em uma economia capitalista. O que predomina nos discursos são ações que trazem avanço, crescimento e desenvolvimento ao país. Mas à custa de quem e para quem? Dentro de uma ordem macro e/ou micro, acontece in(ex)clusão, marginalização e até mesmo supressão em prol do

progresso. A exemplo, temos o desmatamento exacerbado para fins de exploração de madeira, plantação, produção de gado etc. Nessas situações, além do prejuízo ecológico ao planeta, existe o estreitamento e a invasão dos territórios indígenas, afetando-os em suas áreas, de modo local, refletindo, também, de modo global, uma vez que o local e o global se retroalimentam.

A lógica que predomina na sociedade segue o pensamento eurocêntrico em que a Europa é o centro e o modelo para o resto do mundo. Como nessa lógica existe um centro, não se tem abertura para olhares horizontais, consequentemente, as relações sociais apresentam um comportamento inerente à matriz colonial estruturada na sociedade. Por essa razão, a sociedade está repleta de discursos que trazem ideias homogeneizantes, arrastando muitos povos com sua língua, cultura e sua visão histórica para a marginalidade, como é o caso dos povos indígenas. Marcados por essa marginalidade, os povos indígenas resistem às investidas de políticas indigenistas que os querem civilizar, persistem em desmistificar discursos que os colocam como empecilho para o progresso e empreendem uma luta desigual, sobretudo com o agronegócio e com o Estado, em busca de demarcações de terras, consideradas territórios originários desses povos. Essas lutas têm deixado marcas, cicatrizes que não se apagam e vão construindo a história por um caminho sangrento de in(ex)clusão.

Uma das cicatrizes deixadas pelo processo de colonização foi o estabelecimento de fronteiras que tentam separar raças, culturas, línguas e etnias, partindo de uma perspectiva hegemônica dos aspectos que regem uma sociedade/comunidade. A noção de raça não se restringe somente às questões referentes ao biotipo da pessoa, suas características físicas. Foi uma ideia que se disseminou e contaminou as demais bases da sociedade. Fato é que perpassa todos os campos da estrutura social. Nesse sentido, torna-se "normal" considerar uma cultura, uma língua, uma pessoa inferior a outra. Tudo se baseia em um sistema hierárquico que fortalece as ideologias de dominação. Na esteira de tais ideias, uma mulher branca e europeia ou norte-americana é considerada superior a uma mulher negra e latino-americana. E, à sombra dessa codificação das relações entre europeu/não-europeu, raça é, indubitavelmente, a categoria principal. Esse entendimento binário de conhecimento, próprio do eurocentrismo, instituiu-se como mundialmente preponderante no mesmo fluxo da expansão do domínio colonial da Europa sobre o planeta. (Quijano, 2005).

Em meio ao conflito deixado pela colonização, entre poder dominante e comunidades indígenas, surgem as intituladas "políticas indigenistas", que constituem iniciativas formuladas pelas diferentes esferas do Estado brasileiro acerca das populações indígenas. Quando se trata dessas políticas, o século XX é de grande relevância para entendimento da

ação governamental em defesa do indígena. No intuito de desenvolver uma política indigenista republicana, instaura-se em 1910, o SPI (Serviço de Proteção ao Índio), com a finalidade de construir um Brasil moderno. O SPI trazia "propostas inovadoras para a época [...] com o objetivo de assegurar todos os direitos reservados aos grupos indígenas, estando, dentre esses direitos, o reconhecimento e a autonomia indígena sobre seus territórios". (Marques, 2012, p. 48). Segundo Moura (2001), durante toda a existência do SPI (1910-1967), os esforços direcionaram-se para tentativas de pacificação dos grupos tribais. Apesar de o Estado ter tentado laicizar a política indigenista republicana, permitiu, na prática, que as missões cristãs (católicas e protestantes) fortalecessem medidas religiosas e assistenciais. Criou-se, pois, uma política indígena de caráter assistencialista pelas autoridades republicanas, em oposição às ações dos detentores do poder da Colônia e do Império.

Ligado, inicialmente, ao Ministério da Agricultura, a sigla do órgão era SPILTN (Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais). O SPI tinha a missão de aglutinar indígenas e brancos no mesmo grupo: o dos trabalhadores nacionais, ordenando-os enquanto mão de obra rural, numa estratégia de povoamento. Apenas em 1918, os trabalhadores nacionais foram desligados do Serviço de Proteção ao Índio. (Funai, 2021).

Souza (1968) ressalta que, com a criação do SPI, os contatos com os índios e o respeito por suas terras foram disciplinados. O SPI propiciou ao Estado brasileiro uma imagem de "protetor das nações indígenas", perante os outros países. Entretanto, a criação das reservas, segundo Cunha (1986), fez com que as frentes de colonização e expansão da economia avançassem sobre os territórios indígenas. Azanha (2005b) corrobora que a proteção, que era a ideia inicial do órgão, foi sendo transformada, aos poucos, em imposição política. As propostas e os ideais do SPI, segundo Marques (2012), foram se perdendo com o tempo, perante as opressões de brancos junto ao órgão: a voz do indígena era interrompida, não era ouvida. Irregularidades administrativas que favoreciam o governo e os grandes latifundiários (e não mais os interesses indígenas), fizeram com que o SPI fosse extinto e substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Um dos discursos que circulavam, na época, segundo Marques (2012), era o de que os indígenas não saberiam tomar conta dos territórios, o que, impediria, portanto, o crescimento do nosso país.

Assim, em meio a construção da Transamazônica, o avanço das linhas telegráficas e férreas, o progresso de "um país que vai pra frente" é criado o Estatuto do Índio, Lei nº 6.001. de 19 de dezembro de 1973, que propunha regular a situação jurídica dos indígenas e de suas comunidades, legislando sobre as terras e o direito de ir e vir desses indivíduos. No correr dos anos de 1970 e meados de 1980, os indígenas organizam-se em movimentos e iniciam o

processo de reivindicação de direitos, inclusive sobre as terras que habitam, exigindo demarcação de seus territórios tradicionais. Em 1988, após muita luta, esses povos veem contempladas algumas de suas reivindicações na Carta Constitucional brasileira. Foram anos de luta e sofrimento, de idas e vindas aos órgãos, em grupos e em forma de manifestação ou manifestações e ações desenvolvidas por seus líderes no Congresso brasileiro, como, por exemplo, Airton Krenak e Cacique Juruna, e manifestações nacionais e internacionais por eles empreendidas, em especial na movência, na resistência desses povos, representados pelo cacique Raoni.

Embora os direitos sobre as terras estejam "garantidos" na Constituição, na prática a luta continua para a demarcação e reconhecimento, pelo Estado, desse direito, pelas etnias, culturas, línguas e conhecimentos tradicionais. E, as práticas discursivas que envolvem as questões indígenas na luta pela terra ainda manifestam representações do indígena como selvagem, animais a serem abatidos (sem alma e incivilizados). A esse respeito, Sonia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas, enfatiza que:

> A primeira coisa é partir da realidade hoje, presente. Porque os indígenas do passado ainda estão nos livros, que falam sempre dos indígenas que viviam, que moravam, que caçavam, que pescavam… é como se hoje não existissem mais! É muito importante falar da diversidade de povos que existem hoje no Brasil, que resistiram à invasão, à colonização, à ditadura militar. E estão aí presentes hoje, resistindo contra o fascismo, inclusive. Falar dos 305 povos que estão espalhados em todos os estados da federação brasileira. Falar das 264 línguas, e mesmo com essa diversidade de línguas, só temos o Português como língua oficial do Brasil. Seria muito importante que as escolas pudessem estabelecer a obrigatoriedade de pelo menos uma língua indígena, de acordo com os povos que existem em seus estados. E aí, é claro, trazer, principalmente, a história de toda essa luta política que a gente trava, por meio da nossa mobilização, por meio da nossa conexão com outros movimentos, com a luta internacional para garantir direitos. Nós temos o movimento indígena organizado, que é muito importante que as pessoas conheçam, saibam como a gente se organiza hoje, como que a gente trava as principais lutas. (Sollero, P; Faiad, C, 2022).

Diante desse contexto, trataremos no item a seguir das teorias decoloniais, que abrem caminho para a reconstrução de histórias que foram caladas, subjetividades que foram cerceadas, linguagens e conhecimentos deixados, por muito tempo, em um local de marginalização, de depreciação. A decolonialidade emerge como opção às teorias eurocêntricas, que insistem/iram em negar o reconhecimento da autenticidade cultural, política, econômica e ideológica dos povos subalternizados.

## 4.2. A decolonialidade e o pensamento pós-abissal: caminhos para (re)pensar a colonialidade

A teoria decolonial emerge no cerne dos conflitos de descolonização na América Latina. Um processo que partiu do chamado “horror ao mundo da morte”, produzido pela violência da colonização, que afetou os povos nativos que aqui habitavam (Maldonado-Torres, 2008). A partir daí, o massacre traz à tona um sentimento de indignação ao terror promovido pela colonização e pela pós-colonização. Houve, pois, a necessidade de se produzirem alternativas à hegemonia da modernidade/colonialidade. A decolonialidade despontou, pois, da necessidade de ultrapassar a ideia de que a colonização foi um acontecimento acabado, uma vez que este foi um processo que teve/tem continuidade, mesmo tendo assimilado outras formas.

Enquanto teoria, a decolonialidade começou a ser compreendida como movimento de luta e de denúncia nos fins do século XX, quando um conjunto de estudiosos observou que, para pesquisar sobre o colonialismo na América Latina e no Caribe, era preciso estabelecer conceituações e categorias próprias, uma vez que a colonização se deu de maneiras distintas em cada território dominado. (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016).

A decolonialidade irrompe a partir do desligamento com o pensamento pós-colonial, que, até então, propagava trabalhos com conceituações e categorias focados no processo de colonização na África e Ásia, entre os séculos XVIII e XX. Conforme Restrepo e Martínez (2010), os estudiosos decoloniais também cortaram laços com o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, uma vez que eles condenavam o fato de o grupo não desenvolver uma análise crítica sobre o colonialismo na América Latina a partir dos acontecimentos latino-americanos, mas sim, pelo olhar dos indianos.

Segundo Bernadino-Costa e Grosfoguel (2016), portanto, o colonialismo na América Latina foi distinto daquele conhecido pelos Indianos. Dadas as discordâncias teóricas, houve o rompimento e, como consequência, a formação do Grupo (ou projeto de investigação) “Modernidade/Colonialidade”, no final da década de 1990. Grupo esse que constitui outra derivação do pós-colonialismo. (Ballestrin, 2013).

Mignolo (2003) expõe que o Grupo Modernidade/Colonialidade trouxe, como resultado, a proposição do “giro decolonial”. Um “giro” com o escopo de formular teorias e metodologias que trouxessem visibilidade aos sujeitos, aos conhecimentos e às práticas subalternizadas pela modernidade/colonialidade, como opção de reflexão e resistência à soberania de um modo de pensar eurocêntrico, imposto como o único aceitável até aquele momento. Como aponta Connell (2012), um pensar que tem sido útil, em suma, para a coleta de dados e para a observância de conhecimentos formulados pelos centros hegemônicos do poder científico.

Nessa esteira, a teoria do Pensamento Abissal do autor Boaventura de Sousa Santos (2009), começa a abrir caminhos para romper com as barreiras da colonialidade, que ditam maneiras “corretas” de pensar, de ser e de agir na sociedade atual. Para o autor, a compreensão do pensamento abissal se inicia pela distinção entre visíveis (metrópoles) e invisíveis (territórios das colônias), por meio de linhas criadas, em que a linha do Tratado de Tordesilhas seria a primeira dessas linhas divisórias. O lado visível (o único com conhecimento admissível) categoriza o lado invisível como parte inexistente, ou seja, sem qualquer produção de conhecimento de relevância.

Não existe, portanto, a aceitação de mais de uma forma de conhecimento. Assim, para os visíveis: “Do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para a inquirição científica” (Sousa-Santos, 2009, p. 25).

Posto isso, o autor expõe o pensamento pós-abissal, proporcionado pelo reconhecimento da sua existência abissal, oportunizando o pensar e agir para além dele. Deve-se ir, portanto, de encontro com o pensamento abissal, o que representa uma “ruptura radical com as formas ocidentais modernas de pensamento e ação." (Sousa-Santos, 2009, p. 44). Como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem como pressuposto a ideia da interminável diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico, o que implica refutar qualquer epistemologia geral. Em todo o mundo, existem não apenas variadas formas de conhecimento da vida, da matéria e da sociedade, mas também diversos conceitos e critérios sobre o que pode ser considerado como conhecimento. Os discursos de Jair Bolsonaro, a serem analisados na terceira parte, desconsideram tudo o que difere do hegemônico, do eurocêntrico, estabelecendo barreiras da colonialidade, em um processo de exclusão/marginalização do indígena.

### 4.3. A fronteira como espaço de discussão de identidades

Os discursos de Jair Bolsonaro delimitam uma fronteira entre o indígena e o branco. Por ora, torna-se relevante explanar as concepções de “fronteira”, pertinentes a nossa proposta de análise a ser empreendida na terceira parte deste trabalho.

Na investigação das origens da concepção de fronteira e da evolução de seu significado no tempo, a bibliografia considera o Império Romano e o Império da China como casos exemplares. Os romanos, mesmo sem o interesse em estabelecer limites aos seus

domínios, formaram um sistema administrativo e defensivo de fronteira, primordial para barrar a expansão dos povos bárbaros nas divisas imperiais.

No mundo contemporâneo, a noção de "fronteira" tem admitido muitos sentidos. A palavra "fronteira" assume, a partir da segunda metade do século XX, novos significados em estudos antropológicos, culturais e pós-coloniais. O que se verifica, nesse momento, é a consolidação, o deslocamento e a disseminação do uso do termo vinculando-o às formas de organização social e política dos grupos a partir de suas zonas de contato e cisão em relação aos outros grupos. Já no cenário dos anos de 1960 e 1970, as fronteiras passaram a ser reparadas como espaços liminares vinculados à antiestrutura e a lugares simbólicos e corporais entre ordem e desordem, limpeza e sujeira, puro e impuro. (Turner, 1974).

Em sua autobiografia, Anzaldúa (1987, p. 78) exprime a sua noção de "consciência mestiça" com o conceito de fronteira. A autora questiona o conceito de fronteira, não apenas como uma separação territorial, mas também como uma divisão acerca da identidade cultural, social e física que afasta os povos e suas relações de poder. Por esse viés, o termo "fronteira" faz referência, também, a fronteiras metafóricas de raça, classe, gênero, orientação sexual, bem como às fronteiras inflexíveis construídas pelo pensamento binário do Ocidente, que estanca essas esferas. Violar essas fronteiras conduz a um "entre-lugar", descrito por Bhabha (2003), uma terceira margem, a partir da qual pode ser produzida o que ela denomina consciência mestiça, livre da violência gerada pelo binarismo positivista que permeia o pensamento ocidental.

Anzaldúa (1987) não é somente alguém que trabalha com a temática fronteiriça. A autora consegue retratar a face subalterna dos seres que vivem na fronteira em razão dela ser fronteiriça, um ser perpassado, como todos os outros, mas que possui a experiência dessa condição. Para ela, reconhecer fronteiras é considerar os limites entre diferentes histórias, distintas pessoas e culturas, em um espaço onde os subalternos emergem e suas feridas são expostas. Suas reflexões, portanto, constituem um campo fértil para discussões que ultrapassam o conceito de fronteira como limite entre países. Ao considerar as definições da estudiosa sobre a noção de "fronteira", acredito que na era global, as fronteiras tornam-se cada vez menores. É impossível não se render aos impactos do contato entre as culturas. Onde houver contato, haverá mudanças, transferência de costumes, ideias e preferências.

O termo "fronteira", passa a ser compreendido (após a descolonização dos países africanos e caribenhos e a irrupção de novos movimentos sociais como o feminismo, a diversidade sexual e os movimentos estudantis), tanto como o lugar da revelação de múltiplas diferenças veladas pelas sociedades nacionais e patriarcais entendidas como homogêneas,

como, também, um espaço de intensos fluxos sociais, hibridismos culturais e configurações de poderes oblíquos. (Anzaldúa, 1987; Canclini, 2006, 2013; Bhabha, 2003; Hall 1990, 2002, 2003).

Altera-se, ainda, a noção de identificação. Para elucidar a questão, trago o exemplo da nação e sua função na demarcação dos limites do estado moderno. Morris (1998) justifica que a ideia de identificação é elementar, tanto mais quando um dos principais aspectos da modernidade é a instabilidade, a posição do indivíduo no mundo tornando-se cada vez mais fluida. Considerando que no passado a identidade de uma pessoa era fixada por seu lugar na comunidade em relação às hierarquias sociais e cosmológicas, em tempos modernos a sociedade de massa vai sendo tecida por redes diversas de identidade. A nacionalidade como fonte da identidade teria sobressaído da necessidade das comunidades modernas serem reconhecidas e terem algum conforto frente a um mundo instável e indiferente, ou seja, compartilhar língua, cultura, tradições e história oportuniza que pessoas se considerem umas às outras, estimulando a proteção e a cooperação.

A questão da identidade é abordada por Hall (2003) como um posicionamento que cada indivíduo assume. De modo provisório, esse posicionamento escolhido pode ser chamado de identidade. Por esse viés, podemos problematizar as situações nas quais o sujeito pode assumir diferentes identidades, os motivos pelos quais ele elege determinado posicionamento e não outro. Assumir um posicionamento implica sair da fronteira.

A questão da fronteira e da identidade, para Achugar (2006), é atravessada pelo debate entre posição e localização de quem profere o discurso: memória, posicionalidade e localização entrelaçadas, de maneira direta, à construção da identidade individual, pois constituímos uma identidade do local de onde se lê e de onde se pronuncia o discurso.

Nolasco (2017) apresenta uma epistemologia crítica que acolhe a crítica periférica, de modo dialógico, como uma ruptura, que da mesma maneira como rompe também costura, ao mesmo tempo, em um processo que descoloniza a crítica tradicional. O autor ressalta que, quando se trabalha com discursos como os proferidos pelo Presidente Jair Bolsonaro, que subalternizam os indígenas, é fundamental questionar a partir de um local situado à margem, periférico, a fim de não correr o risco de reassumir conceitos modernos e pós-modernos de exclusão. Trata-se, pois, de refletir a partir de um "método de pensar que não pretende dominar nem humilhar". (Nolasco, 2017, p. 55), um método, pois, com um olhar fronteiriço.

Refletir sobre as diferentes maneiras de utilização do termo "fronteira", abre possibilidades para pensar os limites estabelecidos entre indígenas e brancos, nos discursos proferidos pelo Presidente Jair Bolsonaro. Examinar os conceitos de fronteira e suas

possibilidades de interpretação, quer como fronteira física quer como fronteira cultural, remete-nos aos conceitos de "território", de "territorialidade" e "desterritorialização", em especial, no caso dos indígenas. "Território" pode ser admitido como espaço físico demarcado e também como a relação do homem com a natureza. Esses conceitos estão presentes nos enunciados a serem analisados na terceira parte deste trabalho, pois, em nome das relações que estabelecem com a natureza, os indígenas reivindicam um espaço físico que acreditam a eles pertencer. Temos aí, portanto, a territorialidade.

O termo "territorialidade", de acordo com Little (2002, p. 3), é concebido como o "esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-o assim em seu 'território'". Quando se articula, pois, o termo "território", menciona-se o efeito histórico de processos sociais e políticos. Acerca da representação de terra para o indígena, Ramos (1986) explica que a terra não é e não pode ser objeto de propriedade particular e que a noção de posse privada da terra é inexistente nas sociedades indígenas. Embora o resultado do trabalho pudesse ser individual ou familiar, todos tinham acesso aos recursos. A terra e seus recursos sempre pertenceram às comunidades que dela fazem uso.

No que se refere à questão da terra, dois processos podem ser distinguidos: o de desterritorialização, que é o movimento pelo qual se desocupa o território, "é a operação da linha de fuga"; e o de reterritorialização, que é o movimento de construção do território. (Deleuze e Guattari, 1997, p. 224). Acerca do primeiro, os autores equiparam-no a um "desenraizamento dos indivíduos de seus territórios", que, por sua vez, produzem, como réplica à perda de antigos territórios, uma tentativa de "reterritorialização". Para eles, "desterritorialização" significa, pois, a mobilidade de seus antigos territórios, sob alguma forma de pressão (expulsão, destruição das aldeias ou necessidade dos grupos indígenas), e que carrega consigo traços culturais a serem (re)significados em um novo ambiente territorial.

O processo de reterritorialização do indígena implica na capacidade que as comunidades indígenas tiveram para instalarem um processo de reorganização em seus territórios, em prol da manutenção de uma identidade comum que, ao longo deste trabalho, será debatida não como sendo única, mas facetada em múltiplas identidades, uma vez que assumo o mundo globalizado, onde existem várias representações identitárias, que estão em contínuo movimento, sendo, portanto, híbridas.

Com um olhar geográfico sobre a questão, Haesbaert e Mondardo (2010) explicam que os territórios/territorialidades estão passando por sensíveis transformações, e questionam o modo como se estabelece a relação entre territórios/territorialidades e construção identitária.

Os autores apresentam a multi/transterritorialidade, também em suas diversas manifestações e intensidades, argumentando que a diversidade de feições dos processos de hibridização e de (multi/trans)territorialização está atrelada, primeiramente, às relações de poder postas em jogo e, no interior destas, à natureza cada vez mais mercantilizada, ao crescente "valor de troca" agregado aos nossos processos de identificação social/territorial.

Nessa esteira, os movimentos de resistência indígena contra discursos do branco, como os proferidos pelo Presidente Jair Bolsonaro, representam o ápice da condição imposta pelo impasse jurídico acerca da propriedade da terra e apontam para o indígena atual, que não é o mesmo das representações criadas ao longo do tempo, elaboradas, em geral, por meio de uma visão romântica, nos discursos pedagógicos e outros da contemporaneidade.

A seguir, apresento o campo analítico desta tese, com a problematização das discursividades produzidas pelo ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, ao longo de três décadas de carreira política no nosso país.

# PARTE III

# REPRESENTAÇÕES NOS DISCURSOS DE JAIR BOLSONARO: TRÊS DÉCADAS DE INTOLERÂNCIA, (MAIS DE) QUINHENTOS ANOS DE RESISTÊNCIA

# CAPÍTULO V

## OS DISCURSOS DE JAIR BOLSONARO SOBRE OS INDÍGENAS DO BRASIL: A (SOBRE)VIVÊNCIA E A LUTA PELA TERRA

> "Nossas palavras não são 'nossas' apenas; elas nascem, vivem e morrem na fronteira do nosso mundo e do mundo alheio; elas são respostas explícitas ou implícitas às palavras do outro, elas só se iluminam no poderoso pano de fundo das mil vozes que nos rodeiam". (Tezza, 1988, p. 55).

Todo discurso individual representa um discurso socialmente compartilhado**.** É sempre um discurso implicado no social, uma vez que seus possíveis sentidos estarão atrelados aos contextos sociais em que foram produzidos: às condições de produção desses discursos. Ainda que sejam poucas as pessoas responsáveis por proferirem essas discursividades, cada discurso transmite mais visões particulares sobre determinadas coisas, visto que a subjetividade é construída no social. O que torna ainda mais interessante o exemplo do ex-presidente é o fato de que 1 (um) mesmo indivíduo consegue disparar uma série de discursos discriminatórios, ao longo de sua trajetória política. Sujeito esse que ocupa uma posição de poder: ele tem a palavra e a atenção de milhões de pessoas. E quem tem a palavra, detém o poder.

Um gesto analítico-interpretativo é aquele que atenta para a produção de efeitos de sentidos, orientado, pois, pela materialidade do discurso. Os elementos estruturantes do enunciado apresentam-se como objetos a serem apreciados/analisados. Analisar os efeitos de sentido que emergem em cada enunciado, é o que nos permite empreender o gesto de análise discursiva.

Não é intuito deste capítulo esgotar as possibilidades de reflexão sobre os discursos do Presidente acerca do indígena, mas explorar caminhos de um gesto interpretativo que colabore com a problematização desses discursos. Concordo com a teoria derridiana de que as palavras não se esgotam nas determinações, os sentidos não podem ser colocados em uma caixa e ali totalizados. Não existe apenas "[...] a forma, a relação e a configuração", mas, para além da estrutura, existe uma falta, uma incompletude, o que derruba a crença de uma evidência tranquilizadora do significado de determinado vocábulo. (Derrida, 2013). Por essa razão, cada recorte discursivo desta tese, cada enunciado, traz consigo a opacidade, e neste caso, "uma letra pode fazer toda a diferença no sentido de um dizer." (Derrida, 2001b, p. 33).

Os indígenas foram, por muito tempo "tomado[s] como o outro (o corpo do outro) sempre como objeto inerte na cultura e nunca como um corpo vivo e capaz de produzir

conhecimento, saberes e seu próprio discurso" (Nolasco, 2017, p. 71). Isso porque os conhecimentos não científicos (que podem ou não pertencer à mesma cultura), eram tidos como inferiores quando comparados ao conhecimento científico. Nesse caso, são mais do que diferentes saberes: tratam-se de diferentes universos simbólicos, diferentes concepções do mundo, que condicionam os diferentes saberes (Hissa, 2011). Os indígenas, mesmo tendo muito em comum, são diferentes entre si: são diversos povos indígenas no nosso país, cada um com sua cultura, com suas crenças e saberes. E é o encontro dessa diversidade cultural indígena com a cultura do branco, como explicado por Guerra (2016), que faz surgir uma nova cultura, resultante desse contato (transculturação).

O indígena não se cala, ele não é subserviente. Eles resistem, lutam por seus direitos, contestam os discursos de Jair Bolsonaro nas plataformas digitais, nas entrevistas das mídias, no fechamento de rodovias, nos protestos em frente ao Congresso Nacional. Por essa razão, trago em meio às análises, alguns exemplos de resistência e discursos que se contrapõem ao discurso dominante (do centro, do branco, de quem detém o poder). Para tanto, serão analisados 15 (quinze) recortes discursivos. Apresento um gesto analítico-interpretativo de recortes discursivos de Jair Bolsonaro acerca do indígena, entendendo recorte como "um fragmento da situação discursiva" (Orlandi, 1984, p. 14). Segundo a autora, cada recorte, é feito na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um contexto (de interlocução) menos imediato: o da ideologia. A linguista afirma, ainda, que é necessário determinar, por meio dos recortes, como as relações da materialidade são representadas. Representações que não serão, pois, "uma extensão da sintaxe da frase" (Orlandi, 1984, p. 15).

Os recortes trazidos neste capítulo foram encontrados em sites[56] na internet (muitos deles possuem registro em vídeo, também encontrados nesses endereços eletrônicos) e reúnem os discursos do atual Presidente Jair Bolsonaro, acerca do indígena brasileiro, em um espaço temporal de 3 (três) décadas de carreira política. Por meio dos gestos analítico-interpretativos desses discursos, é possível problematizar como e o quanto Bolsonaro, desde o período em que ainda era deputado, na década de 1990, disseminou discursos de ódio e violência, com polêmicas envolvendo diversas questões, sobretudo, na tentativa de inferiorizar as minorias.

É relevante destacar que esses discursos foram tomando proporções cada vez maiores, sendo disseminados, até os dias atuais, pela mídia no nosso país, que abraça o espetáculo,

[56] Grande parte desses recortes podem ser encontrados no endereço https://www.survivalbrasil.org/artigos/3543-Bolsonaro. O título da matéria, publicada em 2020, é *O que Jair Bolsonaro, Presidente-eleito, disse sobre os povos indígenas do Brasil*. Acesso em: 30 maio 2022.

procurando sempre falar daquilo que dá mais audiência, do que causa mais comoção/reações. Não bastassem as crueldades/barbaridades que constituem esses dizeres, outros fatores colaboraram para evidenciar o então deputado até o momento em que ocupou o cargo político mais poderoso do país: seu modo "autêntico" de falar o que pensa; o conservadorismo em comum de uma fatia da população brasileira; nossa história de atraso na redução de injustiças e desigualdades sociais, dentre outros.

Para cada recorte, apresento as condições de produção dos dizeres que compõem os recortes selecionados. Na análise do discurso de linha francesa, o conceito de condição de produção possui um lugar privilegiado, uma vez que não é mais possível atribuir ao sujeito a produção de suas falas: ele não constitui a fonte do discurso. As circunstâncias de um discurso (quem fala, de onde fala, quais acontecimentos políticos, culturais e econômicos caracterizam o momento em que esse discurso é produzido) constituem suas condições de produção. Nessa esteira, as condições de produção constituem as condições socio-históricas e ideológicas que consideram a situação enunciativa experienciada pelos sujeitos, o efeito das relações que se estabelecem nesse processo e o lugar por eles ocupados ao enunciarem seus dizeres da forma como o fazem. (Orlandi, 1999).

As condições de produção são inerentes à constituição discursiva do sujeito. Tomando como ponto de partida que "um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas" (Pêcheux, 1990, p. 77), compreendemos que o lugar de onde se fala é constitutivo daquilo que se diz, de modo que os sentidos do discurso se submetem à posição ocupada por aquele que toma a palavra: são efeitos de "condições" determinadas pelo local de onde se originam os dizeres.

Antes de iniciar os gestos analítico-interpretativos, destaco que este capítulo é apresentado em três "eixos" específicos: 1) Representações de si do sujeito/presidente; 2) Representação de terra do sujeito/presidente e, 3) Representações que o sujeito/presidente tem dos indígenas brasileiros. Essa divisão não foi pensada em razão dos recortes se enquadrarem apenas em um eixo: isso não acontece, pois há recortes que se enquadram em mais de um eixo. Dessa forma, a classificação de cada recorte se dá por meio de uma análise preliminar que busca distinguir se, em determinado enunciado, prevalece a representação de si, a representação de terra ou a representação sobre o indígena. Essa organização, por eixos discursivos, objetiva tornar mais "didático" o percurso analítico aqui pretendido.

## 5.1. Representação de si do sujeito/presidente

Em “A escrita de si”, de Foucault (1992), realiza um deslocamento teórico até a Antiguidade Clássica, a fim de examinar o que constituiria uma das primeiras formas de escrita de si, a qual buscava, em especial, a singularidade e o movimento interior. Foucault afirma que a escrita de si possibilita uma nova forma de encarar o que se vê ou que se pensa. Assim, falar de si mesmo, por meio da escrita, consiste em um exercício pessoal feito para/por si, com o intuito de evocar, para o cenário enunciativo, discursos conhecidos que provocam mudanças em quem escreve e naquele que lê. Em consonância com o exposto por Foucault (1992), compreendo a escrita e o discurso de si, como a possibilidade de perceber-se e de constituir-se: uma prática de exibição, de construção da experiência de si.

Ao ser enunciada, a história de si produz, segundo Foucault (1992), um sujeito que se autoexamina, uma vez que ele escolhe memórias a fim de organizar seu discurso e exteriorizar suas experiências, na ilusória e necessária ideia de completude na narração dos fatos e de produção de uma “verdade”. Escrever narrativas é, portanto, uma maneira de o enunciador subjetivar sua visão de mundo, e transmitir a sua verdade.

Assim, trago para o gesto interpretativo-analítico, cinco recortes discursivos de Jair Bolsonaro, em que o sujeito, capturado pela língua e determinado pelo contexto histórico no qual está inserido, conforme Orlandi (2007), fala de si, em relação ao outro (o indígena), iniciando pelo recorte (R1), um trecho de entrevista feita por Marcelo Godoy, ao então deputado Jair Bolsonaro, divulgada em 2 de abril de 2017:

> **R1: Eu já briguei** com o Jarbas Passarinho [ex-Ministro da Justiça] aqui dentro. **Briguei em um crime de lesa-Pátria** que ele cometeu ao demarcar a reserva Ianomâmi. **Criminoso**. (Brasil, 2020)

A Reserva Indígena Yanomami foi homologada pelo presidente Fernando Collor em 25 de maio de 1992. Possui uma área contínua de 9.419.108 hectares de floresta tropical úmida com relevo montanhoso, na fronteira com a Venezuela. Jarbas Passarinho foi Ministro da Justiça no governo Fernando Collor, de 13 de outubro de 1990 a 2 de abril de 1992, e deixou o cargo antes das investigações que resultaram no *impeachment* presidencial. Naquela época, Jair Bolsonaro era deputado federal do Rio de Janeiro, pelo Partido Democrata Cristão (PDC). (Almeida, 2018). Jarbas Passarinho também teve papel de destaque no episódio de maior violência contra o Estado de Direito na história da república brasileira: a instauração do Ato Institucional número cinco (AI-5). Homem público por décadas, Jarbas Passarinho também foi presidente do Senado, Ministro do Trabalho e governador do Pará. (Consultor Jurídico, 2016).

Em R1, é necessário destacar, de maneira preliminar, que ainda que o fato tenha sido presenciado/vivido por ele, o sujeito não é neutro e não consegue resgatar o acontecimento em sua objetividade (Derrida, 2001a). R1 fala de si como alguém destemido, que não tem medo de brigar e defender aquilo que acredita ser correto. Não importa quem seja o oponente. O uso do verbo "brigar", no pretérito perfeito, na primeira pessoa do singular, aponta para um evento no passado, expressa uma ação concluída, fazendo irromper um efeito de sentido de conflito, que produz como resultado uma sentença: a de "criminoso" para Jarbas Passarinho. O sujeito discursivo assume o papel de juiz e legislador, pois ao mesmo tempo em que determina o que pode ser considerado como crime, também julga aquele que cometeu a penalidade. E não se trata de qualquer crime: para ele, constitui um "crime de lesa-pátria". "Crime de lesa-pátria", de formação discursiva jurídica, reforça uma visão de nacionalismo excludente, onde a pátria só pertence a um grupo específico, na ideia das linhas abissais (Sousa-Santos, 2007), e no caso os indígenas não se encaixam no perfil que R1 acredita ser interessante.

A representação que o sujeito tem de si é a de superpoderoso, branco, atleta, militar: bom de briga e pronto para qualquer batalha. E como militar, está disposto, pois, a defender o seu país contra a demarcação de reservas indígenas (segundo ele, um verdadeiro crime contra a pátria). A postura radical de Jair Bolsonaro construiu, por meio da mídia, ao longo de mais de três décadas de vida pública, a imagem de um homem que não teme nada nem ninguém, doa a quem doer. O que ele (re)produz, no entanto, é um efeito de sentido de um discurso fascista, preconceituoso e de intolerância às minorias.

Com o uso da locução adverbial "aqui dentro", que indica lugar, R1 refere-se ao Congresso Nacional, onde deputados e senadores, representantes eleitos do povo e dos estados, devem discutir e elaborar leis, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, e aprovar o Orçamento da União, entre outras atribuições muito importantes para o Brasil. O acontecimento narrado pelo sujeito (uma briga com Jarbas Passarinho, ex-ministro de diferentes pastas durante a ditadura militar e ministro da Justiça do governo Fernando Collor, de 15 de outubro de 1990 a 2 de abril de 1992)[57] foge das finalidades para as quais foi criado o Congresso. O sujeito, portanto, vangloria-se de uma atitude impulsiva, de desrespeito a um ambiente público, sem nenhuma obediência a normas de conduta que devem condizer, inclusive, com o cargo ocupado por ele, enquanto figura pública, de representação do povo.

[57] Informações disponibilizadas pelo site Agência Senado (2016). Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/06/13/ex-senador-jarbas-passarinho-sera-homenageado-em-sessao-do-congresso. Acesso em: 31 maio 2022.

Ao definir a demarcação de reservas como “crime”, o sujeito ignora violações à natureza que, de fato, são praticadas nas florestas brasileiras pelo agronegócio. Mudou a temática e agora, como Juiz, acusa os indígenas de destruírem as matas ateando fogo. De acordo com Gimenes (2020), o Presidente, quando questionado acerca das interferências no meio ambiente, que provocam as queimadas, logo encontra um culpado (o indígena), afirmando que o Brasil é “referência em preservação ambiental” e que as florestas brasileiras não pegam fogo porque “são úmidas”. Ele responsabiliza as populações tradicionais pelos incêndios. No entanto, o fogo no Pantanal, em 2020, teve origem em fazendas de pecuaristas, conforme análise dos focos de calor na região. (Gimenes, 2020).

Em resposta ao discurso de Bolsonaro, Anísio Guató, candidato a prefeito de Corumbá, em 2020, afirma. “É uma covardia, uma desumanidade. É querer incitar o ódio e a xenofobia”. (Camargos, 2020).

> **R2: Eu quero** que **todos vocês** tenham **os mesmos direitos** que **nós brasileiros** temos**. Eu quero** que vocês**, de fato, tenham direito ao uso da terra de vocês, explorando** a sua biodiversidade e suas riquezas minerais. (G1, 2022)

R2 faz parte de um conjunto de postagens pré-eleitorais feitas por Jair Bolsonaro, quando ainda era candidato à Presidência, em outubro de 2018. Com o uso do verbo querer, na primeira pessoa, o sujeito expressa um desejo particular: o de ver os indígenas com direitos iguais aos do branco. É a afirmação de que o indígena precisa ser igual ao branco, ser “brasileiro” como todos os outros que aqui vivem. A repetição do verbo faz emergir o efeito de sentido de que o sujeito está interessado apenas na sua vontade, não no que o outro deseja. R2, então, traz à tona uma formação discursiva militar. É a sua vontade que deve prevalecer, fazendo emergir, pois, um elevado grau de autoritarismo no discurso.

De acordo com Costa (2015), os indígenas brasileiros são tidos como estrangeiros por grande parte da população brasileira, caracterizando um modo de exclusão, constituída historicamente e fomentada, inclusive, por supostos defensores dos indígenas. O autor explica que ser brasileiro parece não se reduzir a nascer no Brasil, mas sim, a ter uma determinada forma de vida. Um conjunto de regras do inconsciente, que, internalizado, conduz o indivíduo a ações regulamentadas pelo poder. (Derrida, 2001b). Essa ideia é corroborada em R2, em “os mesmos direitos que nós brasileiros temos”, uma vez que o Presidente não inclui os indígenas no conjunto de milhões de brasileiros quantificados pelo censo demográfico. R2 destaca que os povos originários não possuem os direitos adquiridos pelos brasileiros e, desse modo, não estariam “integrados”. Não deixa, porém, de afirmar que seu desejo é que cada indígena tenha

os mesmos direitos que um brasileiro tem. Emerge, portanto, uma representação de indígena estrangeiro em sua própria terra.

Ao empregar o uso da locução adverbial “de fato”, o sujeito utiliza uma expressão que reforça a afirmação que vem logo na sequência do enunciado: “tenham direito ao uso da terra de vocês”, no escopo, pois, de expressar o que é necessário para que o usufruto da terra aconteça de verdade, a sério, com efeito, em sua plenitude. R2 deixa escapar o sentido do que considera ser o bom uso da terra: a sua “exploração”. Considerando a materialidade linguística no gerúndio, com o uso do verbo “explorando”, temos uma proposta de ação contínua para o indígena: a de utilizar a biodiversidade e as riquezas minerais das terras com fins lucrativos, ou seja, olhando a terra do mesmo modo como o branco a vê, da maneira como é vislumbrada pela sociedade capitalista.

Ocorre que esse “direito” do branco de usar da terra para satisfazer seus interesses capitalistas jamais será almejado pelo indígena. A terra, pois, exerce papel fundamental para os grupos indígenas. Ela simboliza sobrevivência, vida, bem viver, manutenção de valores, reprodução, preservação das tradições e práticas culturais. A representação de terra será abordada, de modo específico, no próximo eixo deste capítulo.

Os indígenas não querem os “mesmos direitos” evocados pelo sujeito em R2. O branco acredita possuir o direito de explorar as riquezas da terra, de obter toda a vantagem financeira possível por meio dos minerais extraídos, de destruir florestas, de matar espécies e de produzir qualquer outro dano/efeito colateral à natureza, em decorrência das atividades ligadas ao agronegócio e extração mineral (garimpos). Os direitos requeridos pelos indígenas são outros. A maior riqueza para o indígena é a natureza. Em debate na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, em 26 de abril de 2021, o vice-presidente da Hutukata Associação Yanomami, Dário Yanomami, que não conseguiu conexão para participar da videoconferência, ressaltou em carta lida na Comissão:

> Nós não queremos o garimpo na nossa terra. Queremos que o governo cumpra o dever de proteger nossa terra. Queremos que o governo tire os garimpeiros que estão na nossa terra e impeça a entrada de mais garimpeiros, que estão envenenando as pessoas, contaminando nossos rios, nossos peixes, nossos alimentos e espantando nossa caça. (Agência Câmara de Notícias, 2021).

O terceiro recorte compõe um vídeo amador gravado no Congresso, no ano de 2016. Bolsonaro foi um dos grandes opositores da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. A Terra Indígena Raposa Serra do Sol foi identificada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) no ano de 1993, demarcada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso

(1995-2003) e homologada em 2005, pelo seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva. A área corresponde a quase 1,7 milhão de hectares. O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, em 2009, a validade da demarcação contínua da reserva e estabeleceu a saída imediata dos produtores de arroz e brancos que ocupavam a região. É uma terra habitada pelos povos Makuxi, Wapixana, Ingarikó, Taurepang e Patamona, que representam cerca de 23 mil indígenas, localizada no norte do Brasil, na fronteira com a Venezuela e a Guiana. Nas últimas três décadas, mais de vinte indígenas foram mortos e centenas feridos, na luta pela terra. (Brasil, 2021). R3 foi um recado do candidato Bolsonaro a seus apoiadores em Roraima, já visando, portanto, sua eleição.

> **R3:** Em 2019 **vamos** desmarcar [a reserva indígena] Raposa Serra do Sol. **Vamos dar fuzil e armas a todos os fazendeiros.** (Brasil, 2020)

Com a utilização do verbo "vamos", na terceira pessoa do plural, o sujeito direciona seu discurso aos fazendeiros em Roraima e seus apoiadores, como se já estivesse no lugar ao qual tanto pretendia chegar: o cargo de Presidente da República. Ao chegar nesse lugar, o discurso faz emergir efeitos de sentido antagônicos: de generosidade (no uso do verbo "dar", o sujeito é alguém generoso, que oferece presentes, humano, gentil, pois nada será vendido aos fazendeiros) e de animosidade (o sujeito defende a ideia de violência, de uso das armas na resolução do problema, é hostil, violento).

Em seus discursos de campanha, Jair Bolsonaro já defendia a campanha do armamento da população para que, segundo ele, os cidadãos pudessem se defender do crime e da violência no país. Uma vez no cargo, o Presidente flexibilizou as regras para aquisição e porte de armas de fogo no Brasil por meio de um conjunto de decretos.

Uma das novidades foi o direito à posse de até seis armas de fogo em casa ou no trabalho. Os civis passaram a ter acesso a calibres que eram restritos aos militares ou à polícia, podendo, ainda, comprar muito mais munição. Foi abolido, também, o imposto de importação sobre armas de fogo (Eisele, 2021). O resultado está exposto em todos os jornais do país: o alto índice de violência, inclusive doméstica, e mortes por armas de fogo.

Ao fazer uso do pronome indefinido "todos", R3 traz à tona o sentido de "número máximo de pessoas ou coisas" (Ferreira, 2004). A violência não deve ser, portanto, pontual, localizada. Ela deve ter efeito totalizante, global, de maneira que nenhum fazendeiro fique sem sua arma (um presente concedido pelo bondoso Presidente). Uma linguagem que fala para justificar e fomentar o aniquilamento do adversário, transformando-o em inimigo. O interdiscurso bélico marca a fala do enunciador, mostrando a tensão encontrada nas discussões sobre as reservas indígenas, como o exemplo da Raposa Serra do Sol.

Desde sua escalada do baixo clero político, as já muito ofensivas falas de Bolsonaro produziram um aumento substancial da violência verbal entre apoiadores. Nessa esteira, tivemos o aumento do número de sites neonazistas durante o governo bolsonarista (2019-2022). A essa ampliação da violência verbal, somam-se episódios de violência propriamente ditos: repórteres e profissionais da saúde sendo agredidos, policiais em posições aparentemente "confortáveis" para agredir e torturar jovens negros e pobres. Para complementar essa situação de abusos e violência, o Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos, do governo Bolsonaro, extinguiu os casos de violência policial do relatório anual sobre violações de direitos humanos. (Piovezani, 2021).

O indígena não é passivo e jamais será um mero observador de discursos como os que são proferidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Na defesa de seus direitos, na disputa pelo território, pelo reconhecimento social e da Justiça, as comunidades indígenas organizam reuniões com representantes governamentais e manifestações diante do Congresso Nacional, em Brasília. Outra forma de resistência é o bloqueio de rodovias por todo o país. Esses são exemplos de resistência contra o poder dominante, que fazem ecoar a voz do indígena. O próximo recorte revigora a violência presente nos discursos de Jair Bolsonaro, sinalizando que quem não obedece, morre; e, que a morte é o destino de quem começa a ser visto como inimigo:

> **R4: Competente**, **sim**, foi a **cavalaria** norte-americana, que **dizimou seus índios** no passado e hoje em dia **não tem esse problema**. (Tardáguila, 2018).

Ressaltamos que o recorte (R4) constitui parte do pronunciamento de Jair Bolsonaro, antes de chegar à Presidência do Brasil, proferido em 1998, dez anos após os povos indígenas terem assistido a garantia de direitos sobre as terras por eles habitadas disposta na Carta Constitucional de 1988, e quatro dias antes das comemorações, de todas as comunidades tradicionais, do "Dia do Índio", como ainda era intitulado. Jair Bolsonaro, à época, exercia a função de Deputado Federal e suas manifestações discursivas já se apresentavam de forma muito polêmica. É a história do massacre, realizado contra os indígenas norte-americanos, sendo (re)contada pelo branco, o que nos remete à noção de arquivo de Foucault (2008), ao se elucidar o arquivo como um sistema de discursividade que escolhe o que vai ser conectado à história e o que vai ser dela eliminado.

Jair Bolsonaro, quando ainda era deputado federal pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), hoje Partido Progressista (PP), criticou a política de demarcação de terras indígenas na Amazônia. Sugeriu, naquela ocasião, que fossem demarcadas "reservas indígenas em tamanho compatível com a população". (Tardáguila, 2018). O conteúdo dessa fala foi republicado no

Diário Oficial da Câmara no dia seguinte. Desse pronunciamento, extraímos o enunciado que constitui o R4:

Em R4, o Presidente Jair Bolsonaro reforça o pensamento eurocêntrico norte-americano de que o extermínio dos indígenas seria a solução para o conflito. O enunciado tem, como interlocutor, todo o povo brasileiro (a nação brasileira). De forma comparativa, o sujeito elogia os norte-americanos com o adjetivo **"**competente" (corroborado, na sequência, pelo advérbio de afirmação sim), referindo-se ao modo como o governo dos Estados Unidos tratou a questão: exterminando populações indígenas inteiras, em "eficientes" operações de "limpeza étnica", de início, com a temível varíola, contaminada em roupas e lençóis, compartilhados entre estas comunidades. Na sequência, por meio de inúmeros conflitos gerados pelo governo norte americano. Nesses conflitos, os indígenas sobreviventes eram aprisionados em reservas cada vez menores e impróprias ao seu modo de vida, e aqueles que impunham qualquer resistência eram rapidamente executados. (Pissurno, 2021).

O sujeito discursivo, considera, portanto, positivas as ações de violência, empreendidas pelos norte-americanos e, por meio do não-dito expressa seu desagrado com as políticas de demarcação brasileiras que, na contramão dos Estados Unidos, são incompetentes na resolução do problema de demarcação de terras indígenas. Há em R4 uma formação discursiva bélica, da qual emerge o efeito de sentido de que as questões indígenas só podem ser resolvidas com o extermínio dos povos indígenas, estabelecendo relação com o inter/intradiscurso, com as ações dos europeus que, no processo de colonização e expansão civilizatório brasileiro, iniciaram as frentes de colonização e expansão econômica que avançaram sobre os territórios indígenas, em um massacre realizado pelo europeu ao chegar a terras brasileiras, impondo seus costumes àqueles que aqui estavam. Há, portanto, neste dizer, a incitação à violência e ao extermínio de quem "atrapalha" o avanço do progresso e produz o efeito de sentido, ao sujeito enunciador, de ditador, trazendo à tona o período da Ditadura Militar, do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

O adjetivo **"**competente" faz referência a alguém com compreensão e conhecimento do que está fazendo (Ferreira, 2004). Ao afirmar que os norte-americanos tiveram competência para realizar um ato extremamente violento, R4 expõe sua posição sectária, inflexível e incapaz de compreender o outro, o diferente. Um posicionamento de alguém que, em defesa de suas ideias, apregoa que a melhor forma de resolver o problema/conflito é eliminando-o. Posicionamento mantido até o momento, não só em relação aos indígenas, mas referindo-se a todos os que a ele se opõem, em geral a classe trabalhadora e desempregados que diante da crise econômica e social, em partes causada pela pandemia do COVID-19,

encontram-se em situação de miséria. Fato que pode ser constatado na manifestação discursiva ocorrida em 27/08/2021: “Tem que todo mundo comprar fuzil, pô. O povo armado jamais será escravizado. Eu sei que custa caro. Daí tem um idiota que diz ‘ah, tem que comprar feijão’. Cara, se não quer comprar fuzil, não enche o saco de quem quer comprar” (Messina, 2021). A violência habita o modo de ser, o posicionamento político e social do enunciador onipotente, que se coloca acima de tudo e de todos, valendo-se de palavras chulas, agressivas e ofensivas para impor o seu pensamento àqueles que o ouvem. Afinal, ele fala de um lugar institucionalizado, legitimado na sociedade.

O uso do termo cavalaria em “foi a cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios” reafirma a formação discursiva bélica, pois, conforme Ferreira (2004), cavalaria é a arma das forças terrestres que, em tempos antigos, destinava-se ao confronto de cavaleiros em ações de choque ou de reconhecimento, estabelecendo um interdiscurso, por meio da memória discursiva do enunciador, com sua própria formação. Jair Bolsonaro é militar, formado na Academia Militar das Agulhas Negras, em 1977, e serviu nos grupos de artilharia de campanha e paraquedismo do Exército Brasileiro (Frazão, 2019). Emerge ainda a FD histórica do período da ditadura militar, onde a cavalaria enfrentava manifestantes, sobretudo de jovens e opositores políticos, que se opunham ao regime. Como Presidente da República, espaço institucionalizado mais alto da nação, imita os Estados Unidos em tempos remotos: convoca os apoiadores e a Força Nacional para agredirem violentamente os direitos indígenas, criando leis e/ou situações conflituosas que tomam a atenção da sociedade “enquanto a boiada vai passando”!

Para corroborar esse interdiscurso de guerra, o uso do vocábulo “dizimar” possui como um dos sentidos, trazidos por Ferreira (2004), “punir com a pena de morte um soldado em cada grupo de dez”. Nessa esteira, o pronome possessivo “seus” resulta no efeito de pertença, de alguém que fala de algo que é do outro (dos norte-americanos). O sujeito faz irromper o efeito de sentido de que os norte-americanos possuem os seus indígenas, ao passo que nós, brasileiros, temos os nossos, num efeito de sentido de submissão. Se são nossos, devem, pois, receber “proteção”, cuidado, o que nos remete às políticas indigenistas já implementadas em nosso país, como o antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). O indígena, portanto, é tomado pelo sujeito discursivo como propriedade do branco. Em sua fala, R4 confirma que a cavalaria norte-americana constitui um modelo antigo de tratamento do indígena que deve ser seguido e adaptado, nos dias atuais, aqui no Brasil.

Para finalizar este enunciado, R4, ao referenciar a demarcação de terras indígenas na Amazônia, sintetiza o seu entendimento acerca da questão: um problema, produzindo o efeito

de sentido de intolerância de R4, e estabelecendo interdiscurso com os dizeres do período colonial, republicano e do regime ditatorial em que os povos indígenas eram tidos como entraves ao progresso da nação. A situação nesse momento discursivo refere-se ao processo de demarcação de terras tradicionais na Amazônia e os efeitos de sentidos ainda recaem sobre os indígenas como "entraves", como "problemas" que precisam ser dizimados, como o fizeram os bandeirantes, a abertura de estradas de ferro, a construção do telégrafo e da Transamazônica, entre outros "progressos homicidas/assassinos" que alimentam o capitalismo e a História de nosso país. Fato que localiza o discurso do enunciador em R4, ainda, em arquivo colonial. Em direção oposta, os povos tradicionais não valorizam a acumulação de riquezas, conforme refletem Alcantara e Sampaio (2017), na citação abaixo:

> Ainda que se pressuponha a equidade na distribuição de riquezas, povos indígenas não consideram o Bem Viver como estando associado à acumulação de bens materiais e sua abundância, mas a uma convivência humana sem desigualdade ou discriminação. Para os povos indígenas originários, a vida não se mede unicamente em função da economia, mas de fatores que se relacionam com a essência da própria vida, como a harmonia com a natureza, consigo mesmo e com outros; nos modos de vida e na oposição ao conceito de acumulação. (Alcantara; Sampaio, 2017, p. 14).

Para o branco, quanto menos terra o indígena tiver é melhor, pois ele compreende que é esbanjamento "ceder" tanto espaço aos indígenas. Do ponto de vista dos povos indígenas, o desejo de ter um espaço maior não está relacionado ao acúmulo de terra, mas senso de justiça, apego à natureza e subsistência. Diz respeito à "convivência harmoniosa com a natureza e com a comunidade, respeito aos anciãos, resgate dos saberes, tradições, educação, segurança, espiritualidade, solidariedade, baseados na cosmovisão de cada etnia". (Alcantara; Sampaio, 2017, p. 25).

O sujeito discursivo fala de um lugar, um lugar que lhe confere poder. E, como dito anteriormente, quando há poder, há, também, resistência. As diferentes culturas, quando postas em contato geram conflito. Mas este conflito pode trazer expansão de saberes, por meio de confrontos de ideias, conduzidos pela ética, uma vez que "[...] foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de liberação. A mesma reflexão é válida para as comunidades indígenas". (Gonzalez, 2011, p. 18).

As resistências são necessárias e importantes na construção de políticas que busquem amenizar as diferenças. É uma luta constante de enfrentamento contra os pensamentos que disseminam a negação dos saberes, culturas e identidade de comunidades minoritárias, pois, "durante muito tempo, convencionou-se que, na sociedade, as coisas são como são e assim

devem permanecer". (Menezes de Souza; Monte Mór, 2021, p. 10). O ato de questionar pode se tornar um problema, quando "o mais importante é conhecer/reconhecer os fatos como eles são, absorvê-los, assimilá-los, se adequar a eles" (Menezes de Souza; Monte Mór, 2021, p. 10). As minorias não são assim chamadas porque constituem grupos em número menor de pessoas, mas sim, por terem pouca visibilidade social ou, quando vistos, essa visibilidade ter sempre caráter negativo.

A colonização deixou rastros e cicatrizes, e o problema se agrava, quando nos deparamos com discursividades que disseminam que os conflitos se encerram ao abolir o outro. Essa condição, normalmente, incita os oprimidos e seus aliados e, logo após o ataque do sectarista, aparecem nas mídias sociais, em forma de resistência, discursos de contra-ataque. Considerando o poder e sua circularidade, sua mobilidade, é necessário destacar que quando o indígena manifesta essa resistência (porque onde há poder, há resistência), ele está na posição sujeito que mantém o poder naquele momento de fala (Foucault, 1990). Como exemplo, segue trecho de um texto veiculado no *Jornal El País* em janeiro de 2020, repercutindo em outras mídias, como o site da "Revista Veja", que mostra uma reação ao atual Presidente Jair Bolsonaro, acerca de uma frase infeliz e ofensiva proferida aos indígenas, afirmando que "o índio está evoluindo e cada vez mais é um ser humano igual a nós". (Arias, 2020).

> [...]Não, não são os índios que estão se humanizando porque começam a se parecer mais com o homem moderno, a amar a fria tecnologia e a se separar da natureza. Como escreveu em sua coluna em *O Globo* o agudo analista Arnaldo Bloch, não são os índios que estão começando a se humanizar, mas é o presidente Bolsonaro que "cada vez menos é um ser humano igual a nós". Pelo menos assim parece àqueles que acreditam que ainda temos muito a aprender com os que chamamos de índios e que certamente entendem melhor do que tantos outros o que significa ser verdadeiramente humanos.
> Eles estão unidos à natureza desde sempre e são capazes de ainda sentir os primeiros gemidos da criação do mundo. Nós parecemos estrangeiros em uma Terra que estamos destruindo com cada vez mais afinco e crueldade. Ainda é possível ter uma fresta de esperança? Ela só nos virá do ventre dessa Terra cada vez mais maltratada e mais necessária. Aquela que nos devolve o sabor áspero e forte do barro de onde viemos. (Arias, 2020).

O respeito à natureza e o valor dado à vida são sentimentos inerentes aos povos indígenas. Eles partem do princípio de que fazemos parte de um cosmo em que cada um exerce um papel importante na natureza. Por isso não há destaques e supervalorização em detrimento da desvalorização de outros. O que predomina é a ideia de equilíbrio ecológico e, por essa razão, partem do princípio de que todos são importantes, todos são humanos. O trecho supracitado corrobora que o indígena não se submete, não aceita a fala do Presidente

da República a seu respeito. O indígena resistiu às marcas deixadas pelo processo de colonização e continua resistindo, até os dias de hoje, a discursos hegemônicos, de homogeneização, que desconsideram a cultura, luta e história dos povos indígenas.

Em 12 de abril de 1998, Bolsonaro respondeu a uma pergunta sobre demarcação de terras indígenas ao Correio Braziliense, com a seguinte declaração:

> **R5: Pena** que a cavalaria brasileira não tenha sido tão **eficiente** quanto a americana, que **exterminou** os índios. (Melgarejo, 2021).

O sujeito inicia com o uso do termo "pena", com o sentido de lamentação, de "amargura", de acordo com a definição trazida por Ferreira (2004). R5 considera uma lástima, portanto, o desempenho brasileiro comparado ao dos americanos, no tratamento com os indígenas. Assim como ocorre em R4, em R5 emerge uma formação discursiva bélica, em que a resolução dos conflitos deve ser atingida por meio do extermínio dos povos indígenas. Há, portanto, novamente a incitação à violência aos indígenas.

Quando ainda não era uma celebridade política, Bolsonaro já utilizava uma linguagem perpassada por autoritarismo e violência. O então deputado federal aproveitava-se de qualquer ocasião em que pudesse espalhar seus radicalismos, fortalecendo a imagem de homem autêntico, sem papas na língua, sem se importar com a vulgaridade do seu vocabulário. Em geral, o Presidente apresenta, em seus discursos, o desrespeito e a afronta às instituições do regime democrático, bem como seu apreço pelo regime de ditadura militar.

Mas apesar de possuir semelhanças com o Recorte 4, R5 possui diferenças potenciais, que descortinam a postura do sujeito em relação às questões indígenas. O uso do adjetivo "eficiente" produz o efeito de sentido de quem "desenvolve alguma coisa, trabalho ou tarefa, de modo correto e sem erros, obtendo um ótimo resultado". Traz, portanto, uma avaliação do sujeito, uma aprovação daquilo que, ao final de R5 é anunciado: o "extermínio dos índios" é aplaudido e ovacionado. E conforme Ferreira (2004), exterminar é mais do que matar; é destruir de forma cruel.

O verbo "exterminar", utilizado para fazer menção à eliminação de certos animais, (geralmente insetos de um ambiente: moscas, baratas, ratos) é aqui utilizado para referenciar o ocorrido com os indígenas da América do Norte, o que aponta a desqualificação, pelo Presidente, de qualquer indígena, não importando o lugar ou território reivindicado. Segundo o sujeito, a postura deve ser a mesma: matar.

O genocídio dos povos indígenas no Brasil iniciou com a colonização portuguesa das Américas, quando Pedro Álvares Cabral chega ao território que, hoje, corresponde ao nosso

país, em 1500. A violência dos colonizadores e as doenças trazidas pelos europeus provocaram a morte de muitos indígenas. Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), a população indígena em 1500 era de aproximadamente 3 (três) milhões de habitantes, sendo que aproximadamente 2 (dois) milhões estavam estabelecidos no litoral do país e 1(um) milhão no interior. Em 1650, esse número já havia caído para 700 (setecentos) mil indígenas e, em 1957, chegou a 70 (setenta) mil, o número mais baixo registrado. (Garcia, 2020).

De acordo com Garcia (2020), de lá para cá, a população indígena retomou o crescimento. De acordo com o último censo demográfico, realizado em 2010 pelo IBGE, o Brasil tem 896,9 mil indígenas. Isso significa que o número de indígenas no país em 2010 representava 29,9% do número estimado para 1500, quando começou a colonização. Portanto, mais de 70% da população indígena foi morta e esses números ainda não representam um "extermínio", para o Presidente.

### 5.2. Representação de terra do sujeito/presidente

Ao contrário do branco, da sociedade capitalista, que considera a terra como algo com a qual se pode obter lucro, por meio de venda ou troca, as comunidades indígenas não possuem a consciência de propriedade privada da terra. (Guerra, 2010). O indígena valoriza a terra como um bem coletivo, que deve ser utilizado em prol de todos e em harmonia com o meio ambiente. Nas palavras de Sonia Guajajara, atual Ministra dos Povos Indígenas, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, "a ancestralidade sempre ensinou que o sentido da vida é o coletivo". (Franco, 2020). [58]

No que se refere à questão da luta pela terra, além do julgamento do marco temporal no Supremo Tribunal Federal, especialistas alertam para pelo menos cinco projetos de lei no Congresso que modificam as regras de proteção aos territórios e povos indígenas[59], beneficiando a formação de latifúndios em terras públicas e minando a reforma agrária. Projetos esses que vêm adquirindo força desde o início do governo de Jair Bolsonaro, que, por sua vez, será o primeiro governo, desde a redemocratização do Brasil, a não demarcar nenhuma terra indígena. A esse respeito, Guerra (2010, p. 36) assevera que a legislação opera "como registro do presente e como estratégia de controle sobre as lutas pela terra e as contradições sociais".

---

[58] Disponível em: https://shifter.pt/2020/05/sonia-guajajara-entrevista/?doing_wp_cron=1705952897.7698099613189697265625. Acesso em 10 dez 2023.

[59] Disponível em: https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/08/25/combo-da-morte-entenda-por-que-5-projetos-de-lei-no-congresso-sao-apontados-como-ameacas-ao-meio-ambiente-quilombolas-e-indigenas.ghtml. Acesso em 10 out 2022.

Este eixo apresenta cinco recortes em que os discursos bolsonaristas trazem à tona a representação de terra para o branco, em oposição da representação de terra para o indígena. Inicio aqui com o Recorte 6, um pronunciamento de Jair Bolsonaro, no primeiro ano de seu mandato como Presidente da República Federativa do Brasil:

> **R6:** Se eu fosse **rei** de Roraima, **com tecnologia**, **em 20 anos teria uma economia próxima do Japão**. **Lá** tem **tudo**. Mas 60% está **inviabilizado por reservas indígenas** e outras **questões ambientais**. (Barbosa, 2019)

O trecho supracitado faz parte do questionamento do Presidente Jair Bolsonaro, em São Paulo, na cerimônia de abertura do 29º congresso da Expofenabrave, acerca da precisão de dados sobre o desmatamento da Amazônia, assim como a divulgação dos mesmos. As críticas fizeram parte de um discurso repleto de ironias por parte de Bolsonaro, tendo como alvo não apenas a questão do meio ambiente, mas também a imprensa e líderes estrangeiros. Diante de uma plateia de 1.700 pessoas, segundo a organização do evento, Bolsonaro fez um discurso de cerca de 20 minutos e foi bastante aplaudido no fim. (Barbosa, 2019).

O sujeito enunciador inicia o discurso com a conjunção subordinativa condicional "se". Essa conjunção indica uma hipótese: a do Presidente ser o "rei" de Roraima. O sujeito faz uma referência ao regime monárquico, ao absolutismo, uma forma de governo muito comum na Europa entre os séculos XVI e XIX, que defendeu a teoria do poder absoluto do rei sobre toda a nação. R6 deixa escapar o efeito de sentido de autoritarismo, evocando uma forma de governo do passado e procurando encaixá-la no século XXI. Essa discursividade corrobora que Jair Bolsonaro parece não viver na atualidade, com ideias coloniais, uma vez que, de modo constante, faz pronunciamentos retrógrados, preconceituosos e intolerantes sobre grupos que sempre estiveram à margem da sociedade (homossexuais, indígenas, quilombolas).

Em oposição a qualquer manifestação de colonialismo, a colonialidade[60] e a proposta decolonial têm possibilitado a reconstrução de histórias silenciadas, subjetividades reprimidas, linguagens e conhecimentos subalternizados pela ideia de totalidade definida pela racionalidade moderna. Neste sentido, a proposta decolonial trata de pensar e agir em várias formas epistemológicas complementares e paralelas aos movimentos sociais que se movem nas bordas e margens das estruturas de poder (Mignolo, 2008).

---

[60] O colonialismo pode ser visto como o processo de constituição de uma estrutura de poder que causou a formação de novas relações sociais intersubjetivas, fundamento de um novo tipo de poder colonial e que deu as bases da sociedade latino-americana como a conhecemos. A colonialidade, portanto, sobrevive ao colonialismo e se reproduz, segundo apresenta Walter Mignolo (2003), em uma tripla dimensão: a do poder, a do saber e a do ser. Cada uma destas dimensões dizem respeito às relações políticas, à epistemologia e às relações intersubjetivas, respectivamente, configurando-se como "o lado obscuro e necessário da modernidade; é a sua parte indissociavelmente constitutiva" (Mignolo, 2003, p. 30).

Em “com tecnologia, em 20 anos teria uma economia próxima do Japão”, o sujeito apresenta seu plano para as reservas indígenas de Roraima: investimento tecnológico e lucro financeiro, afirmando que um único estado brasileiro tem potencial para aproximar-se da terceira maior economia do mundo. A reserva, os indígenas e tudo o que ali existe em torno dessas reservas constituem, pois, um empecilho para o progresso, segundo o Presidente.

A representação da terra, pelo branco, é muito diferente daquela que o indígena defende. Para o branco, tudo gira em torno do capitalismo. A terra é vista como um empreendimento, um bem financeiro. Diferente desta (mas não desvinculado desta), o índio a vê com o sentido de terra-mãe: filho da terra, o indígena possui direito a uma herança. Essa herança é cultural e liga-se, sobretudo, à questão da terra. Sem a mãe, o filho, por sorte, poderá até continuar vivendo, mas o percurso será árduo, e ele não terá para si nenhuma referência que o ligue à sua ancestralidade.

Com o uso do advérbio de lugar “lá”, R6 menciona o estado de Roraima e faz uso do pronome indefinido “tudo”, a fim de convencer o interlocutor sobre o potencial econômico do estado, com suas terras, com suas riquezas, e, também, de ressaltar o obstáculo que impede, segundo ele, que Roraima chegue próximo de alcançar a economia japonesa: a existência das reservas indígenas e outras questões relacionadas ao ambiente. Não é de hoje que os indígenas e seus direitos pelas terras são vistos como impedimento para o progresso do país. Rosa (2010) explica que a catequese visava à garantia da posse das terras e não tinha a finalidade de proteger o indígena. Vargas (2003) demonstra que, após o período da Guerra do Paraguai (1865-1870), no sul de Mato Grosso, acentuou-se a “desterritorialização” do povo Terena, em virtude da formação de fazendas na região e a posse das terras pelo Governo Brasileiro.

> **R7:** [reservas indígenas] **sufocam o agronegócio**. No Brasil **não se consegue diminuir um metro quadrado de terra indígena**. (Marques; Rocha, 2015).

A fala do então deputado Jair Bolsonaro ocorre na manhã do dia 22 de abril de 2015, durante entrevista no Comando Geral da Polícia Militar, após receber a Medalha Tiradentes[61]. Nessa entrevista, o movimento LGBT, a OAB e os índios foram os principais alvos das declarações do deputado federal. Jair Bolsonaro disse, ainda, que a OAB só defende bandido e as reservas indígenas são um crime para o país. Na sua fala, o Presidente refere-se

[61] Honraria concedida pelo Governo e destinada a premiar pessoas que prestaram relevantes serviços à causa pública do Estado do Rio de Janeiro. A medalha foi instituída pela Resolução Nº 359 de 1989, em 8 de agosto de 1989, e sua entrega é realizada apenas uma vez por ano, sempre no dia 21 de abril, dia de Tiradentes, sendo a mais alta condecoração concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. (Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Medalha_Tiradentes). Acesso em: 04 maio 2022.

especificamente às reservas indígenas no estado de Mato Grosso do Sul, citando o caso de Dourados.

O uso do verbo "sufocam", na terceira pessoa, indica, segundo Ferreira (2004) que, para o sujeito, as reservas indígenas "tornam a respiração difícil, fazem morrer por asfixia" o agronegócio brasileiro[62]. Apesar do aumento considerável da produção alimentícia mundial (o suficiente para alimentar toda a população do planeta), 1 (uma) pessoa morre de fome, no mundo, a cada quatro segundos, e o número de pessoas subnutridas chega a 870 milhões (Matias, 2022).

A modernização agrícola, trazida pelo crescimento do agronegócio, e o consequente aumento da produtividade carregam um custo ambiental muito caro (desmatamento, queimadas de áreas de preservação, contaminação do solo, entre outros). Segundo Almeida (2016), o ano de 2015 encerrou-se como o ano mais quente registrado na história, o que demonstra que o mundo vem sofrendo, cada vez mais, os danos resultantes das interferências ambientais pelo homem. Não são, portanto, as reservas que "sufocam", mas sim, a ambição humana desenfreada que retira o ar dos pulmões do nosso planeta.

Em *"*não se consegue diminuir um metro quadrado de terra indígena*"*, o pronome "se" serve para indeterminar o sujeito. Sujeito que não se quer ou não se pode identificar, dada a quantidade de representantes políticos que já trataram a questão das reservas indígenas e as inúmeras vezes em que esse assunto foi discutido na história do nosso país. Ainda que, em R7, não possam ser identificados todos os indivíduos que tentaram reduzir a quantidade de reservas indígenas no nosso país, o sujeito discursivo inclui-se nesse grupo, como árduo opositor de tudo o que possa atrapalhar o crescimento do agronegócio no Brasil.

As terras indígenas (TIs) no Brasil somam 726 áreas, ocupando uma extensão total de 117.377.553 hectares (1.173.776 km2). Desse modo, 13.8% das terras do país são reservadas aos povos indígenas, a maior parte delas, concentradas na região amazônica. Acerca dos discursos que apregoam que "Na Amazônia, existe muita terra para pouco índio", encontramos vozes de resistência, como a que segue:

---

[62] O agronegócio, também conhecido por *agrobusiness*, compreende as atividades econômicas ligadas à agropecuária, ao manejo de florestas para comércio e serviços (silvicultura) e ao extrativismo vegetal. Esse termo foi cunhado na década de 1950, mas popularizou-se na década de 1970, no auge da Revolução Verde. O Brasil, com sua enorme extensão territorial (quinto maior país do mundo) e toda a grande quantidade de recursos naturais (biomas, hidrografia, solos férteis em algumas localidades), é um dos grandes protagonistas do agronegócio mundial. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, nosso país possuía o maior rebanho bovino para abate do mundo, com 213.523.056 cabeças de gado, além de mais de 245 milhões de galináceos (galinhas) e 41 milhões de suínos. Somos uma grande potência nesse assunto, alimentando um sexto de toda a população mundial, de acordo com o Ministério da Agricultura. (Matias, 2022).

> Esses críticos se esquecem de que os índios têm que tirar todo seu sustento da terra. Muitas vezes, as TIs têm grandes partes não agricultáveis, e sofrem ou sofreram diversos tipos de impactos (Povos Indígenas no Brasil, 2021).

Um esquecimento, pois, que nos remete ao conceito de arquivo, apresentado por Foucault (2008), como sendo aquilo que determina o que merece ser memorizado e o que deve ser esquecido, o que precisa ser conservado e o que deve ser ignorado. A noção de arquivo foucaultiana explica, por exemplo, alguns fatos serem tomados como tradição, e outros, caírem no esquecimento. R7 ignora os costumes, as tradições indígenas, o respeito pela terra, em prol do projeto de desenvolvimento econômico do nosso país.

Segundo Foucault (1988) não existe, no princípio das relações de poder, uma oposição binária e global entre dominadores e dominados. E se há poder, há resistência, conforme corroborado por Gregolin (2003, p. 108): "O embate entre discursos é uma dinâmica constante no seio da sociedade. Assim, se há sofisticados mecanismos de vigilância, há sempre dialeticamente, resistências que se dão no cotidiano". É exatamente nos locais onde a dominação parece ser soberana ou parece não haver dominação que os poderes se apresentam e a resistência é possível, com a construção de outros enunciados e de outros valores. O indígena não é assujeitado, ele resiste, todo o tempo, aos discursos do branco acerca das terras que lhe são de direito.

> **R8: Não tem terra indígena onde não têm minerais**. Ouro, estanho e magnésio estão nessas terras, especialmente na Amazônia, a área mais rica do mundo. **Não entro nessa balela** de **defender terra** pra índio (Marques; Rocha, 2015).

O discurso acontece também na mesma ocasião relatada anteriormente, após o deputado receber a honraria do estado do Rio de Janeiro (Medalha Tiradentes). Por meio do uso do advérbio de negação "não" (iniciando dois dos períodos do recorte), R8 enfatiza seu posicionamento contrário às argumentações em defesa dos interesses indígenas. O sujeito manifesta sua desconfiança sobre as motivações dos indígenas na disputa pela terra, uma vez que, segundo ele, os povos originários só estariam interessados nos metais preciosos (ouro, estanho, magnésio). Os indígenas, como bons estrategistas, estariam de olho na Amazônia do mesmo modo como os países estrangeiros, que cobiçam nossas riquezas há um longo tempo. A esse respeito, trazemos as seguintes pontuações:

> O primeiro grande erro […] é entender a terra apenas como fonte de renda e valor, mentalidade distinta daquela praticada pelos povos indígenas, que possuem modos diferentes de viver e de enxergar os seres vivos. Além disso, como bem pontua um estudo da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), os Povos Indígenas compõem 5% da população mundial, mas suas terras detêm 80% de sua biodiversidade. Ou seja, as Terras Indígenas e o trabalho ativo dos povos que vivem nelas são a última barreira contra o

> desmatamento e a degradação ambiental, fenômenos que afetam negativamente a vida de todo o planeta. (IDEC, 2021).

Em 2019, líderes do G7 (grupo formado por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido) propuseram ajuda financeira e logística para combater as queimadas na floresta amazônica. Eles concordaram em liberar 20 milhões de euros (cerca de R$ 91 milhões de reais), segundo a BBC News Brasil (2019). A oferta foi recusada pelo já presidente em exercício Jair Bolsonaro, que alegou a desconfiança dos interesses estrangeiros na região, compartilhada por todos nós, brasileiros. Ocorre que o mesmo presidente vem a público nas mídias, com frequência, defender o agronegócio na Amazônia, exaltando a ideia de exploração da terra nos moldes capitalistas. Mudam-se os nomes, os personagens, até mesmo as nacionalidades dos interessados, mas a história é a mesma: o branco dando perpetuidade ao método da colonialidade, "sob sua retórica triunfante de salvação e boa vida para todos" (Mignolo, 2008, p. 293).

R8 apresenta um novo significado para a palavra "balela": o mesmo que "defender terra". Porém, conforme Ferreira (2004), o termo é utilizado como sinônimo de "mentira", "o que foi inventado para enganar alguém". Os inventores dessa ideia seriam, portanto, os indígenas e seriam eles, segundo R8, os enganadores, que propagam esse pensamento para se beneficiarem. Para Bolsonaro, todos os que saem em defesa da ideia de demarcação de territórios para os indígenas, "entram" em uma mentira, da qual ele não participa.

Esse enunciado faz referência, portanto, a uma memória discursiva que remete ao primeiro contato dos portugueses com os indígenas que aqui habitavam: os povos originários, sim, foram enganados pelo branco europeu "generoso", recebendo machados, facões e espelhos. Em troca, os índios entregaram o Pau-Brasil, árvore que atendeu uma grande demanda financeira dos europeus. Toda a amistosidade do primeiro contato foi uma maneira de mascarar o massacre que estava por vir.

> **R9: Com todo respeito**, a grande parte **não sabe nem o que é dinheiro**. **Nós estamos libertando** os índios. [...] Por que **o campo está feliz** com a gente? **Nós não marcamos mais terra indígena**. Já temos 14% demarcados por terra indígena. **Chega**. Você fica pensando como é que pode 10 mil índios terem uma área equivalente a duas vezes o estado do Rio de Janeiro, como os ianomâmis. **Chega**, **não dá mais** porque a intenção **disso** é **inviabilizar a agricultura, inviabilizar o agronegócio do Brasil e virar um conflito**. (Soares, 2021).

A declaração ocorre durante entrevista à Rádio 96 FM de Natal (RN), em 04 de agosto de 2021. R9 inicia com a expressão "com todo respeito", utilizada quando alguém deseja expressar que não está concordando com a opinião de outra pessoa, porém, dizendo isso com

uma forma educada. O sujeito assim o faz, sabendo da influência e repercussão de seus discursos, uma vez que ocupa um lugar de destaque e que lhe confere poder - o de Presidente da República. Isso nos remete ao conceito de formação discursiva em Foucault (2008), ao que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, dentro de determinado campo e de acordo com certa posição que se ocupa nesse campo. Ocorre no enunciado, ainda, o processo explorado por Pêcheux (1990): o "jogo de imagens de um discurso", que nos auxilia na compreensão de que a produção do discurso faz que o sujeito crie uma representação imaginária da interação entre o "eu" e o "outro": à medida que um sujeito ocupa uma posição ele constrói uma imagem ao produzir seu discurso (do lugar que ocupa; do lugar ocupado pelo seu interlocutor; do próprio discurso). São essas diferentes posições do sujeito que determinam as imagens que o sujeito tem de si e do outro.

Em "não sabe nem o que é dinheiro", R9 menciona o modelo de desenvolvimento preponderante no mundo: o capitalista. Foucault (1990, p. 134) afirma que "por milênios, o homem permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivente e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal em cuja política está em questão a sua vida de ser vivente". O sujeito traz à baila o interdiscurso do indígena silvícola, isolado, de mais de 500 anos atrás, aquele prestes a ser colonizado, reproduzindo, pois, representações construídas ao longo do tempo, elaboradas, em geral, por meio de uma visão romântica, nos discursos pedagógicos e outros da contemporaneidade. Essa representação de indígena selvagem coloca o indígena como alguém que apenas vive, mas não existe, não é notado pela sociedade envolvente.

Há também a tentativa de colocar em xeque a capacidade intelectual do indígena, por "não saber o que é dinheiro". O sujeito supervaloriza o seu saber, o saber do branco, e despreza as variadas formas de conhecimento. Quando se trata de conhecimento do branco e conhecimento do indígena, a questão vai além do fato de serem saberes distintos: são diferentes universos simbólicos, diferentes concepções do mundo, e são esses olhares dissemelhantes que produzem os diferentes saberes. (Sousa-Santos; Hissa, 2011).

O indígena da atualidade faz uso das novas tecnologias, em um mundo cada vez mais competitivo e onde se encontram como grupo à margem da sociedade, de minoria resistente. Em um espaço de constante trânsito como a fronteira, onde os sujeitos vão se refazendo, não deve haver qualquer pretensão de uma identidade estável, mas sim, de encontrarmos a pluralidade, o hibridismo (Anzaldúa, 1987). Não há como definir o sujeito entre uma ou outra categoria. Elas se entremesclam, contestando as definições cogitadas pela cultura hegemônica. Como bem pontuado por Canclini (2006, 2013), hoje, todas as culturas são culturas de

fronteira. Em R9, existe a tentativa de atribuir uma identidade una, indivisível ao indígena. A identidade não é imutável, ela é um processo. As identidades são construídas no discurso, durante os processos de construção de significados. As identidades percorrem um caminho por fronteiras "nem sempre demarcadas de maneira clara, pois os limites se confundem e as referências se misturam". (Guerra; Souza, 2013, p. 41).

O indígena da atualidade não é constituído apenas da cultura dele, mas, também, pela cultura do branco. E o mesmo se pode dizer do branco, que também é constituído pela cultura do indígena, uma vez que ele transfere seus conhecimentos ao branco. Na sociedade atual, é um absurdo tentar concebê-lo como primitivo, selvagem. Seguindo o imperativo transcultural de Boaventura Sousa Santos (2006), o indígena exerce o direito de ser igual quando a diferença tenta colocá-lo em um lugar de inferioridade; e utiliza do direito de ser diferente quando a igualdade o descaracteriza. Em Aquidauana, cidade onde vivo, muitos indígenas (que moram nas aldeias) passam o dia todo na região central da cidade, vendendo seus produtos (milho, mandioca, maxixe, quiabo, vagem, pequi e outros) e, também, fazendo compras no comércio local. Há indígenas que trabalham em diversas áreas, como na educação, lecionando nas escolas e universidades, como no Campus de Aquidauana, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Ainda que muito tenham conquistado, esses sujeitos indígenas se encontram na condição de atravessamento infinita, descrita por Nolasco (2016), a partir dos estudos de Anzaldúa: existe uma ferida aberta que não para de sangrar, que rememora a condição guerreira desses sujeitos, condenados ao pisarem "em terra estranha". Condenados pelo olhar do outro, de intolerância, de aceitação forçada. Os sujeitos continuam, quer no campo ou nos centros das cidades, sob o olhar imperial de um colonizador disfarçado de senhor protetor. (Nolasco, 2016).

O enunciador insere-se em um interdiscurso de escravidão, em "Nós estamos libertando". Só precisa de liberdade quem está preso. O sujeito sugere que ele e seu governo são os responsáveis por esse processo de libertação. E assim, R9 enfatiza o que considera como a condição do indígena: "preso" em valores culturais, em ideias de preservação da natureza, de conservação dos solos e das matas. Desse modo, a liberdade é conquistada apenas com a rendição aos princípios capitalistas, ao agronegócio, aos benefícios que o dinheiro pode trazer.

Uma formação discursiva rural é ativada em "o campo está feliz com a gente", e é importante destacar que essa felicidade não se estende a todos os que nele trabalham. Enquanto de um lado há lucro e sobra, no outro extremo a comida não chega à mesa. O nível

de insegurança alimentar moderada e grave no Brasil está com patamares semelhantes aos de 2004. Isso se deve não apenas à pandemia do COVID-19, mas, também, a um desmonte que vem ocorrendo desde 2019, começando com a redução dos estoques públicos de alimentos. (Colabora, 2021).

A justificativa para a alegria dessa parcela de beneficiados é anunciada na sequência do enunciado: “nós não marcamos mais terra indígena”. É importante salientar que mesmo produzindo discursos que contrariam os direitos indígenas, Jair Bolsonaro recebe condecorações, como, por exemplo, a “Medalha do Mérito Indigenista”, obtida em um evento em Brasília, em março de 2022. Na ocasião, o presidente chegou a segurar uma criança no colo e a dançar com alguns indígenas que participaram do evento. Bolsonaro também usou um cocar indígena durante toda a cerimônia. Entretanto, desde que tomou posse no Planalto, em janeiro de 2019, o presidente não reconheceu uma única terra indígena e defende, de maneira veemente, a exploração dos territórios protegidos por lei (UOL, 2022).

O emprego do verbo “chega”, no modo imperativo, produzindo o efeito de sentido de que algo deve parar, deve deixar de existir. A utilização do modo imperativo corrobora o autoritarismo de Bolsonaro em seus discursos, localizado sempre em uma posição hierárquica mais alta do que a de seus interlocutores: ele é o maior representante político do país, ocupa o cargo mais elevado. Essa postura do Presidente atinge alguns picos. Para exemplificar, no ano de 2020, Jair Bolsonaro fez uma convocação ao povo brasileiro para manifestações contra o Congresso Nacional. Acerca desse episódio, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, expôs que:

> Essa gravíssima conclamação [...] revela a face sombria de um presidente da República que desconhece o valor da ordem constitucional, que ignora o sentido fundamental da separação de poderes, que demonstra uma visão indigna de quem não está à altura do altíssimo cargo que exerce e cujo ato, de inequívoca hostilidade aos demais Poderes da República, traduz gesto de ominoso desapreço e de inaceitável degradação do princípio democrático!!! O presidente da República, qualquer que ele seja, embora possa muito, não pode tudo, pois lhe é vedado, sob pena de incidir em crime de responsabilidade, transgredir a supremacia político-jurídica da Constituição e das leis da República! (Schuquel, 2020).

Na sequência, o verbo “chega”, no modo imperativo, é utilizado novamente pelo sujeito, agora acrescido da expressão “não dá mais”, que reforça a intolerância do sujeito diante da possibilidade de mais demarcações de terras para os indígenas. R9 usa o vocábulo “disso” (a forma contraída da preposição "de" com o pronome demonstrativo "isso") para retomar seu argumento de que 10 mil indígenas ianomâmis possuem “uma área equivalente a

duas vezes o estado do Rio de Janeiro" e transferindo para essas reservas a responsabilização pelos conflitos gerados nas questões que envolvem a luta pela terra.

Como ocorre também em R7, o sujeito destaca, no final do enunciado, que as reservas constituem um entrave ao agronegócio, dificultando o caminho para o desenvolvimento do nosso país. Essa reiteração nos discursos de Bolsonaro - não há arquivo sem uma técnica de repetição e sem uma determinada exterioridade, o arquivo deve garantir a possibilidade de memorização e de reprodução (Derrida, 2001a) - que caracteriza o indígena como obstáculo ao progresso, começa a se "normalizar" e a ganhar roupagens de "verdade". Uma verdade, pois, engendrada pela repetição, pela divulgação nas mídias, pela influência e poder de quem fala. Isso nos remete à "biopolítica", descrita por Foucault (2008b), como tecnologia do poder, que lida com marcos regulatórios da vida das populações. A "biopolítica" concebe esferas de verdade e regimes de aceitabilidade para os indivíduos, e, a partir daí, constrói estruturas de tal maneira que os sujeitos passam a considerá-las como normais/naturais.

> **R10: Lá** tem **nióbio,** que é **tão ou mais importante do que o petróleo**, e demarcaram, **estão matando** o Estado de Roraima, **estão acabando** com Dourados, aqui em Mato Grosso do Sul. [...] **não estão defendendo o índio**, **estão defendendo terra rica** e **acabando com a diversidade** para que o primeiro mundo, pressionando, **torne dependente** estas áreas e as explore. [...] tem índio yanomami falando inglês melhor do que professor. (Midiamax, 2015).

Estas foram algumas das conclusões do então deputado federal Jair Bolsonaro (sem partido-RJ), quando questionado sobre polêmicas envolvendo demarcações de terras para grupos de índios, um dos principais motivos de conflitos com fazendeiros em Mato Grosso do Sul. O pronunciamento foi feito na sede do Comando-Geral da Polícia Militar, em Campo Grande (MS), onde foi homenageado com a Medalha Tiradentes, em 22 de abril de 2015. Em seu discurso, o deputado cita a Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, dizendo que a demarcação do território "está matando" economicamente o Estado.

O Brasil é o maior produtor de nióbio do planeta, respondendo por cerca de 90% da produção mundial. O minério é usado na produção de aço de alta resistência e está presente em setores como transporte, engenharia, indústrias nuclear, espacial e no desenvolvimento de novas tecnologias. Em 2019, o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Alexandre Vidigal, destacava o minério entre os três produtos mais exportados pelo Brasil: "O nióbio tem uma participação bastante importante no cenário da mineração brasileira. É o terceiro item da pauta de exportações, com valores na ordem de US$ 2 bilhões. É algo bastante relevante". (Planalto, 2019). O nióbio pode ser usado

atualmente em automóveis, turbinas de avião, gasodutos, navios, aparelhos de ressonância magnética, aceleradores de partículas, lentes e até piercings e bijuterias.

O sujeito inicia o discurso com o uso do dêitico “lá”, que se refere à Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, como sendo um lugar que tem sofrido as consequências das demarcações: os indígenas estariam, segundo o enunciador, “matando” esse estado. Considerando a materialidade linguística das perífrases verbais no gerúndio, “estão matando” e “estão acabando”, que representam ações no presente, os indígenas são responsabilizados, pelo sujeito, por cometerem atos vinculados, de modo geral, ao branco, sempre com sede de capital e sem se importar com os efeitos colaterais do lucro econômico.

“Tão ou mais importante do que o petróleo” corrobora a inversão de papéis (o branco como vítima e o indígena como o carrasco) provocada por R10, ao comparar o nióbio ao petróleo. Para o sujeito, o indígena tem, sim, interesse pelas riquezas minerais e quer obter vantagens financeiras: ele é conhecedor do que existe debaixo da terra e do que pode usufruir dela e, por essa razão, a demarcação teria sido feita. A imagem que o sujeito tem do indígena vai ao encontro de sentidos cristalizados pelo social.

R10 nos remete ao pronunciamento do Presidente, na ONU, em setembro de 2020, acerca dos incêndios na Amazônia, em que Bolsonaro afirmou serem os indígenas culpados. De acordo com o chefe do Executivo, a floresta do Brasil é úmida e isso não possibilita a propagação do fogo em seu interior. Ele alegou que “Os incêndios acontecem praticamente nos mesmos lugares, no entorno leste da floresta, onde o caboclo e o índio queimam os seus roçados em busca de sua sobrevivência em áreas já desmatadas”. (Phellipe, 2020).

Como já dito, onde há poder, há resistência e, no que se refere a essas resistências, Foucault (1990, p. 91), explica que elas são “possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício”. O indígena não se cala diante da acusação do branco. Quatro dias depois do discurso de Bolsonaro na ONU, o cacique Raoni Metuktire procurou jornalistas em Sinop, no norte do Mato Grosso, e acusou o presidente de mentir. “Ele [Bolsonaro] diz no jornal que índio está botando fogo no planeta, isso é pura mentira. São os próprios fazendeiros. Madeireiros, garimpeiros estão prejudicando a natureza. Eles estão botando fogo no planeta”, disse o líder indígena. “O fogo vem de fora; vem das fazendas”, entende Alessandra Guató. Ela afirma que não pode afirmar se o fogo foi colocado de forma intencional e pediu investigação da polícia. (Lopes; Nunes, 2020).

Acerca da situação em Dourados, descrita pelo enunciador, podemos ilustrar um trecho da reportagem encontrada no site “A Crítica”, publicada em maio de 2021, em que a

situação de abandono vivida pelos indígenas foi levada a debate pelos deputados estaduais, na Câmara:

> Denuncio a situação de abandono que vive a maior aldeia urbana indígena de Dourados, onde estão representadas as etnias guarani, kaiowá e terena. Essa situação se agravou muito fortemente, ao longo dos últimos 12 meses, em razão da pandemia da Covid-19". [...] Falta insumos, equipamentos de proteção, medicamentos básicos e até mesmo contínuos para quem tem diabetes, hipertensão ou outras condições de saúde necessárias para centenas de pessoas cadastradas. Lá vivem mais de 17 mil indígenas que fizeram a ocupação de forma ordeira e pacífica, no pólo distrital, que agora vivem de forma insalubre". [...] No pólo da Sesai, carros estão apodrecendo nos pátios, estes carros deveriam estar fazendo o atendimento aos índios, e estão abandonados no pátio do prédio da Dsei. [...] Estou aqui para denunciar o que acontece, para que não volte a acontecer em Dourados o retrato fúnebre de 2004, de miséria de desnutrição infantil em nossas aldeias", reiterou. (Mesquita, 2021).

Como se vê, não são as reservas que estão "acabando" com Dourados, nem com qualquer outra região. O indígena não está enriquecendo com as terras. Mesmo em condições precárias, ele resiste, vai à luta e continua defendendo os seus costumes, suas tradições e história. Ainda assim, para o sujeito, os indígenas só "estão defendendo terra rica", ocorrendo em R10, mais uma vez, uma representação de uma ação no presente e de forma contínua, que se verifica pela utilização da perífrase verbal no gerúndio.

Em "para que o primeiro mundo, pressionando, torne dependente estas áreas e as explore", o efeito de sentido que emerge é o de que as reservas são aliadas dos países do primeiro mundo. Os indígenas estariam "mordendo a isca" e entregando as reservas aos países estrangeiros. Segundo o sujeito, a demarcação faz com que as áreas preservadas fiquem mais vulneráveis a esses países, que de modo constante, "pressionam" e, assim, conseguem a exploração das terras e estabelecem uma relação de dependência, com benefícios aos estrangeiros. Deixar essas terras nas mãos do agronegócio brasileiro seria, portanto, a saída para os indígenas não caírem em mãos erradas.

### 5.3. Representação do sujeito/presidente sobre o indígena

A história das relações dos diversos povos indígenas brasileiros com a chamada sociedade envolvente, do período colonial até o presente, foram marcadas por diversos conflitos. Nesse sentido, as considerações de Guerra e Souza (2015) sobre grupos ou comunidades minoritárias, corroboram o olhar de indiferença dado ao indígena e àqueles que se encontram à margem do poder estatal. O indígena mantém-se no imaginário social como um estrangeiro, indesejável, alguém digno de esquecimento, de banimento, que perturba, mas

que ocupa um lugar "no inconsciente, na memória, nas reminiscências de um passado". (Guerra; Souza, 2015, p. 132).

Este terceiro e último eixo é composto por mais cinco recortes, que trazem à baila discursividades de Bolsonaro que demonstram o total desprezo do branco pelas comunidades indígenas (as histórias de cada povo, suas culturas, seus valores e tradições).

O primeiro desses recortes, a declaração do Presidente Jair Bolsonaro (R11), publicada no site UOL Notícias, em 23 de janeiro de 2020, se dá nas mesmas circunstâncias descritas no recorte anterior (R10):

> **R11: Com toda a certeza**, o índio **mudou**, **tá evoluindo**. **Cada vez mais** o índio é um ser humano **igual a nós**". (UOL, 2020).

O sujeito inicia o seu discurso com a expressão "com toda a certeza", ou seja, gera o efeito de convicção na sua fala, sem abrir espaço para qualquer faísca de dúvida. Fala, pois, com propriedade sobre o assunto, na ilusão de que domina o discurso, de que tem o controle do seu dizer.

Em R11, a afirmação do Presidente Bolsonaro é perpassada pela ideia de que os indígenas ainda não são seres humanos. Tal pensamento remete-nos às visões dos séculos XV e XVI, em que os humanistas consideravam indígenas/selvagens inferiores, ou seja, sub-humanos: uma realidade tão verdadeira hoje quanto era no período colonial, pois o pensamento moderno continua atuando por meio de linhas abissais que dividem o mundo humano do subumano (Sousa-Santos, 2007). Questionavam se eles tinham alma[63] (Sousa-Santos, 2009). Há um olhar de superioridade e naturalização dessas relações, como se essa perspectiva, construída pelo colonizador, do "outro", que é estranho à sua cultura, fosse a única possível. Assim, a luta, muitas vezes sangrenta, pela posse das terras se justificou pelo argumento dos indígenas serem um povo bárbaro, incivilizado, o que legitimou a violência durante a conquista. (Dussel, 2009).

O que ocorre, no discurso do Presidente, é a tentativa de apagar as diferenças entre branco e indígena. A homogeneização é a melhor opção. Dessa forma, seu discurso é baseado

---

[63] A Igreja Católica desenvolveu, a partir de 1507, diversos concílios para tratar da questão dos "novos povos" da América. Os principais temas desses debates foram a "natureza humana" dos indígenas e a expansão da fé católica. Entretanto, não houve um consenso entre os doutos clericais, uma das facções propôs a incorporação desses povos à *respública christiana*, outra recomendou domesticar os corpos por meio da conquista espiritual, fazendo valer a doutrina da guerra justa. Apesar das propostas serem divergentes, havia uma convergência, o reconhecimento da alma ameríndia. A presença à época, de argumentos que validavam a conquista ou a escravidão, necessariamente, envolvia justificativas sobre a existência da alma, tanto para impedir quanto para legitimar. Uma facção, de teólogos e conquistadores, defendia que o "índio" deveria ser classificado pela selvageria de sua alma, um animal sem inclinação natural para a sociedade. E que a inserção destes à universalidade católica e o direito natural seria por meio da servidão. Assim seria necessário o trabalho compulsório e o cativeiro para a salvação da alma[...] (Regiani, 2018)

no modelo ocidental: do homem branco e da sociedade capitalista. Para o Presidente, o indígena deve se enquadrar nas diretrizes capitalistas, do consumo compulsivo e das novas tecnologias.

Tais ideias vão ao encontro do que Quijano (2005) denominou como “Colonialidade do poder”, que engloba a ideia de raça e uma nova relação de trabalho que se estabeleceu a partir da ligação social entre conquistadores e conquistados. Foram sendo definidas raças “inferiores” aos conquistadores, dentre elas, o indígena e o negro. Assim, ambos foram historicamente racializados e submetidos a um regime laboral de exploração e escravidão inerentes ao sistema capitalista. (Quijano, 2005).

Segundo Quijano (1999), a Colonialidade do poder se sustenta e perpetua até hoje por causa da dependência histórico-cultural em que a dominação dos povos colonizados teve como base a ideia de raça, colocando o homem branco europeu como “modelo” de perfeição. A partir de tal pensamento houve a definição de uma nova identidade da população nativa colonizada: o índio.

O que não podemos deixar de mencionar, a esse respeito, é que a inserção dos indígenas no contexto social, que se formou no pós-colonialismo, causou grande miséria entre eles. “Miséria que era impossível no tempo do Inca. A situação do índio tinha piorado visivelmente com a presença da modernidade”. (Dussel, 2009, p. 325).

A modernidade e a colonialidade coexistem, elas caminham juntas. São dois lados de uma mesma construção histórica. Uma não existe sem a outra. Para que houvesse conquistas, desenvolvimento e avanços, numa lógica racional e universal, as diversidades e diferenças deveriam ser invisibilizadas, descartadas e negligenciadas. Dessa forma, a colonização se estendeu além do espaço geográfico, interferindo nos seres e em seus saberes. Os povos indígenas são subalternizados e suas verdades se tornam invisíveis na sociedade. As únicas verdades que prevalecem são as dos conquistadores e dominadores, que se apresentam como civilizados, (re)produzindo discursos em prol de valores universais, oriundos de uma visão eurocêntrica que surge com o pensamento moderno, a partir das invasões na América Latina, referenciando o contexto brasileiro.

Para amenizar as desigualdades e as injustiças sociais, Mignolo (2021) traz à baila a opção decolonial como postura de resistência e luta diante de situações. A escolha do termo “opção” não é por acaso, pois a ideia é deixar que as pessoas façam suas escolhas, não impor outra verdade para tomar o lugar do modelo ocidental dominante. Nessa perspectiva, o pensamento descolonial presume um rompimento epistêmico e político com o conhecimento imperial, em que se pode questionar, por exemplo, a razão de salvar o capitalismo e não os

seres humanos, ou motivo de socorrer uma entidade abstrata e não as vidas humanas destruídas pelo capitalismo. (Mignolo, 2021).

Em R11, ao utilizar o verbo “mudou” no pretérito perfeito, o Presidente expressa uma ação concluída, reconhecendo que o indígena não é o mesmo de antes: ele está em um novo estágio, visto de maneira positiva pelo sujeito. De acordo com o sujeito, não ser mais o mesmo indígena é algo excelente, uma vez que ele deve progredir, parecer-se “cada vez mais” com o branco. Uma tentativa de “marcar” o indivíduo, ingressando-o em determinada cultura e não em outra, ou seja, desfazendo-se de determinados arquivos (da cultura indígena) e elegendo outros (da cultura do branco) como melhores/superiores. (Derrida, 2001a).

Entretanto, ao considerarmos a materialidade linguística da perífrase verbal “tá evoluindo”, temos uma ação contínua, que considera o processo de evolução do indígena como inacabado. E qual grau da evolução humana o indígena já teria alcançado? O fato é que o enunciador delimita o topo dessa escalada: tornar-se “igual a nós”, ou seja, igual ao branco. O indígena só alcançará o ápice da evolução humana quando adquirir os hábitos da sociedade capitalista, ou seja, destruindo florestas, animais, poluindo ambientes em nome do progresso econômico. Acompanhemos, pois, um discurso que confronta a declaração do Presidente:

> Seremos mais humanos não na medida em que nos pareçamos menos com os indígenas que continuam sendo os guardiões da terra, mas em que, como eles, não nos desconectemos daquilo que são nossas verdadeiras raízes, que não são as da tecnologia. Ela é apenas um instrumento que facilita nossa vida e ajuda a nos conectarmos melhor uns com os outros, mas nunca será um substituto que nos torne mais humanos, mais espirituais, mais com gosto de terra.
>
> Por que as crianças gostam tanto de brincar e se sujar de barro? Ou tomar banho nuas nos rios? Ou subir em uma árvore para saborear uma fruta madura? Uma mulher indígena me ensinou uma vez na Itália que os figos mais doces são os que foram bicados pelos pássaros porque eles só comem os mais maduros.
>
> Não, não são os índios que estão se humanizando porque começam a se parecer mais com o homem moderno, a amar a fria tecnologia e a se separar da natureza. Como escreveu em sua coluna em *O Globo* o agudo analista Arnaldo Bloch, não são os índios que estão começando a se humanizar, mas é o presidente Bolsonaro que “cada vez menos é um ser humano igual a nós”. Pelo menos assim parece àqueles que acreditam que ainda temos muito a aprender com os que chamamos de índios e que certamente entendem melhor do que tantos outros o que significa ser verdadeiramente humanos (Arias, 2020).

O branco sempre oferece uma “ajudinha”, no intuito de ajudar o indígena a evoluir. Para ilustrar, podemos trazer o exemplo da Construção da Transamazônica[64]. Símbolo do

[64] Construída no governo de Emílio Garrastazu Médici, entre os anos de 1969 e 1974, é uma obra de grande proporção que ficou conhecida como uma “obra faraônica”. Para sua construção, o governo mobilizou para a região aproximadamente quatro mil homens (entre 1970 e 1973), com o intuito de abrir estradas e estabelecer a

fracasso do projeto de integração conduzido pela ditadura militar, a BR-319 é a única ligação por terra de Manaus (AM) ao restante do Brasil, via Porto Velho (RO). Dos 885 km inaugurados em 1976 e que cortam um dos blocos mais preservados da floresta amazônica, cerca de 450 não estão asfaltados. A dificuldade de locomoção desacelera o desmatamento na região, mas o plano de reconstrução da rodovia tem dado ainda mais fôlego às atividades ilegais. O progresso vem, a evolução chega, as regiões do país são interligadas, especialmente a região Norte, com o restante do Brasil. Porém, na procura de uma Rodovia Transamazônica para chamar de sua, o governo de Jair Bolsonaro (sem partido) coloca indígenas e comunidades tradicionais na mira de invasores, sob a antiga promessa de desenvolvimento econômico (Pajolla, 2021). Sem a fiscalização efetiva dos órgãos federais, o asfaltamento pode permitir o avanço da fronteira agrícola e causar danos socioambientais irreparáveis.

Ao delimitar e estabelecer como limite a igualdade com o homem branco, com a expressão "igual a nós", o Presidente Jair Bolsonaro mostra em seu discurso a rejeição a outras etnias, fazendo emergir o efeito de sentido de que as diferenças ou particularidades dos indígenas seriam a causa das dificuldades enfrentadas por eles, ou seja, andam na contramão do sistema quando desconsideram o homem branco como uma referência de comportamentos, de ações e valores. Há, portanto, o menosprezo das complexidades e contribuições das várias culturas indígenas, o que diverge de outra forma de entendimento dos conflitos e diferenças, vindos das Epistemologias do Sul. Para elas, as opções à epistemologia dominante iniciam, quase sempre, da crença de que o mundo é epistemologicamente desigual e de que essa diversidade não pode ser vista como algo negativo, uma vez que configura a capacidade humana de produzir experiências sociais com inteligibilidade e intencionalidade. (Sousa-Santos; Meneses, 2009).

As Epistemologias do Sul têm como proposta o reconhecimento de outros saberes/conhecimentos que não se enquadram nas teorias universais, oriundas de um único contexto que vem sendo estabelecido pela matriz colonial de poder do sistema-mundo patriarcal/capitalista (Grosfoguel, 2009). "As Epistemologias do Sul visa[m] afirmar essa alternativa sem que seja uma alternativa, isto é, é a afirmação e outra maneira de ser, de estar, de pensar, de existir e de resistir". (Sousa-Santos, 2020, s/p).

---

comunicação entre as cidades. A rodovia tornou-se a terceira maior do país, com quatro mil quilômetros, percorrendo os estados da Paraíba, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. A Transamazônica corta o Brasil no sentido leste-oeste, por esse motivo, é considerada uma rodovia transversal. Entretanto, grande parte dela não é pavimentada. Os extremos da rodovia são respectivamente em Cabedelo (Paraíba) e Lábrea (Amazonas). Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/brasil/transamazonica.htm. Acesso em: 24 maio 2022.

> **R12:** Índio não fala **nossa língua**, **não tem dinheiro**, é um **pobre coitado**, **tem que ser integrado** à sociedade, não **criado** em **zoológicos milionários**. (Maia, 2019).

O discurso foi pronunciado em 2015. Bolsonaro, ao receber uma homenagem da Polícia Militar em Campo Grande (MS), afirmou que os indígenas tinham a posse das terras mais ricas do Brasil e eram alheios à sociedade atual, sendo manipulados por grupos estrangeiros, vivendo em zoológicos milionários.

Ao iniciar seu discurso sobre o indígena, o sujeito utiliza o pronome possessivo "nossa", para referir-se ao substantivo "língua". Trata-se da língua portuguesa, utilizada pelo branco, pelos "verdadeiros brasileiros". O uso desse pronome resulta no efeito de sentido de pertença, de alguém que, quando fala de algo que é seu, afirma que também é do outro, uma necessidade que não é só dele, mas de toda uma sociedade. Embora não sejamos um país monolíngue, os estudos oficiais assim nos classificam. O indígena só existe se tem nome na língua oficial (língua portuguesa), o que já é um exemplo de desrespeito à cultura indígena.

R12 faz alusão, pois, à chegada dos jesuítas ao Brasil. Como conhecidos intelectuais que eram, os jesuítas logo conseguiram assimilar e compreender as línguas nativas faladas pelos índios. O conhecimento dessas línguas, ao longo dos anos, relacionado à estrutura da língua portuguesa, possibilitou aos jesuítas a criação de um novo idioma, que passou a ser usado (a nova língua foi imposta aos indígenas) em quase todo o território colonial brasileiro. Esse idioma ficou conhecido como "língua-geral" ou "língua brasílica[65]". Com ela, houve um maior entendimento da organização social dos índios e, por conseguinte, a abertura do caminho para a ação de conversão operada pelos jesuítas. (Fernandes, 2022).

As concepções modernistas estão presentes nesse discurso, em que se nota a necessidade de um controle do comportamento social, por isso padronizar, universalizar, homogeneizar, restringir e hierarquizar estão presentes no discurso de quem valoriza a necessidade de fixar modelos (de língua, de relações de trabalho, de educação e de processos identificatórios). Essas questões permeiam e interferem no modo de vida na sociedade. Nessa lógica, a cultura, enquanto espaço coletivo do social, constituiria uma estrutura consolidadora para a natureza humana, norteadora do comportamento e sem a qual o homem se autodestruiria. Logo, a cultura passou a ser observada como um instrumento eficiente para conduzir todas as ações humanas. (Menezes de Souza, 2010).

---

[65] O processo de desaparecimento desse idioma ocorreu com as reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal, ministro da coroa portuguesa, no século XVIII. Um dos pontos das reformas de Pombal era a expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas a fim de ter maior controle institucional, já que os jesuítas possuíam um grande peso na organização social do Brasil Colônia. Com a perseguição e expulsão dos jesuítas, o uso da língua-geral ficou comprometido, ocorrendo, pois, o seu desaparecimento. (Fernandes, 2022).

O discurso desenvolvimentista e de integração nacional da década de 1970, do regime militar, emerge em R12. Na ditadura militar, a perda das liberdades políticas era compensada pela modernização crescente. O chamado "Milagre Econômico", no governo de Médici (1969-1974), por exemplo, parecia demonstrar que o país havia encontrado o caminho do desenvolvimento. Somado à conquista da Copa de 70, instaurou-se um clima de euforia no país. Não é de hoje que as questões econômicas se sobrepõem ao bem-estar, ao social e ao ambiente. O país deve crescer, não importa se vidas serão torturadas ou sacrificadas.

A expressão "não tem dinheiro" corrobora a valorização dada pelo branco aos valores capitalistas, que têm como objetivo o progresso, que já traz implícita uma condição de hierarquização que conduz ao dualismo. Assim, temos expressões que se opõem, como primitivo e civilizado; atrasado e desenvolvido. Para o sujeito discursivo, dinheiro é fundamental. No que concerne ao capitalismo neoliberal, no mundo contemporâneo, a sociedade nacional enfrenta, de modo constante, novos desafios, que influenciam a produção dos discursos e a constituição identitária dos sujeitos. O indígena busca, assim, um lugar de resistência à opressão capitalista, ou seja, ao poder dominante. Do período do processo de colonização até a contemporaneidade, poder dominante e comunidades indígenas vivem em uma área conflituosa, diante das investidas para civilizar o indígena e de discursos que o colocam como empecilho para o progresso.

Civilizar e progresso fazem parte do arquivo colonial. São palavras utilizadas nos discursos de forma positiva para promover (re)ações nas pessoas, com objetivo de contribuírem para a continuidade e reprodução do sistema capitalista pertencente a matriz colonial. Pensadores iluministas pronunciavam, constantemente, ideias semelhantes a esta: "a preguiça e a miséria andam juntas" como forma de culpabilizar quem ainda não estivesse empregado ou quem estivesse estacionado para que se empenhassem mais. Tudo em prol do progresso!

E se não possui dinheiro, o indígena, na visão do Presidente, é um "pobre coitado", portanto, digno de pena, desgraçado, infeliz, mísero, uma pessoa que tem carência do necessário à sobrevivência, de acordo com a explicação de Ferreira (2004). Diante disso, somente a aproximação cultural com o branco poderia salvá-lo da situação de miséria, sinalizada pelo sujeito discursivo. Entretanto, quando se fala de sobrevivência para o indígena, tudo se resume à terra. A terra exerce papel fundamental para os grupos indígenas. Ela representa vida, reprodução, manutenção de valores, preservação das tradições e práticas culturais. Em contrapartida, a questão da terra para o branco está cercada de interesses políticos e econômicos. Desde o progresso da década de 70, período em que, no nosso país, a

população das cidades se torna maior que a do campo, até o agronegócio dos dias atuais, o branco enxerga somente o que ele pode extrair da terra e como essa exploração pode enriquecer não o país, como um todo, mas uma pequena parcela de privilegiados que obtém vantagens por meio de ações que desrespeitam a natureza, em nome do desenvolvimento.

Quem não se enquadra nos pré-requisitos de uma sociedade capitalista é tido como fracassado, alguém que não se empenha o bastante para conseguir um espaço no mercado de trabalho e desfrutar da liberdade, limitada à escolha de um emprego e às opções de compras. Discursos como esse circulam nos meios sociais, especialmente no Brasil, onde há polarizações ideológicas. Nessa visão, a situação de pobreza/miséria, é resultante do sistema injusto implantado, que gera desigualdade e exclusão. Nele, os marginalizados não conseguem sobressair. A cultura torna-se um instrumento de regulação social, portanto, um instrumento de poder. Para tanto, há disseminação e reprodução da ideia de que todos têm as mesmas oportunidades ou de que todos querem fazer parte dessa estrutura econômica e social, que historicamente sofreram os seguintes deslocamentos forçados: do cristianiza-te ou "dou-te um tiro" do século XVI, para o "civiliza-te ou dou-te um tiro" do século XIX, para o "desenvolve-te ou dou-te um tiro" do século XX, para o recente "neoliberaliza-te ou dou-te um tiro" dos finais do século XX e para o 'democratiza-te ou dou-te um tiro' do início do século XXI. O que se vê, portanto, é que não foram respeitadas as práticas culturais, as maneiras de democracia indígenas não foram reconhecidas. Somente a forma liberal da democracia tem legitimidade, qualquer outra, que seja divergente, é rechaçada. E caso a população não-europeia ignore os requisitos da democracia liberal euro-americana, esta é exigida pela força, em nome da civilização e do progresso. (Grosfoguel, 2009).

Nesse constructo, há culturas legitimadas e não legitimadas, e o discurso vindo de quem está integrado em uma cultura "válida" assume uma posição de superioridade para assegurar que não existem outros saberes, diversidade cultural, lutas por igualdade, direitos humanos e justiça social. (Orlandi, 2012b).

Na perífrase verbal "tem que ser", tem-se o efeito de sentido de obrigatoriedade, ou seja, o indígena "deve" ser integrado. Ele não tem opção, pois precisa estar do "lado correto", na visão do sujeito discursivo. E "integrar-se" é o mesmo que "passar a fazer parte de um grupo ou coletividade; sentir-se parte de alguma coisa", conforme Ferreira (2004). Para tanto, é o indígena quem precisa se adequar ao novo grupo, ao modelo de sociedade capitalista, para, então, sentir-se parte dele. Isso implica desconsiderar sua cultura, seus valores, sua língua e tradições, atingindo-o de forma violenta, como se observa a seguir. "A identidade

étnica e a identidade linguística são unha e carne – eu sou minha língua. Eu não posso ter orgulho de mim mesma até que possa ter orgulho da minha língua.” (Anzaldúa, 2009, p. 312).

Essa tentativa de anulação do outro, pelo branco, ainda nos dias de hoje, remete-nos, mais uma vez, ao período colonial. As providências adotadas para integrar os indígenas na sociedade colonial, há cerca de 500 (quinhentos) anos, não foram favoráveis aos indígenas: aldeias foram invadidas, terras ocupadas e tiveram de trabalhar para o branco. Os discursos (re)produzidos nos dias atuais encontram raízes nas discursividades do passado, em um arquivo colonial ainda muito presente na sociedade contemporânea.

Muitas línguas indígenas foram disseminadas junto com os seus povos e dos milhares existentes no Brasil, na época da colonização, restam apenas centenas, todas em estágios de extinção. Várias etnias indígenas deixaram de se comunicar por meio da sua língua nativa e passaram a usar o português, como os quiriris e os pataxós localizados na Bahia. (Peixoto, 2016). É uma tentativa de criar estruturas estáveis para línguas e culturas, o que na verdade não funciona, pois elas são dinâmicas, híbridas, uma vez que “o sentido está num efeito da interação entre as palavras usadas, os usuários e a situação, não podendo ser [...] identificada ou limitada com qualquer desses elementos separadamente”. (Menezes de Souza, 2010, p. 303).

As ideias de Foucault (1996) exploram os dispositivos, as instituições e os aparelhos que disciplinam os corpos. Como produto do processo de subordinação ao poder, o assujeitamento exige sempre um “outro”. É na relação dialógica que se constrói o sujeito. É no envolvimento com o outro e, como resultado, no distanciamento que depois manterá com o outro que o sujeito vai se constituindo. Dizer que o indígena “tem que ser integrado à sociedade” é, portanto, discipliná-lo. Essa disciplina exteriorizada por Foucault (2000a) caracteriza a ânsia do sujeito de normatizar a conduta do outro, assujeitando-o por meio das relações de poder. A docilidade dos corpos faz que estes, por meio de certos mecanismos, como, por exemplo, o da disciplina, possam ser dominados, sendo normalizados e regularizados, a fim de que se cumpram determinados objetivos.

O sujeito (re)produz, portanto, enunciados oriundos da posição em que se encontra: a de Presidente da República Federativa do Brasil, maior autoridade do Poder Executivo do país. Tais discursos dialogam, todo o tempo, com outras discursividades (interdiscursos) presentes desde o início da história da nossa nação: de que o indígena precisa seguir o modelo e as regras impostas pelo branco.

Foucault (1990, p. 134) declara que “por milênios, o homem permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivente e, além disso, capaz de existência política; o homem

moderno é um animal em cuja política está em questão a sua vida de ser vivente". Em R12, ao utilizar o verbo no particípio "criado", o sujeito traz à tona o efeito de sentido de que os indígenas são vistos pelo branco como verdadeiros animais em "zoológicos". É uma desqualificação do outro. Animais não falam, não possuem voz. O discurso do Presidente traz marcas de exclusão, de marginalização do indígena: ele é tratado como bicho, como um ser que não possui razão, raciocínio, um subumano. Essa representação selvagem do indígena coloca-o como alguém que apenas vive, porém, não possui existência, ou seja, não é notado pela sociedade envolvente.

E como se não bastasse, para o sujeito, esse ser "desprezível" mora em "zoológicos milionários", uma referência dada pelo sujeito às terras ocupadas pelos indígenas no território brasileiro. Já mencionamos que o interesse que o branco possui pela terra é diferente do modo como o indígena trata essa questão. O branco, que é capitalista, enxerga a terra como um empreendimento, um bem financeiro. Diferente desta (mas não desligado desta), o indígena a considera com o sentido de terra-mãe. Sendo o filho da terra, o indígena possui direito a uma herança. Para ele, a terra também está vinculada a um lugar de origem.

O indígena procura no passado soluções para a situação de segregação vivenciada pelas comunidades nos dias de hoje. Ancorando-se nesse passado, o indígena encontra segurança e abrigo, longe da influência do branco e suas ambições econômicas. A terra exerce, pois, papel crucial para os grupos indígenas, representando sobrevivência, manutenção de valores, reprodução, preservação das tradições e práticas culturais. E, desse modo, eles resistem. Veja o trecho da carta do chefe indígena Seattle, ao presidente dos EUA, em 1850, quando o governo norte-americano propôs comprar as terras de seu povo, ensinando às crianças porque é tão importante proteger a natureza:

> Sabemos que o homem branco não compreende nossos costumes. Uma porção da terra, para ele, tem o mesmo significado que qualquer outra, pois é forasteiro que vem à noite e extrai da terra aquilo de que necessita. A terra não é sua irmã, mas sua inimiga, e quando ele a conquista, prossegue seu caminho. Deixa para trás os túmulos de seus antepassados e não se incomoda. Rapta da terra aquilo que seria de seus filhos e não se importa. A sepultura de seu pai e os direitos de seus filhos são esquecidos. Trata sua mãe, a terra, e seu irmão, o céu, como coisas que possam ser compradas, saqueadas, vendidas como carneiros ou enfeites coloridos. Seu apetite devorará a terra, deixando somente um deserto. (EBC, 2015).

O termo "zoológico", conforme Ferreira (2004), faz menção a um "parque onde se criam animais de várias espécies destinados à exposição pública". O mesmo autor define "milionário" como "algo/alguém muito rico; que ou aquele que possui milhões". Além de o sujeito enunciador trazer à baila as representações dos indígenas como selvagens, como

animais que possuem a finalidade de entretenimento para os humanos (índios desalmados, sem humanidade), R12 considera as comunidades indígenas como um empecilho para o progresso do nosso país, aponta as riquezas presentes nas terras indígenas, bem como o atraso que esses povos representam para o capitalismo, para o agronegócio e para o desenvolvimento econômico do país, de modo semelhante como trazido, anteriormente, no Recorte 6 deste capítulo.

Em R13, temos um enunciado recortado do pronunciamento de Jair Bolsonaro, realizado em 14 de maio de 2008, em audiência pública, na Câmara dos Deputados (De Olho nos Ruralistas, 2020). Ano em que é sancionada, pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, a inclusão e obrigatoriedade no currículo oficial da rede de ensino a temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" na Lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 11645**.** (Brasil, 2008).

Conforme destacado acima, R13 é um recorte de enunciado proferido no ano de 2008, na Câmara dos Deputados, em Brasília/DF, por Jair Bolsonaro, ainda deputado federal, durante audiência pública para discutir a demarcação de terras da Reserva Raposa Serra do Sol, momento em que o indígena Jacinaldo Barbosa lhe atira um copo de água. Vejamos:

> **R13:** "Ele **deveria** comer capim **ali fora** para **manter** as suas origens" (Sakamoto, 2018).

Nesse contexto, o pronunciamento de Jair Bolsonaro faz emergir o sentido de que a sociedade se encontra estruturada em um modelo hierárquico. O enunciador expressa sua indignação diante da situação da demarcação de terra e, ao fazer uso do verbo deveria, no pretérito imperfeito do indicativo, refere-se a um fato ocorrido no passado, mas que não foi completamente terminado, expressando, assim, uma ideia de continuidade e de duração no tempo. Usa o modo indicativo, portanto, para indicar a "certeza" de que o indígena deveria realizar a ação de comer o capim, praticada por animais. Ao igualá-lo ao animal irracional, R13 menospreza, humilha e ofende não só um indígena, de maneira isolada, mas a todos os povos indígenas, remetendo o leitor a um arquivo-colonial do indígena como silvícola e "desprovido de alma".[66]

---

[66] **"**Frei Bartolomé de las Casas, humanista em palavras e atitudes, em histórico confronto, na Cidade de Valladolid, na Espanha, com o Cardeal Sepúlveda. "Cristianismo e colonização" era o tema do debate, ainda hoje lembrado pelos argumentos do Cardeal em torno da "discutível" humanidade dos índios, seres possivelmente "desprovidos de alma". O espectro do Cardeal, envolto em vestes purpúreas, ainda atormenta e alimenta atitudes de desprezo aos índios, em pleno Século XXI". Disponível em: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-ndio-tem-alma/470633. Acesso em: 28 ago. 2021.

Estamos diante, pois, da representação de indígena como selvagem, como alguém que apenas vive, mas que é ignorado pela sociedade envolvente. São os moradores dos zoológicos, animais irracionais, incapazes, mesmo que estejam evoluindo e quase sendo iguais a nós (Recorte 11). No que tange a essa representação, numa investigação feita sob um olhar político, Agamben (2002) explica que toda tentativa de repensar o espaço político do Ocidente deve partir da nítida consciência de que muito há ainda a debater sobre a questão clássica entre zoé (caracterização da condição humana apenas sob o estrito aspecto da sobrevivência) e bios (vida política), entre vida privada e existência política, entre o homem como simples vivente, que tem seu lugar na casa, e o homem como sujeito político, com um lugar social, na cidade.

Ao utilizar os advérbios "ali fora", R13 demarca que o lugar do seu interlocutor não deve ser o mesmo que o seu: humanos/brancos devem ficar do lado de dentro, são superiores; animais do lado de fora, alimentando-se de capim. Há um desejo de distanciamento do outro, que aparece marcado no dizer. Foucault (2006) expõe que é no envolvimento com o outro e, como resultado, no distanciamento que depois preservará com o outro que o sujeito vai se "tecendo". A expressão "ali fora" dialoga com o pensamento abissal de Sousa-Santos (2009) nas discussões a respeito do lado de cá e do lado de lá da linha abissal.

Ao utilizar suas origens, o enunciador de R13, vale-se da FD histórica de que os povos indígenas são seres desalmados, silvícolas, desprovidos de qualquer necessidade, pois vivem na mata e dela tiram sua subsistência. Mas, que mata? Até isso lhes foi tirado. A terra para o enunciador e todos aqueles que ele representa (latifundiários, agronegócio, fazendeiros...) é capital, é lucro. Em contrapartida, para os povos indígenas, ela é mãe, mantenedora da subsistência dos povos com sua cultura, cosmovisão e organização social. É vida, é o sangue que jorra dos rios, em forma de água, trazendo os peixes, molhando a terra para a coleta de frutos, para a produção do alimento. Portanto, o enunciador insere-se em um interdiscurso perverso de um país "rumo ao progresso", alocado em uma memória discursiva que constituiu (e ainda constitui) um arquivo-colonial em relação a esses povos.

O uso do verbo manter, no infinitivo, produz o efeito de sentido de recusa a qualquer mudança reivindicada pelo indígena. Para ele, o indígena deve preservar a representação do imaginário presente no arquivo-colonial. Manter suas origens significa ser o mesmo indígena de mais de 500 (quinhentos) anos atrás: sem as tecnologias, dentro das aldeias, vivendo nas ocas, sem contato com o homem branco e sua organização social, econômica, política, cultural. A sociedade, como um todo, ainda idealiza o indígena do período romântico como sendo "o verdadeiro índio". E os indígenas sabem disso e utilizam ornamentos como cocares,

colares, pulseiras, vestimentas que remetem aos costumes de seus antepassados, no intuito de alimentar o imaginário social e, assim serem vistos, ganharem visibilidade positiva, em especial quando "fecham" estradas para reivindicarem os direitos à terra, ao território tradicional.

No que concerne, portanto, às discussões sobre a demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol, condições de produção de R13, emerge, para o sujeito discursivo, o sentido de que são os indígenas "estrangeiros em sua própria terra e língua, que precisam da 'bondade', da concessão, [...] da tolerância do branco para poderem negociar, discutir e legalizar a sua existência ou a ocupação das terras". (Guerra, 2013, p. 144).

> **R14: Estamos perdendo toda a região Norte** por pessoas que não querem se inteirar do **risco** que estamos tendo de ter presidentes **índios com borduna** nas mãos. G1 (2015).

O discurso foi proferido na cidade de Cuiabá, Capital do Mato Grosso, ocasião em que o deputado afirmou também ser contra a vitimização de negros, gays e índios e cotas para afrodescentes. O então deputado faz menção ao projeto Calha Norte[67], criado em 1985, no final do governo [José] Sarney, com a finalidade de vivificar a região norte do país. Segundo ele, a região estaria agora sendo demarcada como terra indígena e, portanto, desviando-se dos interesses econômicos da nação.

O sujeito inicia sua fala com a perífrase verbal "estamos perdendo", no gerúndio, produzindo efeito de sentido de prejuízo contínuo, que não cessa. É importante frisar que, no ano de 2015, a economia brasileira despencou, fazendo o país perder a confiança dos investidores, a inflação disparou e o desemprego passou a ser uma temida realidade (Almeida, 2016). Economia, portanto, era o assunto do momento e sobravam candidatos para apontarem algo que o país precisava mudar ou fazer funcionar, na opinião deles. Medidas deveriam ser tomadas para alavancar os índices de desenvolvimento. E por que não mexer, então, com as terras "paradas nas mãos dos indígenas"? Mais uma vez, tem-se a propagação de discursos que tratam o indígena como empecilho para o progresso, discursividades que não reconhecem os direitos dos povos originários sobre os territórios tradicionais.

O sujeito superestima o projeto desenvolvido na década de 1980 que tinha, como um de seus objetivos, o povoamento das regiões de fronteira do Brasil, para contrapor esse fato à

---

[67] Programa de desenvolvimento civil e militar na Região Norte do Brasil. Subordinado ao Ministério da Defesa do Brasil a partir da década de 1990, o projeto foi criado no início do governo José Sarney em 1985, tendo como objetivos fundamentais tanto de proteção quanto o povoamento das fronteiras do Brasil com a Bolívia, o Peru, a Colômbia, a Venezuela, a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa, na região amazônica. As Forças Armadas tiveram grande envolvimento na execução do projeto. (Wikipédia, 2022). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Projeto_Calha_Norte. Acesso em: 27 jul. 2022.

situação atual da região Norte: “perdida” para as reservas indígenas. Ao utilizar a primeira pessoa do plural, emergem dois lados opostos em R14: de um lado, o sujeito inclui-se em um grupo detentor (dono) das terras da região Norte; do outro, os indígenas, que prejudicam o agronegócio e outros interesses comerciais. O discurso consiste numa tentativa de vilanizar o indígena, numa batalha entre os que querem o bem para o Brasil, ou seja, os que lucram com o agronegócio, contra os grupos indígenas e suas reservas no Norte do país, que atrasam o desenvolvimento. A partir daí, é possível compreender como os efeitos de sentido que emergem desses discursos (o indígena como vilão do agronegócio e do crescimento do país, por exemplo) acabam (trans)formando verdades, produzindo discursos que circulam na sociedade acerca dos povos originários, cristalizando imagens preconceituosas, estereotipadas e depreciativas do indígena.

Com o uso do substantivo “risco”, R14 sintetiza a imagem que possui acerca do indígena: ele representa um “perigo”, conforme a definição trazida por Ferreira (2004). Ele é o inimigo a ser combatido. O General Philip Henry Sheridan (1831/1888), que promoveu o genocídio de indígenas durante a conquista do Oeste Americano, formulou a frase “Indio bom é índio morto”. Os discursos de Jair Bolsonaro, sempre reproduzidos pelas diversas mídias, dialogam com esse pensamento, na medida em que estimulam a violência contra os povos indígenas. Nessa esteira, as discursividades bolsonaristas constroem sentidos e reforçam a colonialidade, encontrando refúgio no pensamento reacionário existente no Brasil, graças ao substrato autoritário presente nas ações e no imaginário brasileiro e à nossa história de atraso na redução de injustiças e desigualdades sociais.

E se um indígena já representa um perigo, de acordo com o sujeito, imagine, pois, um presidente indígena! R14 traz em seu dizer, a representação do indígena do passado, com “borduna[68] nas mãos”. É uma visão romantizada do indígena, um conjunto de representações construídas ao longo do tempo, uma versão do indígena dos tempos do “descobrimento”. R14 dialoga, pois, com o recorte anterior (R13), ao trazer a representação do indígena como selvagem, um animal “lá fora comendo capim”. A sociedade, como um todo, tem a ideia do indígena do período romântico como sendo “o verdadeiro índio”, o que vem sendo, aos poucos, modificado por meio de pesquisas e discussões acadêmicas. No entanto, ainda existe muito trabalho a ser realizado.

Considerando que um dito não é apenas uma mensagem a ser decodificada, mas um conjunto de efeitos de sentidos produzidos em determinadas condições (Orlandi, 1999, p. 30)

[68] Arma feita com um pedaço de madeira cilíndrico, usada por alguns povos indígenas para atacar, defender ou caçar. (Ferreira, 2004).

e que o discurso delimita-se no interior da formação discursiva, que por sua vez, liga-se às relações de poder, ao que pode e deve ser dito, Bolsonaro tenta persuadir o seu interlocutor para demonstrar que a situação pode piorar se os indígenas chegarem ao poder, em um discurso com o escopo de convencer que o branco não pode deixar que o indígena assuma o controle das coisas. Ele deve ser subserviente e entender quem manda no país. Em R14, portanto, o sujeito enunciador fala também sobre si, uma vez que concebe a função de presidente da nação como a que lhe proporciona "superpoderes", que lhe conferem a capacidade de dizer e fazer o que bem entender. Um discurso criado pelo sujeito para agradar ao centro e despertá-lo, a fim de não mais permitir a abertura de espaços à periferia ou às minorias. Uma fala que alerta o branco para não mais autorizar a criação de reservas indígenas e tomar, as que já existem, para o agronegócio.

> **R15:** "**Pode ter certeza** que se eu **chegar lá** (Presidência da República) não vai ter **dinheiro** pra ONG [...] **Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena** ou para quilombola. [...] Onde tem uma terra indígena, **tem uma riqueza embaixo dela**. **Temos** que mudar **isso** daí. (Gazeta do Povo, 2017).

Sob protestos de cerca de 100 pessoas do lado de fora do clube Hebraica, na zona sul do Rio, e aplaudido diversas vezes no auditório lotado por outras 300, o deputado federal e então pré-candidato à presidência da República Jair Bolsonaro (PSC-RJ) prometeu que iria acabar com todas as reservas indígenas e comunidades quilombolas do País caso fosse eleito em 2018. Ele também afirmou que terminaria com o financiamento público para ONGs e disse que, se dependesse dele, todo mundo teria uma arma de fogo em casa.

Boa parte da "palestra", que acabou mesmo como discurso de campanha, serviu para Jair Bolsonaro criticar medidas adotadas pelos ex-presidentes petistas, sobretudo às que dizem respeito à demarcação de terras. R15 inicia com a perífrase verbal "pode ter" seguida do substantivo "certeza", uma oração de efeito persuasivo, característica de discursos de candidatura, em que o enunciador tenta passar a ideia de que seu discurso é claro, conciso, sem sombra de variação ou dúvida, o que nos remete à teoria pecheutiana dos "esquecimentos" nº 1 e nº 2. Segundo o autor, no esquecimento um, o sujeito tem a ilusão de que é o inventor absoluto do seu discurso, a fonte do sentido, eliminando tudo que remeta ao exterior de sua formação discursiva, quando o que faz é retomar sentidos pré-existentes; no esquecimento dois, o sujeito tem a ilusão de que tudo que ele diz possui somente um significado, que será apreendido pelo seu interlocutor. Há o esquecimento de que o discurso se caracteriza pela retomada do já dito, tendo o sujeito a ilusão de que sabe e tem sob controle tudo o que diz. (Pêcheux; Fuchs, 1997, p.168-9).

Dois substantivos utilizados em R15 resumem a representação de terra que o sujeito possui: “dinheiro” e “riqueza”. Nessa esteira, é possível afirmar pela materialidade linguística que o sujeito enxerga a terra apenas com o olhar lucrativo, capitalista. Em contrapartida, o indígena permanece, há mais de 500 (quinhentos anos), resistindo à visão materialista do branco, defendendo sua cultura, suas tradições e o (re)afirmando o que acredita constituir o verdadeiro valor da terra, como no depoimento do cacique de Laranjeira Ñanderu, Farid Mariano:

> Vivemos na miséria porque não tem mais floresta, nem bicho pra gente caçar. Só tem fazenda com soja e pasto [ao redor das terras que os índios reivindicam [...] Podem nos oferecer o que for, o que queremos é permanecer onde nossos antepassados morreram. E vamos permanecer. Para o índio, conforto é ter nossa terra. (Kanindé, 2016).

Em “não vai ter um centímetro demarcado”, o sujeito deixa emergir o efeito de sentido de que o indígena não tem direito a nada. Ele posteriormente corrigiu a si mesmo, e afirmou que quis dizer “nem um milímetro”, em entrevista com a Globo News, em 3 de agosto de 2018. (Brasil, 2020). O sujeito inicia com o uso do advérbio de negação “não”, trazendo à tona, mais uma vez, um discurso de autoritarismo, hierárquico, como o de um pai que diz “não” à criança que pede algo. Diferentemente do que o branco tenta propagar por meio dessas discursividades, os indígenas, não “pedem” as terras, não se trata de um favor; os povos indígenas reivindicam seus territórios, lutam por seus direitos, pois são esses povos também responsáveis pela preservação do meio ambiente no nosso país. O indígena não aceita, calado, as declarações de Bolsonaro. Ele resiste ao poder instituído, como mostra o pronunciamento do cacique Raoni Metukire, liderança indígena brasileira, durante o 9º Encontro dos Povos do Cerrado, que denunciou o avanço da devastação do bioma, em setembro de 2019:

> Nossos ancestrais são os primeiros habitantes dessa terra, que não tinha branco. Quero falar para todos, deixar bem claro: [no passado] não tinha branco destruindo a floresta desse jeito que eles estão fazendo [...] Eu sou descendente de lideranças tradicionais. É uma honra ser líder hoje. Eu sou liderança de verdade, Bolsonaro não é um líder. Bolsonaro é um doido. É importante pensar e se unir. Bolsonaro está incentivando a destruição que está ocorrendo agora. [...] (Tatemoto, 2019).

Com o uso do pronome demonstrativo “isso”, R15 retoma a afirmação de que “onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela”. Nela, o sujeito deixa resvalar fragmentos do seu inconsciente que denunciam quem realmente está de olho no nióbio e em todos os outros minerais existentes “embaixo da terra”: o branco. Ele então, com o uso do verbo “temos”, na terceira pessoa do plural, convoca o seu interlocutor (as pessoas que

compartilham de suas ideias, que se beneficiam do agronegócio e outras atividades econômicas) para, juntos, mudarem o quadro atual de demarcação das terras. Esse verbo gera, ainda, o efeito de sentido de obrigatoriedade, de um compromisso que se deve assumir para reverter o panorama que coloca uma porcentagem do território brasileiro nas mãos dos indígenas.

O que está posto, portanto, é a afirmação de que não haverá zoológico milionário (R12) para aqueles que estão à margem. O branco, detentor de todo o poder, o presidente (uma espécie de deus maior), é quem decide se faz ou não como os Estados Unidos, que mataram, exterminaram esses povos (R4 e R5) que atrapalhavam o progresso.

# (IN)CONCLUSÕES QUE FICAM

> [...] interessante é procurar compreender como se produzem esses sentidos que se dão por evidentes e definidos. (Orlandi, 2008, p. 21)

Entendo que a linguagem é a intermediação indispensável entre o homem e a realidade natural e social. Essa intermediação nada mais é que o discurso, que possibilita tanto a permanência e a ininterrupção, quanto a mobilidade e a mudança do homem e da realidade vivida por ele. Somos, pois, constituídos pela linguagem, sua influência é constante, ela pode nos mover a estados de angústia, indignação, tranquilidade e acomodação. O que defendemos e acreditamos entra em contato com outras formas de construções de significados do "outro" e, nessa relação, há conflitos. Por isso a importância de se refletir acerca dos discursos produzidos por autoridades, a fim de verificar os seus efeitos na sociedade: são "formadores de opinião", influenciam um grande número de indivíduos ao terem seus discursos (re)publicados e, portanto, reproduzidos por quem admira ou segue suas ideias.

Os dizeres de Bolsonaro, ao longo de três décadas (ocupando espaço na Assembleia Legislativa ou, nos dias atuais, o cargo de Presidente da República), ecoam de um lugar institucional e, mesmo inconscientemente, o sujeito acredita que suas palavras resumem a "verdade" sobre os povos indígenas. Para ele, o poder parece ser somente hierárquico, mas não o é, conforme discursos que contrapõem o dizer do ex-Presidente, distribuídos entre os recortes discursivos, ao longo da terceira parte desta tese, que demonstram que o indígena não é passivo, ele resiste no momento em que o branco externaliza o arquivo colonial que constitui o branco, tendo em vista as representações formuladas sobre os povos indígenas no decorrer da história.

Refletir sobre os discursos proferidos pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro a respeito do indígena, analisando de que maneira emergem nessas discursividades efeitos de sentido de exclusão, de marginalização do outro, levou-me a considerar a representação de si do sujeito/presidente, a representação de terra do sujeito/presidente e a representação do indígena para o sujeito/presidente, observando o predomínio das questões concernentes à terra como um eixo norteador da maior partes desses discursos. Por meio do gesto analítico dos discursos de Jair Bolsonaro, ao longo de mais de três décadas de carreira política, foi possível localizar as relações de saber/poder, formações discursivas (militar, bélica, rural) e interdiscursos que sinalizam para as condições de existência/resistência dos Terena.

O sujeito/presidente (re)produz enunciados oriundos da posição em que se encontra: a de Presidente da República (ou como ocupante do cargo de deputado federal). Seus discursos dialogam com outras discursividades que transitam na sociedade brasileira, desrespeitando as culturas, as tradições, os costumes e os direitos dos indígenas sobre os territórios ocupados. As análises dos seus discursos confluem, também, com as reflexões pecheutianas de que o lugar de onde se fala é constitutivo daquilo que se diz, de maneira que os sentidos do discurso se submetem à posição ocupada por aquele que toma a palavra. (Pêcheux, 1990, p. 77).

Por maiores que sejam os cuidados no ato da fala, haverá sempre a falha, o lapso, o deslize. Pêcheux (2002) argumenta que toda descrição está exposta, essencialmente, ao equívoco da língua; todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo. Em um cenário sócio-histórico de estigmatização e de descumprimento dos direitos no que se refere à questão da terra, os discursos de Bolsonaro inferiorizam o outro, desconsideram a vontade do indígena e fazem parte do projeto de integração sempre imposto aos nativos, na história do nosso país. Segundo o ex-presidente, o indígena não sabe aproveitar os recursos da terra, precisa do auxílio do branco.

Algumas pontuações devem ser feitas sobre a fronteira existente entre indígena e branco, nos discursos do presidente Jair Bolsonaro. Falar de fronteira, segundo Anzaldúa (1987), é admitir uma separação acerca da identidade cultural, social e física que distancia os povos e suas relações de poder. Mas essa noção vai além de uma ideia de separação de diferentes culturas: a fronteira, além de representar o ponto de encontro entre as diferenças, estabelece uma espécie de ponte, é um lugar de transformação: quem passa pela fronteira, chega, ao outro lado, de outro modo; jamais regressa ao lugar de antes sem levar marcas do outro, sem as modificações inerentes ao contato. Estar na fronteira nem sempre demanda a tomada de decisão por um dos lados. O indígena se encontra nessa condição: ele ancora-se no passado, requerendo, assim, garantias, sem abdicar as conquistas do presente; alimenta o imaginário social do índio de mais de quinhentos anos, ao (re)produzir essa imagem nas manifestações em frente ao Congresso e/ou outros atos para demonstração de resistência; ao passo que, também, utiliza ferramentas que o branco acredita que não deveriam ser usadas para manter a "pureza indígena", como os recursos tecnológicos, a internet, as redes sociais para organizar mobilizações, na publicação de respostas a discursos de exclusão, ao que for necessário para demonstração de força e resistência.

No que tange aos questionamentos de hipótese, a análise demonstrou que:

1) Os discursos produzidos por Jair Bolsonaro, objeto de análise desta pesquisa, apontam para a constatação de que o indígena atual ainda se depara com discursividades que

fazem emergir o indígena do período do "descobrimento" e o branco no papel de colonizador, em um processo de exclusão.

2) As discursividades de Jair Bolsonaro produzem efeitos de sentido de exclusão, de marginalização do indígena. Ele é tratado como animal, como um ser desprovido de razão, sem raciocínio, em condição subumana. A representação selvagem do indígena, tão presente, ainda, no imaginário social, posiciona-o como um ser que vive, porém, que não tem existência, é invisível aos olhos sociais.

3) As relações de poder/saber moldam os discursos analisados. O sujeito/presidente busca modelar o seu discurso de acordo com aquilo que ele acredita que possa agradar os seus seguidores e, portanto, eleitores. Em vários enunciados, defende os interesses do branco, do agronegócio intransigente, do progresso econômico do país às custas da exploração do meio ambiente. Ao mesmo tempo, tenta convencer o interlocutor de que tudo é feito pensando no bem de todos. Diante disso, conforme a mobilidade do poder de Foucault (1990), o indígena resiste, toma a palavra, se organiza para lutar contra esses discursos e a opressão da sociedade capitalista.

4) O indígena é representado discursivamente, nos enunciados, como silvícola, animal, estrangeiro em sua própria terra: alguém que não possui capacidade para ocupar posições de poder assumidas pelo branco. Foram encontradas, nas materialidades, (pré)conceitos construídos no social que colocam o indígena em uma situação de inferioridade.

5) A questão da terra emerge, predominando na grande maioria dos recortes discursivos. Esse fato decorre dos inúmeros impasses entre governo e comunidades indígenas sobre a posse dos territórios. Para os grupos indígenas, ela representa a vida, a reprodução, a conservação das tradições e das práticas culturais; um local de origem, onde suas raízes podem ser aprofundadas. O indígena enxerga-a com o sentido de terra-mãe, e luta pela garantia do seu direito de "filho" de receber a sua herança (os territórios de seus antepassados). Para o indígena, a terra e o meio ambiente devem ser preservados, acima de quaisquer outros interesses. Já para o branco, a terra está cercada de interesses políticos e econômicos, que, muitas vezes, prevalecem sobre os interesses ambientais. Ela é vista como um bem financeiro.

A identidade de um sujeito sofre efeitos do seu processo histórico, marcado por discursos que regem os eventos na sua vida. Dessa forma, os enunciados são vinculados, no caso do Brasil, a um arquivo colonial, a uma memória discursiva que possui sentido fixo, porém, quando repetidos, produzem outros significados, uma vez que há particularidades nos seus efeitos, o que os tornam originais, distintos de sentidos anteriores.

O indígena desenvolve sua identidade na ilusão de completude, de unidade, na espera de apropriar-se de coisas que o constituem (como a terra de origem de seus antepassados). Ao reivindicar seus direitos sobre a terra, o indígena mobiliza seu *locus* enunciativo como subalterno ao Estado, preenchendo seu lugar no discurso como detentor do poder: o poder que está na palavra. Discurso é poder.

Considero relevante apontar, além dos resultados dos questionamentos de hipótese, outros aspectos que vieram à tona nas análises, elencados a seguir:

- O sujeito/presidente fala de si como alguém que não tem medo de nada e que procura defender seu ponto de vista, aquilo que acredita ser correto, portanto, a sua "verdade";

- No que se refere à representação que o enunciador tem de si, emergem os efeitos de sentido de imbatível, atleta, militar, bom de briga e disposto para enfrentar qualquer batalha, defendendo sua nação do "mal" da demarcação de reservas indígenas;

- As discursividades reforçam o pensamento eurocêntrico, do branco, que narra a história de acordo com a sua visão, e não a do subalternizado;

- O discurso do sujeito/presidente traz à baila a representação do indígena como sendo um "problema", algo que gera um incômodo social. Quanto às questões que envolvem a terra, são como uma ferida, que precisa ser cauterizada, sem causar prejuízos econômicos para o país.

- O sujeito/presidente traz à tona o efeito de sentido de que os indígenas possuem os mesmos interesses que o branco tem pela terra, na tentativa de caracterizá-los também, como indivíduos gananciosos.

Consciente de não estar criando algo novo, mas sim (re)produzindo dizeres que me precedem, admito nesta tese, dois aspectos importantes a serem considerados: 1) Os discursos bolsonaristas carregam marcas de exclusão social e existe a tentativa de estabelecer um discurso hierárquico, superior, no intuito de silenciar a voz do indígena, sem considerar suas subjetividades. Os enunciados corroboram estereótipos inseridos, no social, sobre os indígenas, como o de que são incapazes, selvagens e de que ainda precisam alcançar a capacidade intelectual do branco. Para o sujeito discursivo, isso só pode ser alcançado com obediência às condições impostas pelo branco. 2) Na disputa pelo território, pelo reconhecimento social e da Justiça, em defesa de seus direitos ou de seu próprio espaço, fica assinalado, por meio dos discursos de resposta e resistência (distribuídos entre os recortes analisados) ao sujeito/presidente, que os indígenas não se assujeitam, uma vez que utilizam a internet como instrumento de propagação da voz indígena, fazendo críticas aos discursos e ações do governo, organizando reuniões com representantes governamentais, manifestações

diante do Congresso Nacional, em Brasília, e bloqueando rodovias, por todo o país. Essas constituem, pois, alternativas de resistência contra o poder dominante. O discurso do indígena configura-se, portanto, como um dispositivo de poder, uma estratégia de luta e de sobrevivência das comunidades indígenas no meio social, no mundo globalizado.

Os discursos de Bolsonaro provocam diversas questões. A fala do sujeito/Presidente é ofensiva e exclusiva, de deboche, de ironia, de indiferença. Por vezes evoca uma formação discursiva machista (de superioridade em relação às mulheres), outras traz à tona uma formação discursiva cristã, ao referir a si mesmo como evangélico e, portanto, cidadão de bem, de bons costumes; e, ainda, com uma formação discursiva política, ele utiliza sua oratória para a obtenção de votos, fazendo menção à Constituição Federal de 88, como sendo ele um exímio cumpridor das leis e da Carta Magna.

A eleição do Presidente Bolsonaro abre espaço para questionamentos que nós brasileiros devemos nos fazer: como um discurso de ódio, que exala fascismo, encontrou brechas para se consolidar, como proposta salvadora de uma nação? As eleições de 2022 escancararam um país dividido, demonstrando a força das ideias bolsonaristas, que não morrem, não acabam com a derrota nas últimas eleições, mas continua(ra)m firmes no início do novo mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva (com as invasões de extremistas bolsonaristas ao Congresso Nacional em janeiro de 2023) e, encontram-se *stand by*, aguardando uma nova oportunidade para a construção de um "Brasil de verdade", naquela brecha de desejo de mudança (que todo ser humano tem em algum momento da vida), que vez ou outra emerge, e que constitui um campo fértil para a disseminação de ideias revolucionárias.

Por fim, como pesquisador e crítico, é importante mobilizar discursos que nos ajudem a reverberar, na sociedade, que esses povos originários, sujeitos periféricos indígenas, não podem mais serem representados fora do "seu" mundo e fora de suas tradições e hábitos culturais. Cremos que apenas assim o indígena estará apto para (se) transformar, de acordo com as suas próprias aspirações e necessidades. Exercitar esse processo crítico *fronterizo* requer, inicialmente, a eleição de se pensar de forma descolonial, a fim de que se possa mobilizar questões alcançando lugares e metas ainda não mensurados. É necessário, portanto, que outras pesquisas se dediquem ao estudo discursivo sobre os povos originários e seus documentos indigenistas atuais na busca de garantir a interpretação de discursividades e silenciamentos importantes a uma língua opaca, que revela sentidos outros e interesses outros. Especialmente ao lado de indígenas estudiosos (filósofos, linguistas, poetas, professores, profissionais liberais etc.) que têm trabalhado na direção de uma escola inclusiva e uma sociedade mais justa.

**REFERÊNCIAS**

ACHUGAR, H. *Planetas sem boca*: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

AGAMBEN, G. *Homo Sacer*: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. *Indígenas discordam sobre regulamentação de atividades econômicas em suas terras*. 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/750935-indigenas-discordam-sobre-regulamentacao-de-atividades-economicas-em-suas-terras/. Acesso em: 27 maio 2022.

ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. *Bem Viver*: uma perspectiva (des)colonial das comunidades indígenas. Rev. Rup. [online]., vol.7, n.2, p.1-31. 2017. Disponível em: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2215-4662017000200001.

ALMEIDA, C. *Os dez fatos mais marcantes de 2015*. Super Interessante, 2016. Disponível em: https://super.abril.com.br/sociedade/os-10-fatos-mais-marcantes-de-2015/. Acesso em: 16 maio 2022.

ALMEIDA, M. R. *Em entrevista em 1992 FHC temia Bolsonaro e risco de golpe*. UOL, 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/em-entrevista-em-1992-fhc-temia-bolsonaro-e-risco-de-golpe.shtml. Acesso em: 25 maio 2022.

ANZALDUÁ, G. *Borderlands/La Frontera:* the new mestiza. San Francisco, USA: Aunt Lute, 1987.

ANZALDUÁ, G. Como domar uma língua selvagem. *Cadernos de Letras da UFF* – Dossiê: Difusão da língua portuguesa, n. 39, p. 297-309, 2009.

ARAGÃO, A. *Jair Bolsonaro: a trajetória militar e política do presidente que busca a reeleição*. 2022. Disponível em: https://www.jota.info/eleicoes/jair-bolsonaro-a-trajetoria-militar-e-politica-do-presidente-que-busca-a-reeleicao-13052022. Acesso em: 30 set. 2022.

ARIAS, J. *Melhor, senhor presidente, que os índios se pareçam cada vez menos conosco*. Veja, 2020. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/noblat/melhor-senhor-presidente-que-os-indios-se-parecam-cada-vez-menos-conosco/. Acesso em: 26 maio 2022.

AUGSTEN, P.; AMARAL, I. De juramentos a Deus à intolerância: Uma análise dos discursos de Jair Bolsonaro. *Anais de Resumos Expandidos do Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais*, v. 1, n. 3, 2019.

A VIAGEM DOS ARGONAUTAS. *Para fortalecer a democracia, não podemos anistiar os golpistas, por Fábio Félix,* 16 fev. 2024. Disponível em https://aviagemdosargonautas.net/2024/02/16/para-fortalecer-a-democracia-nao-podemos-amnistiar-os-golpistas-por-fabio-felix/. Acesso em 10 out. 2024.

AZANHA, G. As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul. *Revista de Estudos e Pesquisas*, Brasília: FUNAI, v. 2, n. 1, p. 61-111, jul. 2005a.

AZANHA, G. Sustentabilidade nas Sociedades Indígenas Brasileiras. *Revista Tellus* ano 5, n. 8/9, abr./out. 2005b.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BALLESTRIN, L. O giro decolonial e a América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política,* n. 11, 2013. p. 89-116.

BARBOSA, B. *Bolsonaro ironiza críticas sobre desmatamento:* 'Sou o capitão motosserra'. UOL, 2019. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/08/06/bolsonaro-ironiza-criticas-sobre-desmatamento-sou-o-capitao-motosserra.htm. Acesso em: 25 maio 2022.

BARONAS, R. L. Ainda sobre formação discursiva em Pêcheux e em Foucault. In. _____. (Org). *Análise de Discurso*: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, p. 394-410, 2020.

BARTHES, R. *Mitologias*. Tradução de Rita Buongermino; Pedro de Souza e Rejane Janowitzer. São Paulo: Difel, 2007.

BBC NEWS BRASIL. *"O que eles querem lá?", diz Bolsonaro sobre oferta de ajuda do G7 para Amazônia*. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49471483. Acesso em: 27 jul. 2022.

BBC NEWS BRASIL. *Xokleng: povo indígena quase dizimado protagoniza caso histórico no STF*, 29 jun. 2021. Disponível em: Xokleng: povo indígena quase dizimado protagoniza caso histórico no STF - BBC News Brasil. Acesso em 21 fev. 2025.

BENTO, C. da C. *Uma Análise do Discurso Político de Bolsonaro que Contribuiu para a Chegada da Extrema-Direita Brasileira ao Poder*. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos Lusófonos) Universidade Beira Interior, Covilhã (Portugal).

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSFOGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BITTAR, P. *Indefinição sobre marco temporal abre brecha para perseguir lideranças indígenas, afirmam debatedores*. Câmara de Notícias. 2022. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/890073-indefinicao-sobre-marco-temporal-abre-brecha-para-perseguir-liderancas-indigenas-afirmam-debatedores/. Acesso em 20 set. 2022.

BORGES, S. L. A.; DA FONSECA FERNANDES, E. M. O sentido de 'ser índio': práticas discursivas na luta pelo território no atual cenário político brasileiro. *Acta Scientiarum. Language and Culture, v. 42, n. 2, 2020.*

BRASIL. Lei n. 11.645. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRASIL, S. *O que Jair Bolsonaro, Presidente-eleito, disse sobre os povos indígenas do Brasil*. 2020. Disponível em: https://www.survivalbrasil.org/artigos/3543-Bolsonaro. Acesso em: 30 maio 2022.

BRASIL, S. *Povos da Raposa Serra do Sol*. 2021. Disponível em: https://www.survivalbrasil.org/povos/indios-da-raposa. Acesso em: 15 ago. 2021.

BURKE, P. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2003.

BURKE, P. *O que é história cultural?*. Schwarcz/Companhia das Letras, 2005.

CAMARGOS, D. *Acusados por Bolsonaro, caboclos e indígenas têm territórios devastados por incêndios no Pantanal*. Repórter Brasil, 2020. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2020/10/acusados-por-bolsonaro-caboclos-e-indigenas-tem-territorios-devastados-por-incendios-no-pantanal/. Acesso em: 27 maio 2022.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. [4. ed.]. São Paulo: EDUSP, 2006-2013. (Ensaios latino-americanos; 1).

CASTELLS, M. *Ruptura*: a crise da democracia liberal, Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CELADA, M. T.; ANDRADE, A; GASPARINI, P. Ser-estar entre-línguas-culturas: entrevista com Maria José Coracini. Alea: *Estudos Neolatinos*, v. 23, p. 327-341, 2021.

COLABORA. *Os contrastes entre o lucro do agronegócio e o aumento da fome no Brasil*. 2021. Disponível em: https://projetocolabora.com.br/ods2/os-contrastes-entre-o-lucro-do-agronegocio-e-o-aumento-da-fome-no-brasil/. Acesso em: 18 maio 2022.

CONNELL, R. A iminente revolução na teoria social. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 27, nº 80, outubro/2012, p. 09-20. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZZZqDf3h5FwNbfCMQ66jPqF/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 22 jul. 2022.

CONSULTOR JURÍDICO. *Morre Jarbas Passarinho, ex-ministro da Justiça e do Trabalho e apoiador do AI-5*. 2016. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2016-jun-05/morre-jarbas-passarinho-ex-ministro-justica-apoiador-ai. Acesso em: 25 maio 2022.

CONSULTOR JURÍDICO. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2024-jan-03/supremo-promove-exposicao-para-lembrar-atos-golpistas-de-2023/. Acesso em: 17 fev. 2025

CORACINI, M. J. R. F. (2007) A celebração do outro. Campinas: Mercado de Letras.
_____. (2010) Transdisciplinaridade e análise de discurso: migrantes em situação de rua. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 11 (1), 91-112.

CORACINI, M. J. R. F. *O jogo discursivo na aula de leitura.* Língua Materna e Língua Estrangeira. Campinas: Pontes, 2010.

CORREIO BRAZILIENSE. *Bolsonaro chega a ato na Avenida Paulista.; Michele discursa,* 25 fev. 2024. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/02/6808443-bolsonaro-chega-em-ato-na-avenida-paulista-michele-discursa.html. Acesso em 17 fev. 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. *"Fotografia para o mundo", diz Bolsonaro sobre ato que reuniu 750 mil pessoas*, 25 fev. 2024. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/02/6808553-fotografia-para-o-mundo-diz-bolsonaro-sobre-ato-que-reuniu-750-mil-pessoas.html. Acesso em 10 out. 2024.

COSTA, I. S. I. da. *Marco temporal e terras indígenas*: análise da (in) constitucionalidade do Projeto de Lei 490 e os seus efeitos sobre a TI potiguara de Monte-mór. 2021.

COSTA, R. *Qual tem sido a participação e a função estratégica de Michelle Bolsonaro na campanha?* 2022. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2022/como-michelle-bolsonaro-tem-atuado-reeleicao-presidente/. Acesso em 30 set. 2022.

COSTA, R. "Estrangeiros em própria terra: uma reflexão sobre filosofia na América Latina a partir da questão indígena." Problemata: *Revista Internacional de Filosofia* 6.1 (2015): 151-171.

COURTINE, J. *Análise do Discurso político*: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

CUNHA, M. C. da. Etnicidade: da cultura residual, mas irredutível. In: _____. *Antropologia do Brasil*: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CUNHA, M. C. da. *Índios na Constituição*. Novos estudos CEBRAP, v. 37, p. 429-443, 2018.

CURCINO, L. "Conhecereis a Verdade e a Verdade vos libertará": livros na eleição presidencial de Bolsonaro. *Discurso & Sociedad*, v. 13, n. 3, p. 468-494, 2019.

DALLARI, D. de A. "O índio, sua capacidade jurídica e suas terras". A questão da emancipação. *Cadernos da Comissão Pró-Índio*, n. 1, São Paulo, 1979, pp. 77-82.

DALLARI, D. de A. "Índios, cidadania e direitos". In: *O índio e a cidadania*. Comissão Pró-Índio, São Paulo: Brasiliense, p. 52-8, 1983.

DALLARI, D. de A. *A tutela indígena*. Boletim da Comissão Pró-Índio de São Paulo, São Paulo, ano II, n. 4, pp. 3-6, 1984.

DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Mil Platôs*: capitalismo e esquizofrenia. 34. ed. Rio de Janeiro: 1997, v. 5.

DE OLHO NOS RURALISTAS. *Esplanada da Morte (XV) —* Um genocida em cem atos: cem momentos violentos de Jair Bolsonaro. 2020. Disponível em: https://deolhonosruralistas.com.br/2020/08/25/esplanada-da-morte-xv-um-genocida-em-cem-atos-cem-momentos-violentos-de-jair-bolsonaro/. Acesso em: 30 ago. 2021.

DERRIDA, J. *Espectros de Marx*. Tradução de Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DERRIDA, J. (1995) *Mal de Arquivo*. Tradução de Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001a.

DERRIDA, J. *O monolinguismo do outro ou a prótese de origem*. Trad. Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras (Portugal), 2001b.

DERRIDA, J. *Gramatologia*. Trad. Miriam Schnaiderman; Renato J. Ribeiro. São Paulo: Perspectiva e Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

DEZERTO, F. B. Sujeito e sentido: uma reflexão teórica. *Revista Icarahy*, n. 04, out. 2010. Disponível em: www.revistaicarahy.uff.br/revista/html/numeros/4/.../Felipe_Dezerto.pdf. Acesso em: 27 jul. 2022.

DIÁRIO DO CENTRO DO MUNDO. *Bolsonaro libera Michele para participar de sua campanha em 2022,* 30 mar. 2022. Disponível em: https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/bolsonaro-libera-michelle/. Acesso em: 17 fev. 2025.

DUSSEL, E. Meditações anti-cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da Modernidade. In: BOAVENTURA, S. Santos; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do Sul.* Coimbra: Almedina, 2009.

EBC. *Entenda o valor da terra para os povos indígenas*. 2015. Disponível em: https://memoria.ebc.com.br/infantil/2015/07/entenda-o-valor-da-terra-para-os-povos-indigenas. Acesso em: 24 maio 2022.

EFRAIM, A. "*Eleição de 2022 é a mais importante da nossa história, porque pode ser a última", diz Marcelo Freixo*. 2021. Disponível em: https://br.noticias.yahoo.com/eleicao-de-2022-e-a-mais-importante-da-nossa-historia-porque-pode-ser-a-ultima-diz-marcelo-freixo-154344240.html. Acesso em: 30 set. 2022.

EISELE, I. *Mais armas, mais segurança:* lógica questionável de Bolsonaro. 2021. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/mais-armas-mais-seguran%C3%A7a-a-question%C3%A1vel-l%C3%B3gica-de-bolsonaro/a-56576852. Acesso em: 25 maio 2022.

ESCOSTEGUY, A. C. *Os estudos culturais*. Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, p. 151-170, 2001.

FAORO, R. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FERNANDES, C. "Língua-geral no contexto do Brasil Colonial"; *Brasil Escola*, 2022. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/lingua-geral-no-contexto-brasil-colonial.htm. Acesso em: 24 maio 2022.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FOUCAULT, M. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 3. ed. Tradução Antonio F. Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Passagens, 1992. p. 129-160

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000a.

FOUCAULT, M. *Nietzsche, a Genealogia e a História*. In _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal Ltda., 15ª edição. 2000b.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*: curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2007.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FRANCO, C. *Sónia Guajajara: "A ancestralidade sempre ensinou que o sentido da vida é o coletivo"*. 2020. Disponível em: https://shifter.pt/2020/05/sonia-guajajara-entrevista/?doing_wp_cron=1705952897.7698099613189697265625. Acesso em: 10 dez. 2023.

FRAZÃO, D. *Jair Bolsonaro* - Político brasileiro e biografia. 2019. Disponível em: https://www.ebiografia.com/jair_bolsonaro/. Acesso em: 25 ago. 2021.

FUNAI. *O Serviço de Proteção aos Índios*. 2021. Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/todos-presidencia/2164-o-servico-de-protecao-aos-indios. Acesso em: 16 ago. 2021

.

G1. *Em Cuiabá, Bolsonaro se diz contra terra para índios e cota para negros*, 13 nov. 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/11/em-cuiaba-bolsonaro-se-diz-contra-terra-para-indios-e-cota-para-negros.html. Acesso em: 27 jul. 2022.

G1. *O que frases e medidas de Bolsonaro mostram sobre visão dos indígenas? Veja em 3 pontos*, 16 mar. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/03/16/o-que-frases-e-medidas-de-bolsonaro-mostram-sobre-visao-dos-indigenas-especialistas-explicam-em-3-pontos.ghtml. Acesso em: 25 maio 2022.

G1. *Vídeo mostra policiais permitindo passagem de bolsonaristas durante invasão do Congresso*, 9 jan. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/09/video-mostra-policiais-permitindo-passagem-de-bolsonaristas-durante-invasao-do-congresso.ghtml. Acesso em: 17 fev. 2025

G1/SP. *Ministro concede medalha do mérito indigenista a Bolsonaro; associação indígena diz que vai contestar na Justiça*, 16 mar. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/16/ministro-da-justica-concede-medalha-do-merito-indigenista-a-bolsonaro.ghtml. Acesso em 30 set. 2022.

G1/DF. *Indígenas voltam a protestar em Brasília contra marco temporal para demarcação de terras*, 25 ago. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/08/25/indigenas-voltam-a-protestar-em-brasilia-contra-marco-temporal-para-demarcacao-de-terras.ghtml. Acesso em 17 fev. 2025.

GARCIA, M. F. Genocídio no Brasil: mais de 70% da população indígena foi morta. *Observatório do Terceiro Setor*. 2020. Disponível em: https://observatorio3setor.org.br/noticias/genocidio-brasil-mais-de-70-da-populacao-indigena-foi-morta/#:~:text=Em%201650%2C%20esse%20n%C3%BAmero%20j%C3%A1,896%2C9%20mil%20ind%C3%ADgenas. Acesso em: 26 jul. 2022.

GAZETA DO POVO. *Bolsonaro diz que vai tirar financiamento de ONGs e parar demarcação de terras*. 2017. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/bolsonaro-diz-que-vai-tirar-financiamento-de-ongs-e-parar-demarcacao-de-terras-64a5kt8wtgtqlv6co3gkas750/. Acesso em: 26 maio 2022.

GIMENES, E. *Bolsonaro culpa indígenas, imprensa e ONGs por queimadas e consequências da covid*. Brasil de Fato, 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/09/22/bolsonaro-culpa-indios-caboclos-midia-e-ongs-por-queimadas-e-consequencias-da-covid. Acesso em: 27 maio 2022.

GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: CIA das Letras, 1987.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo Afro-latino-Americano*. In: Caderno de formação política do círculo palmarino n. 1. Batalha de ideias. AfroLatinoAmérica, Brasil, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

GREGOLIN, M. do R. *Discurso e mídia*: a cultura do espetáculo. São Paulo: Claraluz, 2003.

GREGOLIN, M. do R. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso*: diálogos & duelos. São Paulo: Claraluz, 2004.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: BOAVENTURA, S. S.; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do Sul***.** Coimbra: Edições Almedina, 2009.

GRUPIONI, L. D. B. Educação e diversidade. In: SILVA, Aracy Lopes da Silva; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs.). *A temática indígena na escola*: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 15-23.

GUERRA, V. M. L. *O Indígena de Mato Grosso do Sul*: práticas identitárias e culturais. São Carlos: Pedro & João, 2010.

GUERRA, V. M. L. Entre a luta pela terra e os discursos da "inclusão", o processo identitário do indígena. In: *Exclusão social e microrresistê*ncias: a centralidade das práticas discursivo-identitárias. PINTO, J. P.; FABRÍCIO, B. F. (Org.). Goiânia: Cânone, 2013.

GUERRA, V. M. L. As fronteiras da exclusão: o discurso do outro e o processo identitário do indígena. *BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio; NOLASCO, Edgar Cézar; GUERRA, Vânia ML*, p. 95-122, 2016.

GUERRA, V. M. L; SOUZA, C. C. Entre o (dis)curso e a identidade, a emergência de uma epistemologia crítica para entender o jogo da diferença. In: NOLASCO, Edgar Cézar; _____. (Org.). *O sol se põe na fronteira*: discursos, gentes e terras. São Carlos: Pedro & João, 2013. p. 37-66.

GUERRA, V. M. L.; SOUZA, C. C. Um estudo da cartilha Víhikaxopovope Yúhoikopea Ûti Vemó'u: Identidade e discurso do povo Terena. *MOARA–Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras ISSN: 0104-0944*, n. 42, p. 127-143, 2015.

GZH. *Manuel Castells vê movimentos sociais como a política do amanhã*. 2013. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2013/06/manuel-castells-ve-movimentos-sociais-como-a-politica-do-amanha-4166175.html#:~:text=Castells%20esbo%C3%A7ou%20o%20retrato%20dos,tantos%20que%20n%C3%A3o%20t%C3%AAm%20nenhum. Acesso em: 20 abr. 2024.

HAESBAERT, R.; MONDARDO, M. *Transterritorialidade e antropofagia*: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. GEOgraphia, v. 12, n. 24, p. 19-50, 2010.

HALL, S. Cultural identity and diaspora. In RUTHERFORD, Jonathan (Org.). *Identity*. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, S. *Da diáspora:* identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HISSA, C. E. V. *Conversações de artes e de ciências*. Editora UFMG, 2011.

HISSA, C. E. V. *Saberes ambientais*: desafios para o conhecimento disciplinar. Editora UFMG, 2008.

IDEC. *9 atitudes para apoiar a cultura e direitos dos Povos Indígenas*. 2021. Disponível em: https://idec.org.br/dicas-e-direitos/9-atitudes-para-celebrar-o-dia-do-indio-e-ajudar-sua-cultura-e-direitos. Acesso em: 17 maio 2022.

JAPIASSÚ, H. Dicionário de Filosofia/ Hilton. 5 d. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1934.

JORNAL GRANDE BAHIA. *Os singulares "terroristas" de Brasília|Por Joaci Góes*, 12 jan. 2023. Disponível em https://jornalgrandebahia.com.br/2023/01/os-singulares-terroristas-de-brasilia-por-joaci-goes/. Acesso em 10 out. 2024.

JORNAL UNIVERSO ONLINE. *Bolsonaro faz da comemoração do 7 de Setembro atos de campanha eleitoral*, 8 set. 2022. Disponível em: https://jornaluniversoonline.com.br/bolsonaro-faz-da-comemoracao-do-7-de-setembro-atos-de-campanha-eleitoral/. Acesso em 21 fev. 2025.

KANINDÉ. *Disputa entre índios e produtores rurais expõe diferentes visões sobre uso e valor da terra*. 2016. Disponível em: https://www.kaninde.org.br/disputa-entre-indios-e-produtores-rurais-expoe-diferentes-visoes-sobre-uso-e-valor-da-terra/. Acesso em: 26 maio 2022.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAMMERHIRT, L. *Política Internacional*: 9 casos de corrupção no mundo. 2017. Disponível em: https://www.politize.com.br/9-casos-de-corrupcao-no-mundo/. Acesso em: 30 set. 2022.

LITTLE, P. E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil*: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

LOPES, K.; NUNES, L. *Raoni diz que Bolsonaro mentiu em discurso na ONU e que quem toca fogo são fazendeiros, madeireiros e garimpeiros*. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/09/26/cacique-raoni-reage-a-fala-de-bolsonaro-na-onu-responsabilizando-indios-por-queimadas-so-pensa-em-si-em-destruir-o-planeta.ghtml. Acesso em: 23 maio 2022.

MAIA, S. *A empreitada de Bolsonaro contra os povos indígenas*. IREE, 2019. Disponível em: https://iree.org.br/a-empreitada-de-bolsonaro-contra-os-povos-indigenas/. Acesso em: 25 maio 2022.

MALDONADO-TORRES, N. *La descolonización y el giro des-colonial*. Tabula Rasa, Bogotá – Colômbia, n. 9, p. 61-72, jun./dez., 2008. Disponível em: n9a05.pdf (scielo.org.co). Acesso em: 22 jul. 2022.

MARQUES, A.; ROCHA, L. *Bolsonaro diz que OAB só defende bandido e reserva indígena é um crime*. Campo Grande News, 2015. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-oab-so-defende-bandido-e-reserva-indigena-e-um-crime. Acesso em: 25 maio 2022.

MARQUES, C. N. *Os Terena da Terra Indígena Limão Verde*: história e memória. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS.

MARQUES, L. O. C.; SANT'ANNA, P. A. O discurso fascista e suas implicações para a educação dos povos do campo e indígenas. *Revista X*, v. 15, n. 4, p. 53-59, 2020.

MATIAS, Á. *Agronegócio*. Brasil Escola*,* 2022. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/agronegocio.htm. Acesso em: 16 maio 2022.

MELGAREJO, L. *Nossa fala é Não*. Brasil de Fato, 2021. Disponível em: https://www.brasildefators.com.br/2021/08/27/nossa-fala-e-nao. Acesso em: 25 maio 2022.

MELO, M. L. de. *RJ: 20 anos após 'boicote', Carlos Bolsonaro disputa com mãe vaga na Câmara.* 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/09/12/rogeria-bolsonaro-e-carlos-bolsonaro-disputam-camara-rio.htm. Acesso em: 30 set. 2022.

MENDES JÚNIOR, J. *Os Indígenas do Brazil seus Direitos Individuais e Políticos*, São Paulo: Typ. Hennies Irmãos, 1912.

MENEZES DE SOUZA, L. M. T. Cultura, língua e emergência dialógica. *R. Let. & Let.* Uberlândia-MG v.26 n.2 p. 289-306 jul.|dez. 2010.

MENEZES DE SOUZA, L. M. T; MONTE MÓR, W. Reflexões para pensar o mundo ou algo assim. In: *Praxiologias do Brasil Central sobre educação linguística crítica*. PESSOA, R. R.; SILVA, K. A.; FREITAS, C. C. (Org.) - 1. ed. - São Paulo: Pá de Palavra, 2021.

MESQUITA, C. *Deputados debatem situação dos indígenas que vivem em Dourados.* A Crítica, 2021. Disponível em: https://www.acritica.net/editorias/politica/deputados-debatem-situacao-dos-indigenas-que-vivem-em-dourados/523554/. Acesso em: 24 maio 2022.

MESSINA, C. Bolsonaro chama de "idiota" quem defende comprar feijão em vez de fuzil. *Jornal da Band*. 2021. Disponível em: https://www.band.uol.com.br/noticias/jornal-da-band/ultimas/bolsonaro-chama-de-idiota-quem-defende-comprar-feijao-em-vez-de-fuzil-16368605. Acesso em: 29 ago. 2021.

METRÓPOLES. *É lorota que havia plano de golpe em 8 de janeiro de 2023*, 8 jan. 2024. Disponível em: https://www.metropoles.com/colunas/mario-sabino/e-lorota-que-havia-plano-de-golpe-em-8-de-janeiro-de-2023. Acesso em 10 out. 2024.

METRÓPOLES. *Relembre como foram os desfiles de 7 de Setembro na gestão Bolsonaro*, 7 set. 2023. Disponível em:

https://www.metropoles.com/brasil/relembre-como-foram-os-desfiles-de-7-de-setembro-na-gestao-bolsonaro. Acesso em: 17 fev. 2025.

MIDIAMAX. *'Índio é pobre coitado e vive em zoológicos milionários', diz Bolsonaro.* 2015. Disponível em: https://midiamax.uol.com.br/politica/2015/indio-e-pobre-coitado-e-vive-em-zoologicos-milionarios-diz-bolsonaro. Acesso em: 10 jul. 2021.

MIGALHAS. *STF mantém salvaguardas à terra indígena Raposa Serra do Sol,* 24 out. 2013. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/quentes/188941/stf-mantem-salvaguardas-a-terra-indigena-raposa-serra-do-sol. Acesso em 21 fev. 2025.

MIGNOLO, W. *Histórias locais/ projetos globais*: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MIGNOLO, W. "La opción descolonial". *Letral* – Revista Eletronica de Estudios Transatlaticos de Literatura. Universidad de Granada. Espanha. Número 1, 2008, pp. 4-22. Disponível em: http://revistaseug.ugr.es/index.php/letral/article/view/3555

MIGNOLO, W. Aesthesis descolonial. In: GÓMEZ, P.P. (EDITOR). Arte y estética en la encrucijada descolonial II. Ciudad autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014, p. 31- 54.

MIGNOLO, W. *Habitar la frontera*: sentir y pensar la descolonialidad (antología, 1999-2014) Barcelona: CIDOB, 2015.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - Vol. 32 n. 94, junho/2017.

MIGNOLO, W. A colonialidade está longe de ter sido superada, logo, a decolonialidade deve prosseguir. *São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand*, 2019.

MIGNOLO, W. Desobediência Epistêmica, Pensamento Independente e Liberdade Decolonial. *Revista X,* v. 16, n. 1, p. 24-53, 2021.

MONIZ BANDEIRA, L. A. *O feudo*: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MORRIS, C. W. *An Essay on the Modern State*. Cambridge, University of Cambridge Press, 1998.

MOURA, N. S. P. *UNIEDAS*: o símbolo da apropriação do protestantismo norte-americano pelos Terena (1972-1993). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, MS.

MORRIS, C. W. *An Essay on the Modern State*. Cambridge: University of Cambridge Press, 1998.

NOLASCO, E. C. A (des)ordem epistemológica do discurso fronteiriço. In: BESSA-OLIVEIRA, Marcos A.; NOLASCO. Edgar C.; GUERRA, Vânia M. L.; FREIRE,

Zélia R. N. dos S. (Orgs.). *Fronteiras Platinas em Mato Grosso do Sul (Brasil/ Paraguai/Bolívia):* biogeografias na arte, crítica biográfica fronteiriça, discurso indígena e literatura de fronteira. Campinas: Pontes, 2017.

NONADA. *Sônia Guajajara: "Para nós, cultura é tudo que somos, é nosso modo de vida e também sinônimo de luta"*. 2023. Disponível em: https://www.nonada.com.br/2023/01/sonia-guajajara-para-nos-cultura-e-tudo-que-somos-e-nosso-modo-de-vida-e-tambem-sinonimo-de-luta/. Acesso em: 10 dez. 2023.

O CAFEZINHO. *STF deve incluir Bolsonaro em inquérito que apura crimes contra o Estado Democrático*, 23 abr. 2020. Disponível em: https://www.ocafezinho.com/2020/04/23/stf-deve-incluir-bolsonaro-em-inquerito-que-apura-crimes-contra-o-estado-democratico/. Acesso em: 17 fev. 2025

OLIVEIRA, D. A. *O discurso do/sobre o indígena na luta pela terra*: (des)fronteiras culturais e identitárias. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, MS.

ORLANDI, E. P. Recortar ou segmentar? In: UBERABA, F. I. D. Linguística: Questões e Controvérsias. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, v. *Série Estudos 10*, p. 09-26, 1984.

ORLANDI, E. P. Exterioridade e Ideologia. *Cadernos Estudos Linguísticos*. Campinas, (30), p. 27-33, Jan./Jun. 1996.

ORLANDI, E. P. *Gestos de leitura*: da história no discurso. Campinas: UNICAMP, 1997.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento linguístico*: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. P. *A Linguagem e seu funcionamento*: As formas do discurso. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; _____ (Orgs). *Discurso e Textualidade.* Campinas: Pontes, 2006, p. 82-103.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. *A questão do assujeitamento*: um caso de determinação histórica. Comciência. Campinas: LABJOR-UNICAMP, n. 89, jul. 2007. Disponível em: http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=26&id= Acesso em 10 out 2018.

ORLANDI, E. P. *Terra à vista*. O discurso do confronto: velho e novo mundo, 2008. p. 21.

ORLANDI, E. P. *Discurso em análise:* sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012a.

ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura.* 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2012b.

PAIXÃO, A. *Abstenção atinge 20,3%, maior percentual desde 1998*. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/abstencao-atinge-203-maior-percentual-desde-1998.ghtml. Acesso em 30 set. 2022.

PAJOLLA, M.. *"Nova Transamazônica": reconstrução da BR-319 pode reviver tragédia socioambiental.* Brasil de Fato, 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/03/31/nova-transamazonica-reconstrucao-da-br-319-pode-reviver-tragedia-socioambiental. Acesso em 24 maio 2022.

PASSOS, W. Apoiadores de Bolsonaro ocupam Avenida Paulista em ato convocado pelo ex-presidente. *Blog Waldiney Passos*, 25 fev. 2024. Disponível em: https://waldineypassos.com.br/apoiadores-de-bolsonaro-ocupam-avenida-paulista-em-ato-convocado-pelo-ex-presidente/. Acesso em 21 fev. 2025.

PALUDO, L. J.; FRAGA, G. W. A produção do inimigo ou destruição da alteridade: uma análise dos discursos de Jair Bolsonaro. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 14, p. 454-469, 2020.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: UNICAMP, 1990. p. 61-162.

PÊCHEUX, M. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Tradução de de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 163-235.

PEIXOTO, M. *Línguas indígenas correm risco de desaparecer.* 2016. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/tecnologia/2016/05/15/interna_tecnologia,762725/linguas-indigenas-correm-risco-de-desaparecer.shtml. Acesso em: 20 jul. 2021.

PEREIRA, J. *Raposa Serra do Sol resiste à invasão de 4 mil garimpeiros enquanto governo de Roraima aprova lei pró garimpo*. 2022. Disponível em: https://infoamazonia.org/2022/07/07/raposa-serra-do-sol-resiste-a-invasao-de-4-mil-garimpeiros-enquanto-governo-de-roraima-aprova-lei-pro-garimpo/. Acesso em 29 set. 2022.

PHELLIPE, A. *Na ONU, Bolsonaro culpa indígenas pelos incêndios na Amazônia*. O Eco, 2020. Disponível em: https://oeco.org.br/noticias/na-onu-bolsonaro-culpa-indigenas-pelos-incendios-na-amazonia/. Acesso em: 23 maio 2022.

PIOVEZANI, C. A linguagem neofacista brasileira. *Revista Cult.* Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/bolsonaro-a-linguagem-neofascista-brasileira/. 2021. Acesso em: 10 dez. 2023.

PISSURNO, F. P. Genocídio indígena nos EUA. *Infoescola: navegando e aprendendo*, 2021. Disponível em: https://www.infoescola.com/historia/genocidio-indigena-nos-eua. Acesso em: 20 ago. 2021.

PLANALTO. *Presidente Jair Bolsonaro aponta nióbio como riqueza para o país*. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/09/presidente-jair-bolsonaro-aponta-niobio-como-riqueza-a-logo-prazo. Acesso em: 23 maio 2022.

PLANALTO EM PAUTA. *Indígenas voltam a protestar em Brasília contra marco temporal para demarcação de terras*, 25 ago. 2021. Disponível em: https://planaltoempauta.com.br/indigenas-voltam-a-protestar-em-brasilia-contra-marco-temporal-para-demarcacao-de-terras/. Acesso em 17 fev 2025.

PODER 360. *Bolsonaro diz que violência caiu junto com aumento do registro de armas*, 29 dez. 2019. Disponível em https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-violencia-caiu-junto-com-aumento-do-registro-de-armas/. Acesso em: 27 set. 2022.

PODER 360. *Bolsonaro coloca adereços para imitar indígena; assista,* 13 jul. 2021. Disponível em: https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-coloca-aderecos-para-imitar-indigena-assista/. Acesso em 30 set. 2022.

PODER 360. *Bolsonaro fala pela 1ª vez a apoiadores após derrota: "Dói na alma",* 9 dez. 2022. Disponível em: https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-fala-pela-1a-vez-a-apoiadores-apos-derrota-doi-na-alma/. Acesso em: 23 out. 2023.

PODER 360. *8 de Janeiro: 58% aprovam atos, mas sem invasão de prédios públicos*, 3 fev. 2023. Disponível em: https://www.poder360.com.br/brasil/8-de-janeiro-58-aprovam-atos-mas-sem-invasao-de-predios-publicos/. Acesso em 10 out. 2024.

POGGIO, C. *Por que a extrema direita cresce no mundo, segundo este estudioso*. Entrevista. Nexo Jornal, 20 de setembro de 2017. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/09/29/Por-que-a-extrema-direita-cresce-no-mundo-segundo-este-estudioso. Acesso em 30 set. 2022.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. *Localização e extensão das Tis.* 2021. Disponível em:https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs#:~:text=As%20terras%20ind%C3%ADgenas%20(TIs)%20somam,s%C3%A3o%20reservados%20aos%20povos%20ind%C3%ADgenas. Acesso em: 16 maio 2022.

QUEIROZ, F. L. O. "Ensino de línguas no século XXI: Visitando epistemologias." *Papéis: Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens-UFMS*| ISSN 2448-1165 22.43 (2018): 153-173.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Dispositio***,** vol. 24, n. 51, 1999, p. 137–148. JSTOR. Disponível em: www.jstor.org/stable/41491587. Acesso em: 20 jul. 2021.

QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.* Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMOS, A. *Sociedades indígenas.* São Paulo: Ática, 1986.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RANCIÈRE, J. *O espectador emancipado* /; tradução Ivone C. Benedetti. - São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2012.

REGIANI, Á. R. et al. História indígena em perspectiva: representações neotomistas ainda presentes no ensino de história. *Revista* Temporis [ação] (ISSN 2317-5516), v. 18, n. 1, p. 61-79, 2018.

RESTREPO, E.; MARTÍNEZ, A. A. R. *Inflexión decolonial*: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán: Universidad del Cauca, 2010.

RIOS, F. *O ano em que votamos em perigo*. 2022. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/eleicoes-2022/o-ano-em-que-votamos-em-perigo. Acesso em: 30 set. 2022.

ROSA, A. M. *Aspectos morfológicos do Terena (Aruák)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, MS.

RUNCIMAN, D. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.

SAKAMOTO, L. *Raposa Serra do Sol*: *Bolsonaro mandou índio "comer capim"* em debate de 2008. 2018. Disponível em: https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2018/12/17/raposa-serra-do-sol-bolsonaro-mandou-indio-comer-capim-em-debate-de-2008/. Acesso em: 27 jul. 2022.

SARGENTINI, V. M. O.; CHIARI, G. Mentirosos, corruptos e comunistas! As Fake News e o politicamente incorreto. *Discurso & Sociedad*, v. 13, n. 3, p. 449-467, 2019.

SBT NEWS. *Indígenas fazem protesto contra marco temporal em frente ao STF*, 25 ago. 2021.
Disponível em:
https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/brasil/178187-indigenas-fazem-protesto-contra-marco-temporal-em-frente-ao-stf. Acesso em 17 fev. 2025.

SCHUQUEL, T. *Celso de Mello sobre vídeo de Bolsonaro*: *"Revela face sombria"*. Metrópoles, 2020. Disponível em: https://www.metropoles.com/brasil/justica/celso-de-mello-sobre-video-de-bolsonaro-revela-a-face-sombria. Acesso em: 27 jul. 2022.

SILVA, J. Y. S. Discursos de ódio contra povos indígenas no Brasil: os Guajajara. *Anais do Simpósio Internacional de Ensino de Língua, Literatura e Interculturalidade (SIELLI) e Encontro de Letras*, v. 2, n. 1, p. 1-17, 2021.

SILVA, J. A. da. "Autoaplicabilidade do artigo 198 da Constituição Federal". *Boletim Jurídico da Comissão Pro-Índio de São Paulo*, ano 1, 1984, n. 3, pp. 3-9.

SOBRINHO, M. de L. E. *Alfabetização na língua Terena*: uma construção de sentido e significado da identidade Terena da Aldeia Cachoeirinha/Miranda/MS. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

SOLANO, E. *Crise da Democracia e extremismos de direita*. Revista Análise. p. 3- 29. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) No. 42. 2018.

SOLLERO, P; FAIAD, C. "É muito importante falar da diversidade de povos que existem hoje no Brasil, que resistiram à invasão, à colonização, à ditadura militar", diz Sonia Guajajara ao orientar professores sobre a implementação da lei que obriga o estudo de História e Cultura indígena em todas as disciplinas. *Balbúrdia: Revista de Divulgação Científica dos Discentes do PIEC-USP*. 2022. Disponível em: https://sites.usp.br/revistabalburdia/e-muito-importante-falar-da-diversidade-de-povos-que-existem-hoje-no-brasil-que-resistiram-a-invasao-a-colonizacao-a-ditadura-militar-diz-sonia-guajajara-ao-orientar-professores/. Acesso em 03 jun. 2024.

SOUZA, L. G. *Discurso de Posse*. Academia Mato-Grossense de Letras, 1968.

SOUSA-SANTOS, B. *Reconhecer para libertar:* os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade, p.56.

SOUSA-SANTOS, B.. *A gramática do tempo*: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUSA-SANTOS, B. *Para além do pensamento abissal*: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais, 78, 2007.

SOUSA-SANTOS, B. *Entre Próspero e Caliban*: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In: A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 2. ed. v. 4. São Paulo: Cortez, 2008. p. 227-249.

SOUSA-SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: BOAVENTURA, S. S.; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do Sul.* Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SOUSA-SANTOS, B. *O fim do império cognitivo*: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SOUSA-SANTOS, B. *Epistemologias do Sul.* Entrevista com Boaventura de Sousa Santos, por Cleyton Andrade. 28 de out. 2020. Disponível em: https://www.ebp.org.br/epistemologias-do-sul/. Acesso em: 20 jul. 2021.

SOUSA-SANTOS, B; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do Sul***.** Coimbra: Almedina, 2009.

SOUSA-SANTOS, B.; HISSA, C. E. V. Transdisciplinaridade e ecologia de saberes. *Conversações: de artes e de ciências. Belo Horizonte: Editora UFMG*, p. 17-34, 2011.

SOARES, I. *Bolsonaro sobre indígenas: "Grande parte não sabe nem o que é dinheiro"*. Correio Braziliense, 2021. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4941733-bolsonaro-sobre-indigenas-grande-parte-nao-sabe-nem-o-que-e-dinheiro.html. Acesso em: 25 maio 2022.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar*. UFMG, 2010.

TARDÁGUILA, C. *#Verificamos: Bolsonaro elogiou cavalaria por dizimar índios.* Terra, 2018. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/mito-ou-fato/verificamos-bolsonaro-elogiou-cavalaria-dos-eua-por-dizimar-indios,a0253be3477f453811b0c5e0f06c2ebd23ha8paf.html. Acesso em: 25 maio 2022.

TATEMOTO, R. *Cacique Raoni: "Bolsonaro não é líder, é um doido que está incentivando a destruição"*. Brasil de Fato, 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/09/13/cacique-raoni-bolsonaro-nao-e-lider-e-um-doido-que-esta-incentivando-a-destruicao. Acesso em: 27 maio 2022.

TAVARES, J. *Bolsonaro já defendeu tortura para quem pediu para se calar em CPI, como Pazuello fez agora*. 2021. Folha de São Paulo. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/bolsonaro-ja-defendeu-tortura-para-quem-pediu-para-se-calar-em-cpi-como-pazuello-fez-agora.shtml. Acesso em: 30 set. 2022.

TEZZA, C. Discurso poético e discurso romanesco na teoria de Bakhtin. In: FARACO *et al. Uma introdução a Bakhtin*. Curitiba: Hatier, 1988.

TORQUATO, B; CARVALHO, A. *Eleições 2022*: Saiba como foi o primeiro debate presidencial de 2022. 2022. Disponível em: https://www.otempo.com.br/eleicoes/saiba-como-foi-o-primeiro-debate-presidencial-de-2022-1.2723905. Acesso em: 30 set. 2022.

TURNER, V. W. *O processo ritual*: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

UOL. *Bolsonaro fez referência a área de desova de mortos pela ditadura*. 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/bolsonaro-fez-referencia-a-area-de-desova-de-mortos-pela-ditadura.shtml. Acesso em: 30 set. 2022.

UOL. *"Índio tá evoluindo, cada vez mais é ser humano igual a nós", diz Bolsonaro*…. 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/01/23/indio-ta-evoluindo-cada-vez-mais-e-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro.htm /. Acesso em: 10 jul. 2021.

UOL. *De cocar, Bolsonaro ganha medalha e diz querer que índios se sintam iguais.* 2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/03/18/bolsonaro-estamos-comprometidos-em-fazer-com-que-indios-se-sintam-iguais.htm. Acesso em: 18 maio 2022.

UOL. *Marco Temporal*. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/politica/marco-temporal.htm. Acesso em: 30 set. 2022.

UOL. *Bolsonaro: imagens aéreas mostram público em ato na Avenida Paulista*, 25 fev. 2024. Disponível em https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/02/25/bolsonaro-imagens-aereas-mostram-publico-em-ato-na-avenida-paulista.htm. Acesso em 17 fev. 2025.

VALIENTE, M. F. *Terra, cidadania e exclusão*: aspectos da configuração identitária dos indígenas. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas, MS.

VARGAS, V. L. F. *A construção do território Terena (1870-1966):* uma sociedade entre a imposição e a opção. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, MS.

WIKIPÉDIA. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jair_BolsonarO. Acesso em: 07 set. 2022.

WIIK, F. B. “Somos Índios Crentes" dialéticas do contato, alteridade e mediação cultural entre os Xokleng (Jê) de Santa Catarina. *Tellus*, p. 11-51, 2010.